

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE GEO-CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

VÂNIA DE LOURDES MARQUES

**O SISTEMA FINANCEIRO E OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR:
Ferramenta para a Gestão Socioambiental no Brasil?**

NITERÓI

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VÂNIA DE LOURDES MARQUES

**O SISTEMA FINANCEIRO E OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR:
Ferramenta para a Gestão Socioambiental no Brasil?**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre . Área de concentração: Gestão Ambiental

Orientadora: Dra. Sandra de Souza Hacon

Co-orientadora: Dra. Valéria Gonçalves da Vinha

NITERÓI

2006

- M357 Marques, Vânia de Lourdes.
O sistema financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil? / Vânia de Lourdes Marques. – Niterói : [s.n.], 2006.
166f.
Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2006.
- 1.Meio ambiente - Aspectos econômicos. 2.Desenvolvimento sustentável. 3.Gestão socioambiental. I.Título.

CDD 363.7

VÂNIA DE LOURDES MARQUES

O SISTEMA FINANCEIRO E OS PRINCÍPIOS DO EQUADOR:

Ferramenta para a Gestão Socioambiental no Brasil?

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciência Ambiental, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre . Área de concentração: Gestão Ambiental.

Aprovada em agosto de 2006

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra de Souza Hacon
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Valéria Gonçalves da Vinha
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Alphonse Germaine Albert Charles Kelecom
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Antônio Puppim de Oliveira
Fundação Getúlio Vargas

Niterói

2006

DEDICATÓRIA

Para meu marido, Paulo Renato: seu carinho, compreensão, inteligência e bom humor, nesta etapa tão importante da minha vida, tornaram mais suaves os esforços e mais doces as vitórias.

Para meus filhos, Moreno, Pablo e Maíra, bênçãos de Deus, fontes de alegria, inspiração e força, por estarem sempre ao meu lado em qualquer caminhada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir iniciar uma nova e rica etapa de minha vida, com saúde e disposição para sonhar, desejar e construir.

A meus pais e irmãos que, mesmo longe, estão sempre em meu coração.

Às minhas enteadas, Paula e Talita, com quem tenho a oportunidade de aprender sempre.

Às orientadoras Dras. Sandra e Valéria, pelas contribuições tão valiosas e o bom relacionamento que construímos juntas.

Aos colegas, professores e funcionários do PGCA, pela rica convivência acadêmica e pessoal.

Aos amigos Cid Alledi, Elvira Cruvinel e Paulo Branco, pelo incentivo e as valiosas contribuições para o meu trabalho.

A todos os amigos que contribuíram de diversas formas para a realização deste trabalho, como Marcos Serra, Vera Lúcia e tantos outros.

Aos bancos e entidades ligadas às finanças sustentáveis que se dispuseram a dialogar comigo, especialmente os que retornaram as entrevistas, sem o que esse trabalho perderia muito em qualidade.

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, *é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações*” [sem grifo no original] (Carta da Terra, Preâmbulo).

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO, p. 12

- 1.1. Considerações Iniciais , p. 12
- 1.2. Objetivos, p. 14
 - 1.2.1. Objetivo geral, p. 14
 - 1.2.2. Objetivos específicos, p. 15
- 1.3. Estruturação da dissertação, p. 16
- 1.4. Limites do Trabalho, p. 16

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, p. 17

- 2.1. Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa, p. 17
 - 2.1.1. Conceitos, p. 17
 - 2.1.2. Características e Histórico, p. 20
 - 2.1.3. Evolução da Gestão Socioambiental no Setor Empresarial e no Mercado Financeiro, p. 26
 - 2.1.4. A Empresa e o Engajamento dos Stakeholders, p. 34
 - 2.1.5. Ferramentas para a Responsabilidade Social Empresarial, p. 37
 - 2.1.6. A Liberalização dos Mercados Financeiros Mundiais e o Desenvolvimento Sustentável, p. 40
 - 2.1.7. Aspectos Legais e Regulatórios, 41
- 2.2. O Setor Financeiro e a Sustentabilidade, p. 45
 - 2.2.1. Caracterização do Setor Financeiro Brasileiro, p. 45
 - 2.2.2. O Crédito, p. 51
 - 2.2.3. Iniciativas em Finanças Sustentáveis, p. 53
 - 2.2.3.1. Fundos éticos ou fundos sociais, p. 53
 - 2.2.3.2. Índices de Bolsa, p. 55
 - 2.2.4. O Project finance, p. 57
 - 2.2.5. Parcerias Público-privadas (PPP), p. 62
 - 2.2.6. O Papel do BNDES, p. 63
- 2.3. Os Princípios do Equador, p. 68
 - 2.3.1. Contexto e Ambiente de Criação dos Princípios do Equador, p. 68
 - 2.3.2. Caracterização dos Princípios do Equador, p. 68
 - 2.3.3. O papel do BM e da IFC na criação dos Princípios do EquadorE, p. 72
 - 2.3.4. As Instituições Financeiras Multilaterais(IFMs), a participação da sociedade civil e a sustentabilidade dos empreendimentos apoiados, p. 74

CAPÍTULO 3. MATERIAIS E MÉTODOS

- 3.1. Delineamento da Metodologia, p. 77
- 3.1.1. Etapa I, p. 78
- 3.1.2. Etapa II, p. 78
- 3.1.3. Etapa III, p. 79
- 3.1.4. Etapa IV, p. 82

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO, p. 83

- 4.1. Considerações iniciais, p. 83
- 4.2. Informações sobre os bancos pesquisados, p. 84
- 4.2.1. Banco ABN Amro Real, p. 85
- 4.2.2. Banco do Brasil, p.87
- 4.2.3. Banco ING, p.89
- 4.2.4. Banco Itaú, p.90
- 4.2.5. Banco HSBC, p.92
- 4.2.6. Unibanco, p.93
- 4.2.7. Comentários gerais sobre as informações obtidas, p. 94
- 4.3. Resultados e Discussão das Etapas I e II, p. 94
- 4.3.1. Discussão das respostas ao Questionário 1, p. 94
- 4.4. Resultados e Discussão das Etapas III e IV da Pesquisa, p. 99
- 4.4.1. Resultados e Discussão do Questionário 2, p. 99.
- 4.4.2. Considerações sobre outros bancos que participaram da pesquisa, p. 123
- 4.4.2.1. Bancos estrangeiros, p. 123
- 4.4.2.2. O Bradesco, p. 124
- 4.5. Outras visões sobre os Princípios do Equador e sua implementação, p. 125

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES, p. 132**BIBLIOGRAFIA, p. 137****APÊNDICE A – Questionário 1 – perguntas e respostas, p. 146****APÊNDICE B – Questionário 2 - perguntas, p.148****APÊNDICE C – O processo de revisão dos Princípios do Equador, p. 155****ANEXO A – The Equator Principles, p. 160**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Quadro 01 As 20 Principais Atividades/Características das Companhias Socialmente Responsáveis, f. 22
- Fig. 01 Trajetória evolutiva da RSC, f. 38
- Quadro 02 Greenpeace – Princípios de Bopthal e Responsabilidade Social Corporativa, f. 42
- Fig. 02 Relação Crédito/PIB do Brasil em Relação a Outros Países, f. 51
- Fig. 03 Evolução da Relação Crédito/PIB no Brasil, f. 52
- Fig. 04 Rentabilidade do Índice Geral Dow Jones versus o DJSI, f. 55
- Fig. 05 Rentabilidade do ISE-BOVESPA versus o Índice BOVESPA médio, f. 56
- Fig. 06 Quadro de riscos, f. 60
- Fig. 07 Estrutura contratual de um Project finance, f. 61
- Quadro 03 Classificação de Risco Ambiental – BNDES, f. 66
- Quadro 04 Instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador, em 6/5/2005, f. 78
- Quadro 05 Instituições financeiras signatárias dos PE que atuam no Brasil, selecionadas para envio do Questionário 1, f. 79
- Quadro 06 Instituições financeiras signatárias dos PE, em 17/1/2006, f. 80
- Quadro 07 Bancos Signatários dos PE que atuam no Brasil selecionados para o envio do Questionário 2, f. 81
- Quadro 08 Relação das entrevistas complementares realizadas, f. 82
- Quadro 09 Objetivos respondidos pelas perguntas do Questionário 1, f. 95
- Quadro 10 Resultado geral da aplicação do Questionário 2, f. 99
- Quadro 11 Síntese das hipóteses sobre motivações econômicas subjacentes aos PE, f. 127
- Quadro 12 Elementos de gestão socioambiental dos bancos–proposta WWF-BankTrack, f. 129
- Quadro 13 Questionário 1- Perguntas e Respostas, p. 146
- Quadro 14 – Principais documentos oficiais relacionados aos PE e seu estágio atual, p. 155

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 SFN – Empresas em funcionamento em Julho/2002, f. 45
- TABELA 2 Rentabilidade anual dos 70 maiores conglomerados financeiros brasileiros, f. 48
- TABELA 3 Ranking ANBID 2005 de Financiamento de Projetos – Estruturador, f. 59
- TABELA 4 Ranking ANBID 2005 de Financiamento de Projetos – Emprestador, f. 59
- TABELA 5 Os bancos pesquisados no contexto do sistema bancário nacional (Ranking do Banco Central do Brasil. Posição: Dez/2005) , f. 84
- TABELA 6 Análise das políticas e práticas em sustentabilidade dos bancos respondentes dos Questionários 1 e 2, f. 84
- TABELA 7 Priorização do público para o direcionamento das informações sobre os PE, p. 116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Avaliação Ambiental
ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AL	América Latina
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimentos
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.
BB	Banco do Brasil S/A
BCB	Banco Central do Brasil
BES	Banco Espírito Santo
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	BNDES Participações S/A
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CAF	Corporación Andina de Fomento
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CFI	Corporação Financeira Internacional (termo em português para IFC)
CIADI	Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DF	Demonstrações Financeiras
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Index</i>
DS	Desenvolvimento sustentável
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
ENV-PRL	Empréstimo de Reforma Programática para a Sustentabilidade Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGC-CES	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FIP	Fundos de Investimentos em Participações
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FND	Fundo Nacional de Desestatização
FoE	<i>Friends of the Earth</i>
GBM	Grupo Banco Mundial
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
HSBC	<i>Hong Kong and Shanghai Bank</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICC	<i>International Chamber of Commerce</i>
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IF	Instituição Financeira
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IFMs	Instituições Financeiras Multilaterais
IFPE	Instituição Financeira signatária dos Princípios do Equador
IIC	<i>Inter-american Investment Corporation</i>
IIRSA	Integração da Infra-estrutura Regional Sulamericana
ISE-BOVESPA	Índice de Sustentabilidade Empresarial da BOVESPA
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PE II	Princípios do Equador – segunda versão
PE	Princípios do Equador
PGA	Plano de Gestão Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPAH	<i>Pollution Prevention and Abatement Handbook</i>
PPP	Parceria Público-privada
PRI	<i>Principles for Responsible Investment</i>
PROINFA	Programa de Fontes Alternativas de Energia Elétrica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RedeBrasil	Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais
RIMA	Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
RS	Responsabilidade Social
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SPE	Sociedade de Propósito Específico
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNEP	<i>United Nations Environmental Program</i>
UNEP-FI	<i>UNEP Finance Initiative</i>
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i>
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

RESUMO

A pesquisa visa o estudo da sustentabilidade no sistema financeiro brasileiro, através da ferramenta de auto-regulação setorial denominada Princípios do Equador. Parte da premissa de que os bancos vêm sendo forçados a reavaliar seu papel na sociedade, especialmente em relação à concessão do crédito. Cada dia mais, além dos parâmetros econômico-financeiros tradicionais, os impactos ambientais e sociais dos empreendimentos financiados vêm sendo considerados. Para o atingimento dos objetivos da pesquisa, optou-se por estudar a gestão socioambiental no setor bancário através dos Princípios do Equador (PE), criados por iniciativa do Banco Mundial e da *International Finance Corporation* (IFC). Os PE tratam de riscos ambientais e sociais no financiamento de projetos de investimento de grande porte (acima de US\$ 50 milhões), chamados *Project finance*, geralmente ligados a empreendimentos de significativo impacto ambiental e/ou social, em setores como energia, petróleo e papel e celulose. A presente pesquisa também visa identificar as condicionantes para a adoção e aplicação dos PE pelos bancos que atuam no Brasil e avaliar seu potencial como impulsionadora da gestão responsável do crédito e indutora de práticas sustentáveis nas empresas. Inicialmente, foi realizada pesquisa bibliográfica, abordando referenciais teóricos sobre desenvolvimento sustentável, responsabilidade social empresarial e temas relacionados. Também foram obtidas informações como: bases conceituais dos Princípios, bancos signatários, resultados do monitoramento da implantação dos PE por parte da sociedade civil organizada, entre outras. Para complementar tais informações e levantar a situação atual de sua implementação no Brasil, foram feitas pesquisas nos *websites* e envio de questionários simples a alguns bancos signatários. As informações obtidas sugerem que esta ferramenta pode contribuir para a gestão socioambiental do crédito no Brasil, tanto entre os bancos signatários quanto entre os demais participantes do mercado de *Project finance*, através da disseminação da cultura de gestão de riscos sociais e ambientais. Os resultados também indicam que os PE podem estar induzindo boas práticas de gestão socioambiental em outras atividades dos bancos signatários, com potencial para fazê-lo também entre as empresas financiadas.

PALAVRAS-CHAVE: finanças sustentáveis – gestão socioambiental - sistema financeiro brasileiro - Princípios do Equador - gestão de riscos

ABSTRACT

The research aims at the study of the sustainability in the Brazilian financial system, through the tool of regional auto-regulation called Equator Principles. It comes from the premise that the banks have been forced to reevaluate their role in the society, especially in relation to the concession of the credit. Nowadays, beyond the traditional economical-financial parameters, the environmental and social impacts of the financed enterprises have been considered. For the accomplishment of the objectives of the research, it was opted to studying the social-environmental management in the banking sector through the Equator Principles (EP), created by the initiative of the World Bank and International Finance Corporation (IFC). It deals with environmental and social risks in the financing of investment projects of great values (above of US\$ 50 million), called Project finance, generally related to the enterprises of significant environmental and/or social impact, in sectors such as energy, oil, paper and cellulose. The present research also aims to identify the pre requirements for the adoption and application of the EP by the banks that act in Brazil and to evaluate its potential as the propelling of the responsible credit management and as the inductive of sustainable practices in the companies. Initially, a bibliographical research was done, approaching theoretical referential on sustainable development, corporate social responsibility and related subjects. Moreover, information had been gotten as: conceptual basis of the Principles, signatory banks, results of the EP implantation and monitoring, by the organized civil society. In order to complement such information and raise the current situation of its implementation in Brazil, research in websites and the sending of simple questionnaires to some signatory banks had been made. The information which was gotten suggests that this tool can contribute for the social-environmental management of credit in Brazil, even among the signatory banks as the other participants on the market of Project finance, through the dissemination of the culture of management of social and environmental risks. The results also indicate that the EP can be inducing good practices of social-environmental management in other activities of the signatory banks, with potential to make it also, among the financed companies.

Key-Words: Sustainable finance - social-environmental management - Brazilian financial system – Equator Principles – risk management

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

O setor empresarial vem se movimentando no sentido de rever seu papel na sociedade, no rastro do movimento ambiental que se intensificou nas últimas décadas. Para tanto, a pressão da sociedade e o questionamento da visão empresarial tradicional, focada na busca do lucro a qualquer preço, têm sido vitais. As transformações ocorridas impuseram mudanças na atuação das empresas e fizeram emergir temas como desenvolvimento sustentável (DS) e responsabilidade social empresarial (RSE) que, ao que tudo indica, vieram para ficar.

Este movimento tem sido mais lento no segmento financeiro, considerado conservador em relação às questões sociais e ambientais e visto como indiferente às suas responsabilidades nesse campo e também às oportunidades inseridas no bojo desses novos paradigmas. Entretanto, a partir do final da década passada, o setor iniciou o processo de repensar sua atuação e reposicionar-se diante desses desafios.

Os bancos brasileiros vêm buscando alinhar suas estratégias e a gestão dos negócios a esses novos paradigmas. Marques (2004) entende que estão buscando a sustentabilidade, embora ainda tenham que evoluir muito nesse sentido. Ventura (2005) afirma que somente a partir da década atual pode-se considerar que a institucionalização da responsabilidade social (RS) começou a se efetivar no setor bancário brasileiro. Diversos fatores contribuíram para esta mudança, entre eles a maior presença dos bancos estrangeiros e as exigências da sociedade sobre o setor, decorrentes do processo de redemocratização interna e também da importância crescente do Brasil em nível global, devido às suas peculiaridades ambientais.

O sistema financeiro detém papel bastante relevante no contexto social e econômico global e o impacto de seus negócios tem sido crescente, em especial nas nações em desenvolvimento. Em vista disso, o mercado e a sociedade civil vêm acompanhando

atentamente sua atuação e exigindo, além do bom desempenho econômico-financeiro, a adoção de políticas e práticas de gestão que respeitem o meio ambiente e considerem o bem-estar da sociedade. A reavaliação desse papel torna-se mais importante no tocante ao crédito. Tudo isto gera novas responsabilidades para o segmento.

O setor bancário vem tomando consciência da existência de um campo fértil para a responsabilização judicial dos bancos, em especial no caso de danos gerados por suas operações de crédito. A tendência da responsabilização de instituições financeiras (IFs) como poluidores indiretos ou através da responsabilidade solidária tem sido crescente (TOSINI, 2005). Outro campo jurídico relevante está relacionado com o Princípio da Precaução¹, em que a IF pode ser co-responsabilizada por danos ambientais, mesmo aqueles de difícil previsão, como definido na Lei de Biossegurança². Por exemplo, vários dispositivos da legislação brasileira dão abertura para imputação aos bancos de responsabilidade civil ou criminal por danos ambientais, podendo envolver seus dirigentes e prepostos.

O sistema financeiro brasileiro vem apresentando resultados econômico-financeiros cada vez mais elevados, sem evidenciar retorno compatível para a sociedade. Ao contrário, segundo Marques (2004), o setor demitiu quase 60% dos bancários entre 1985 e 1999, enquanto sua participação no PIB (Produto Interno Bruto), no início da década de 90, foi superior a 10% e a rentabilidade média sobre o patrimônio líquido de cerca de 20%. Este quadro coexistia com um contexto nacional adverso para a sociedade e para grande parte dos segmentos empresariais: baixo crescimento do PIB; pobreza e desigualdade social; problemas éticos e de governança e; juros reais entre os mais altos do mundo. O setor é considerado o grande beneficiário dos juros altos e visto como insensível às demandas e necessidades sociais. Outra questão que se impõe ao segmento é a necessidade de atender aos imperativos da globalização – incluindo a correta gestão socioambiental – para manter-se competitivo.

O surgimento dos Princípios do Equador (PE) representa passo importante e inovador nesse sentido. O fato de se restringirem às operações de valores elevados não tem sido empecilho para que assumam caráter transformador. Ao contrário, têm sido vistos pelas partes interessadas como ferramenta promissora, embora imperfeita, com potencial para disseminar uma nova cultura entre bancos e clientes e auxiliá-los na busca de uma atuação responsável, apresentando respostas mais satisfatórias às demandas da sociedade e do mercado.

1 “princípio de precaução” - recomenda a adoção de medidas para controle e prevenção de danos graves ao meio ambiente, independentemente de certeza científica sobre tais danos (CNUMAD, 1992).

2 Lei 8.974, de 05/01/95, que trata do uso dos organismos geneticamente modificados. (TOSINI, 2005)

Sua criação significou a fixação de critérios e limites para os fortes impactos ambientais e sociais negativos ligados aos grandes empreendimentos em setores industriais e de infra-estrutura, que têm o poder de impactar grande contingente humano, geralmente formado por populações tradicionais, além de afetar a biodiversidade, gerar riscos à saúde e à segurança e gerar resíduos e poluição, entre outros. A emergência dos PE foi resultado da pressão sobre as Instituições Financeiras Multilaterais³ (IFMs) e bancos comerciais, exercida pela sociedade organizada e a mídia global. Esses *stakeholders* manifestaram forte resistência a tais projetos, conduzidos sem os necessários cuidados, evidenciando-se que tal resistência poderia gerar prejuízos econômico-financeiros para os envolvidos nos financiamentos.

A opção de abordar os PE no presente trabalho surgiu da idéia de dar seqüência aos estudos sobre a sustentabilidade no setor financeiro, utilizando ferramentas que permitissem aprofundar o tema. O que aguçou a curiosidade da pesquisadora foi a aparente incongruência entre a abrangência restrita da ferramenta - em relação ao número de operações - e o grande interesse despertado nos vários segmentos sociais, aliado à sua rápida disseminação entre os bancos⁴. Intrigada diante dessa situação, a pesquisadora passou a se perguntar o que estaria por trás desse movimento do setor financeiro. Afinal, seriam os PE uma mudança efetiva ou apenas outra forma de “maquiagem verde”?

O contexto acima é o ponto de partida para a realização dessa pesquisa, que se propõe a fazer uma leitura da gestão socioambiental do sistema financeiro brasileiro através dos PE.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Os Princípios do Equador - iniciativa do Banco Mundial e da *IFC* – constituem mecanismo de auto-regulação de abrangência global aplicável ao sistema financeiro e ferramenta para a gestão socioambiental de projetos de investimento de grande porte.

A partir da premissa acima, esta pesquisa, com base na proposta de definição de objetivos contida em Vergara (2005), parte da delimitação da seguinte questão: quais seriam os fatores e o contexto que determinam a adoção e aplicação dos Princípios pelos bancos que

3 Banco Mundial (BM), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *International Finance Corporation* (IFC) e outros

4 O interesse por testar a incorporação da gestão socioambiental pelos bancos, na prática, através dessa ferramenta, foi despertado pela significativa adesão dos bancos que atuam no Brasil aos PE. Em jun.2005, entre os 28 signatários, mais de 60% eram brasileiros ou atuavam no Brasil (EQUATOR PRINCIPLES. *Website*. Disponível em: <www.equator-principles.com> Acesso em: 13 jun. 2005).

atuam no Brasil e, por consequência, seus efeitos no tocante à adoção de práticas de crédito responsável, bem como o potencial desse instrumento como indutor da responsabilidade socioambiental nas empresas brasileiras?

Formulada esta questão, o objetivo geral é identificar os fatores e o contexto que condicionam a adoção e a aplicação dos Princípios do Equador por esses bancos e avaliar o potencial do instrumento como impulsionador da prática de crédito responsável e também como indutor da responsabilidade socioambiental nas empresas brasileiras.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são os definidos a seguir:

- ✓ mapear o mercado brasileiro de crédito para aplicação dos PE;
- ✓ levantar o estágio de implantação dos PE no Brasil e no exterior;
- ✓ identificar as ameaças e oportunidades para a adoção dos PE pelo setor bancário brasileiro;
- ✓ levantar o alcance das medidas previstas nos PE, na indução de práticas socioambientais nos bancos, em especial o crédito responsável;
- ✓ definir o alcance dos PE na indução de práticas socioambientais nas empresas; e
- ✓ avaliar o nível de transparência das ações dos bancos em relação aos PE.

Ao final, deverão ser respondidos os seguintes questionamentos:

- ✓ quais são os impulsionadores para adoção dos Princípios?
- ✓ quais os critérios básicos utilizados em relação aos projetos a financiar?
- ✓ quais os ganhos obtidos pelos bancos nos negócios relacionados ao crédito?
- ✓ qual o alcance dos PE na indução de práticas socioambientais adequadas nos bancos e nas empresas?
- ✓ quais são os fatores que facilitam ou limitam a implantação dos PE no Brasil?
- ✓ quais são as políticas e as práticas de gestão adotadas pelos bancos visando a efetiva implementação dos PE?
- ✓ qual o nível de internalização que o banco tem em relação aos Princípios?
- ✓ qual o nível de transparência praticado pelos bancos em relação aos PE?

1.3 Estruturação da dissertação

O trabalho está estruturado em 5 capítulos, incluindo este introdutório, que procura contextualizar o leitor sobre o problema da pesquisa, o que motivou a sua realização, sua estrutura, limites e objetivos.

O estudo começa efetivamente no Capítulo 2, com a fundamentação teórica, que contempla a revisão de conceitos e abordagens sobre temas ligados ao DS e à RSE, com foco na gestão empresarial responsável. Trata também do sistema financeiro, focando o crédito para investimentos, o sistema financeiro brasileiro e as finanças sustentáveis. Introduce os PE, incluindo histórico, conceitos, caracterização e bancos signatários, entre outros.

O Capítulo 3 trata da metodologia, delineando as quatro etapas em que o trabalho se desenvolveu, com o detalhamento dos instrumentos e métodos utilizados para a pesquisa, os objetivos de sua escolha e a forma com que foram empregados.

O Capítulo 4 traz uma discussão sobre o tema e apresenta os resultados da pesquisa, à luz dos conhecimentos proporcionados pelas poucas pesquisas indexadas existentes sobre o assunto. Procura mostrar, ainda, a visão das diversas fontes utilizadas: bancos, através de seus *sites* e de questionários; mercado e mídia, através de métodos diversos de pesquisa e sociedade civil, através da visão de ONGs. Por último, o Capítulo 5 traz as conclusões do trabalho, com as questões mais relevantes encontradas.

1.4 Limites do Trabalho

Esta pesquisa procura analisar a incorporação da sustentabilidade à gestão dos bancos através dos Princípios do Equador. Entretanto, tanto a estrutura dessa ferramenta quanto sua adoção e utilização refletem um processo dinâmico, que acompanha o amadurecimento do mercado financeiro e da sociedade em relação ao tema. Assim, o trabalho espelha a realidade de um determinado momento, que poderá ser diferente em qualquer outro lapso temporal. Isto não invalida seus resultados e conclusões, que refletem um processo atemporal: a busca, pelas empresas, das melhores alternativas para a gestão de seu negócio.

Não é objetivo do trabalho avaliar o impacto dos PE nas comunidades atingidas pelos projetos financiados, uma vez que estão em uma fase inicial de implantação. Também não se pretende avaliar individualmente cada banco em relação à aplicação da ferramenta, diante das dificuldades quanto à disponibilidade e transparência das informações.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

2.1.1 Conceitos

Ao discutir as expressões: “Desenvolvimento Sustentável” (DS) ou “Sustentabilidade” e “Responsabilidade Social Corporativa” (RSC), é necessário ter em mente que seu significado ainda não encontra consenso nos vários segmentos da sociedade. Diversos são os entendimentos e as interpretações, de acordo com os objetivos e a linha de pensamento individual, ou mesmo das correntes que representam esses setores sociais.

A partir da análise dos problemas ambientais conseqüentes ao modelo de desenvolvimento vigente, o Relatório Brundtland⁵: passou a difundir o conceito de DS, numa perspectiva holística e de longo prazo, afirmando que: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46)⁶. Esse postulado procura compatibilizar o crescimento econômico com o respeito ao meio ambiente, limitando o uso dos recursos naturais, com base no progresso técnico (LEROY *et al*, 2002).

5 O Relatório Brundtland, lançado em 1987, visou a preparação para a Conferência Rio 92, das Nações Unidas e discute os rumos do desenvolvimento mundial diante dos impasses ambientais. Produzido pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, resultou de amplos estudos e debates da Comissão com representantes da sociedade em todo o mundo, durante mais de três anos. (CMMAD, 1988)

6 Segundo Leroy *et al* (2002), Lester Brown, do *Worldwatch Institute*, foi o primeiro a formular o conceito de desenvolvimento sustentável, alguns anos antes do Relatório Brundtland.

Leroy *et al* (2002) entende que o DS, conforme proposto no Relatório Brundtland, está subordinado ao mercado, servindo aos interesses ideológicos de seus principais atores. Reflete a hegemonia de uma minoria, formada pelos países desenvolvidos, que impôs sua vontade ao resto da humanidade. Considera o termo questionável, já que as palavras que o compõem vêm sendo usadas de forma abusiva e distorcida. Entende que DS deveria agregar outros segmentos sociais que adotem uma lógica diferente, questionando valores e enxergando o futuro de outra forma. Só assim, “A sustentabilidade sai do campo estritamente econômico e **pode ser entendida como o processo pelo qual as sociedades administram suas condições materiais, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos naturais**” (LEROY *et al*, 2002, p. 18, grifo do autor).

Embora as discussões sobre o DS venham se sofisticando e se aprofundando, coexiste enorme variedade de definições. Elkington (2001) afirma que existem mais de 100 diferentes conceitos, dificultando a efetiva incorporação da sustentabilidade pelas empresas. Os exemplos a seguir mostram conceitos de DS, sob o ponto de vista das IFs. Para o Banco Mundial “... é um processo de administração de uma carteira de ativos que permita preservar e melhorar as oportunidade da população”(INWENT e INCAE, 2004). Para o ABN Amro Real:

...significa viver nossos Valores e Princípios de Negócio, a fim de atender às atuais necessidades da Organização e dos diferentes públicos com os quais nos relacionamos, ao mesmo tempo que protegemos, mantemos e melhoramos os capitais humano, natural e financeiro necessários no futuro (BANCO ABN AMRO REAL, 2005).

O termo “responsabilidade social” também não encontra consenso em relação ao seu significado (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000; ALLEDI, 2002). Para Alledi (2002)

...é um conceito em construção. O seu próprio nome, parece, está em processo de definição. Lê-se e ouve-se de várias pessoas ligadas à área de gestão os termos Responsabilidade Social, Cidadania Corporativa, Gestão Social, Gestão Responsável, Accountability, Governança Corporativa [...] e vários outros equivalentes em inglês, todos eles referindo-se ao movimento da responsabilidade social corporativa (ALLEDI, 2002, p. 15).

Carrol e Buchholtz (2000) entendem que a idéia de responsabilidade social pressupõe que o indivíduo tenha a percepção de seus atos no contexto de um sistema social global, responsabilizando-se pelos efeitos de tais ações em qualquer lugar desse sistema. Afirmam que as diversas definições de RSC contêm limitações e fragilidades, especialmente quanto às implicações nas operações da empresa. Pressupõem que o piso é o cumprimento da lei e que a forma com que cada empresa deve abraçar a RSC varia enormemente, em função de suas particularidades. Apontam quatro tipos fundamentais de Responsabilidades das empresas:

Econômicas, Legais, Éticas e Filantrópicas⁷, cuja soma vai produzir a RSC total. A partir desse modelo, com foco nos *stakeholders*, definem que: “A responsabilidade social das empresas engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e filantrópicas depositadas nas organizações pela sociedade em um dado momento”(CARROL e BUCHHOLTZ, 2000,p. 33).

O movimento no sentido da RS entre as empresas brasileiras tem se intensificado a partir da década de 90 e, em diversos campos, assumido um papel de liderança na América Latina. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma das principais Organização da Sociedade Civil (OSC) representativas do segmento, formada por 1.176 organizações de diversos portes (INSTITUTO ETHOS, 2006a.). Tem se destacado pelo poder de mobilização das empresas e pela criação de ferramentas para a implementação da RS, destacando-se os “Indicadores Ethos”. A definição do Instituto Ethos para RS, abaixo, é utilizada por várias empresas em todo o Brasil:

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS. 2006b).

Outra entidade relevante nesse contexto é o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)⁸, que congrega 49 grupos empresariais, em geral ligados a setores que geram fortes impactos ambientais (CEBDS, 2006). Almeida (2002) considera a RSC como parte do conceito de sustentabilidade, afirmando que:

Uma empresa socialmente responsável é aquela que desenvolve suas atividades de forma a considerar os interesses não apenas dos acionistas, mas também das diversas partes interessadas ou *stakeholders*, tais como colaboradores, fornecedores, clientes, governo, comunidade onde atua, tendo como consequência não só a mera produção de resultados econômicos, mas ainda a criação de valor para esses diversos públicos. RSC é o comprometimento permanente dos empresários em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente melhorando a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (ALMEIDA, 2002, p.137).

7 Responsabilidades Econômicas: produção e venda a preço justo de bens e serviços, remunerando adequadamente os investidores; Responsabilidades Legais: leis, que incorporam noções básicas de justiça (ética codificada) e com as quais a empresa deve estar de acordo; Responsabilidade Éticas: atividades e práticas esperadas ou proibidas pela sociedade, não abrangidas pela lei, refletindo sua visão sobre justiça, equidade ou requisitos para a proteção e o respeito aos direitos morais dos *stakeholders* (Mudanças nos valores éticos geralmente levam à criação de leis); Responsabilidade Filantrópicas: voluntárias, são guiadas pela decisão da empresa em engajar-se em atividades sociais não mandatórias, tais como doações para a comunidade, apoio financeiro a causas de caridade, etc. (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000).

8 Representa o *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* no Brasil.

Este conceito traz implícita uma ampliação do espectro de atuação empresarial. Nessa linha, Vinha (2003) associa o conceito de RSC ao DS, conferindo dimensão mais humanizada à ecoeficiência, já que as demandas da sociedade passam a contar, além das do mercado.

Existe uma certa imprecisão entre “Sustentabilidade” e “Responsabilidade Social Empresarial ou Corporativa”, o que gera dúvidas sobre qual delas precede ou abrange a outra. Para Alledi (2002), o movimento de gestão sustentável (ou “gestão para a sustentabilidade”) estaria englobando a RS e tudo o que se faz nesse campo teria como foco a sustentabilidade⁹ dos negócios. Elkington (2001) também deixa claro que a RSC é um dos componentes da sustentabilidade, chamado de pilar social, afirmando que sustentabilidade não pode ser vista apenas como ligada à eficiência ambiental, envolvendo temas sociais, éticos e políticos.

Entendemos que ambos os temas são complementares e estão interligados, porém a sustentabilidade, nas concepções mais modernas, seria o termo mais abrangente. Como o trabalho se aplica à gestão empresarial, optamos por adotar termos que associem “Gestão” com “Meio Ambiente” e com “Responsabilidade Social” (Gestão Socioambiental) ou “Gestão” com “Sustentabilidade” (Gestão para a Sustentabilidade). Esse entendimento é coerente com o tratamento que organizações líderes vêm dando à questão. O Banco do Brasil, por exemplo, adota o termo Responsabilidade Socioambiental; a Petrobras utiliza “Responsabilidade Social e Ambiental”; O Instituto Ethos e a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) usam “Gestão para a Sustentabilidade”, considerado por Alledi¹⁰ como mais adequado que “Gestão Sustentável”, já que o termo “sustentável” remete a algo pronto e acabado, que não é coerente com a idéia da sustentabilidade.

2.1.2. Características, Histórico

Carrol e Buchholtz (2000) afirmam que o conceito de responsabilidade nos negócios, que prevaleceu nos EUA durante longo tempo, foi forjado após a emergência do modelo econômico clássico baseado em Adam Smith¹¹ e seu conceito de “a mão invisível do mercado”. Esta visão sustentava que, ao responder à demanda do mercado, a empresa estaria atendendo aos desejos e necessidades da sociedade, uma vez que o mercado teria a capacidade

9 “Sustentabilidade” seria o “resultado” do desenvolvimento sustentável.

10 Comunicação pessoal à autora. Rio de Janeiro, Maio de 2006

11 Adam Smith: filósofo e economista escocês que viveu entre 1723 e 1790, mais conhecido pelo seu livro “*The Wealth of Nations*”, onde delineou a teoria do livre mercado, predominante em todo o século 19. (Adam Smith Intitute. Disponível em: www.adamsmith.org/smith Acesso em: 1 jun. 2006)

de estabelecê-las, transformando seus próprios interesses em interesse social. Entretanto, o mercado não conseguiu assegurar uma atuação ética e justa das empresas.

Posteriormente passou a prevalecer um “modelo legal”, com a criação de leis restringindo o comportamento das empresas, sob a forma de filantropia, obrigações comunitárias e paternalismo, que mesclavam preocupações genuínas com o bem-estar das comunidades com o retorno dos benefícios para as próprias empresas. Com o surgimento das grandes corporações no século XIX, seu enorme poder levou a questionamentos sobre a responsabilidade do setor empresarial com a sociedade, embora só a partir dos anos 20 a idéia da RSC tenha se concretizado. Dos anos 30 aos anos 50 passou-se a considerar o bem-estar dos empregados (pensão/seguros, segurança, planos de saúde) (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000).

Lideranças empresariais norte-americanas perceberam que os governos tinham o poder de intervir na economia, via opinião pública, o que gerou a necessidade de uma ideologia que mostrasse as grandes corporações como uma força para o bem da sociedade. Procuraram, então, persuadir os segmentos afetados pelo poder das empresas de que esse poder estava sendo usado apropriadamente, embora inicialmente através da filantropia (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000).

Carrol e Buchholtz (2000) ressaltam que poucas pessoas são contra a RSC atualmente e que o debate está centrado nos tipos e graus de RSC e em questões éticas mais sutis. Sugerem que o setor empresarial deve contribuir para solucionar os problemas da sociedade e ser sensível às suas expectativas de longo prazo, se quiser assegurar a sobrevivência das empresas. Um argumento bem pragmático a favor da RSC é evitar futura regulação e intervenção governamental. Também argumentam que ser proativo é mais prático e envolve menos custos do que simplesmente reagir aos problemas já estabelecidos. Como argumento final, citam o forte apoio público à RSC, o que é revelado por diversas pesquisas, tais como a realizada em 1994 nos EUA, pela Walkerinformation, que aponta as características das empresas socialmente responsáveis, sob o ponto de vista de 1037 chefes de família americanos (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000, p. 51), conforme Quadro 01, abaixo:

Quadro 01 – As 20 Principais Atividades/Características das Companhias Socialmente Responsáveis (percepção de 1037 chefes de família americanos, em 1994).

- Fabricam produtos seguros
- Não poluem o ar ou a água
- Obedecem à lei em todos os aspectos de seus negócios
- Promovem o comportamento ético e honesto de seus empregados
- Comprometem-se com a ética do trabalho seguro
- Não utilizam propaganda enganosa
- Apoiam políticas de combate à discriminação
- Utilizam embalagens ambientalmente amigáveis
- Protegem os empregados contra assédio sexual
- Promovem reciclagem dentro da companhia
- Não têm histórico de atividades questionáveis
- Respondem rapidamente a problemas dos clientes
- Mantém programas de redução de resíduos
- Fornecem assistência total ou parcial à saúde
- Promovem programas de conservação de energia
- Adotam programas de recolocação de empregados
- Doam dinheiro para causas de caridade ou educacionais
- Utilizam apenas materiais recicláveis ou biodegradáveis
- Tratam empregados de forma sensível, cortês e amigável
- Buscam a melhoria contínua da qualidade

Fonte: WALKERINFORMATION 1994, *apud* Carrol e Buchholtz, 2000, p. 52

O estudo destaca que, assim como os motivadores de compra tradicionais, aqueles ligados à cidadania ou à RS são objeto de preocupação do público e impactam a reputação da empresa. Assim, empresas éticas e cumpridoras da lei ganham em reputação, gerando valor intangível que é incorporado à marca. Uma das conseqüências positivas é a atração de investidores interessados em papéis de empresas comprometidas com tais valores (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000).

A partir da década de 90, temos assistido no Brasil à ampliação da visão estratégica das empresas sobre seu negócio, que começa a ser percebido como algo mais “orgânico”, que afeta e é influenciado pelo ambiente. Cappellin e Giuliani (2002) afirmam que o movimento da RSC no Brasil começou a partir das rápidas mudanças no mercado de trabalho. Algumas entidades empresariais assumiram posição mais crítica em relação à atuação das empresas - focada na abordagem filantrópica - passando a estimular novo comportamento das organizações. Paralelamente, instituições comprometidas com valores espirituais, políticos e cívicos, que questionavam a atuação das empresas, voltada quase que exclusivamente para o lucro¹², protagonizaram as primeiras iniciativas no sentido da mudança. A Constituição de

12 Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas no Brasil (ADCE), publicou em 1965 a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas” e em 1974 o “Decálogo do Empresário”, que, pela primeira vez, associa negócios com RS; Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), criada em 1986, visava humanizar a empresa e aproximá-la da sociedade; Em 1982 a Câmara Americana de Comércio (Amcham/SP) criou o “Prêmio Empresa na Comunidade”; O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), de 1987, incentivou os conceitos de democracia e cidadania; O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), formalizado em 1995, difundiu na América Latina novas idéias sobre práticas sociais (CAPPELLIN e GIULIANI, 2002)

Os projetos de cunho ambiental são, em geral, desenvolvidos junto com práticas de educação ambiental e envolvem parcerias com ONGs e outras instituições. Os empresários procuram associar tais iniciativas ao aumento do resultado econômico. O número de certificações pela ISO 14001 é destaque nesse campo e o Brasil detém a primeira posição entre os países em desenvolvimento, com 281 empresas certificadas (Out. 2001). Entre as ONGs relevantes, destacam-se a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), que congrega 256 ONGs (dados de 2001). Destacam-se, ainda, entidades de consumidores, mídia especializada e organizações voltadas para os acionistas, que mostram a dimensão do movimento de RSC no Brasil (CAPPELLIN e GIULIANI, 2002).

Cappellin e Giuliani (2002) vêem diferenças marcantes entre a RSC e a Responsabilidade Ambiental Corporativa. A primeira funciona como uma gota no oceano, por situar-se num contexto de baixa regulamentação e declínio dos padrões e direitos trabalhistas. A segunda, embora frágil, encontra apoio na legislação, nas normas e padrões internacionais, na pressão da sociedade civil e em algumas oportunidades de negócios. Assim, a evolução da RSC vai depender do contexto que envolve as variáveis regulatórias, políticas e de negócios.

No campo do DS, os impasses ambientais e sociais gerados pelo modelo de desenvolvimento vigente provocaram, no final do século passado, a intensificação dos debates sobre os rumos da humanidade. Ao sobrevalorizar as questões econômicas, esse modelo gerou graves problemas ambientais como poluição do ar e da água, efeito estufa, redução das reservas de recursos naturais e da biodiversidade, desmatamento e geração excessiva de resíduos. Os impasses no desenvolvimento humano e social se fazem sentir através de vários problemas, a exemplo de: pobreza, fome e desigualdade; desrespeito aos direitos humanos; falta de saneamento e assistência à saúde e falta de oportunidades de educação e trabalho.

Elkington (2001) aborda as mudanças que a sustentabilidade traz para o meio empresarial num ambiente capitalista, afirmando que fatalmente levarão à destruição de inúmeras empresas e negócios e, ao mesmo tempo, significarão o surgimento de novas oportunidades. Fala das transformações necessárias em cada um dos três pilares da sustentabilidade – o econômico, o ambiental e o social – e também da importância das inter-relações entre eles. Postula que as centenas de empresas que aderiram à Carta para o Desenvolvimento Sustentável, criada pela Câmara do Comércio Internacional (ICC) e lançada durante a Rio 92, pensavam que apenas iriam promover o “esverdeamento” dos negócios, sem ter a real idéia da força, da profundidade e do desafio embutidos no conceito de DS.

A Teoria dos Três Pilares do Desenvolvimento Sustentável foi desenvolvida pela Sustainability e, segundo Elkington (2001), está assim estruturada:

- ✓ Pilar Social: envolve os tipos de capital social que a empresa deverá criar, manter e incrementar visando o DS; definição do papel dos executivos na sustentação do capital social e humano; a influência dos conceitos de justiça ambiental e equidade intra e intergerações na definição e mensuração do capital social;
- ✓ Pilar Econômico: ligado à competitividade dos custos e da taxa de inovação, à demanda por produtos e serviços, à manutenção das margens de lucro, numa perspectiva de longo prazo, visando a perenidade da empresa;
- ✓ Pilar Ambiental: tipos de capital natural afetados pelas atividades empresariais; se esses capitais são sustentáveis; o nível de entendimento e de busca de soluções para o *stress* ambiental; como a empresa afeta as estruturas fundamentais da vida e da natureza. O autor destaca, ainda, a sustentabilidade ambiental dos ecossistemas, que dependem fundamentalmente da ação do Estado e da presença da academia.

Analisando as interrelações entre os pilares, cita a eco-eficiência, localizada entre as agendas econômica e ambiental, que considera relativamente simples de ser gerenciada pelas empresas. Afirma que outras questões envolvendo mais de um pilar podem exigir abordagens muito mais complexas, como a justiça ambiental, equidade entre e intra-gerações e justiça social. Conceitua a ecoeficiência, que envolve o balanceamento da rentabilidade da empresa com a atuação ambiental, como:

Na definição normalmente aceita, ela envolve o fornecimento de bens e serviços a preços competitivos e que satisfaçam as necessidades humanas e traga qualidade de vida, enquanto reduz progressivamente os impactos ecológicos e a intensidade de recursos durante o ciclo de vida, a um nível próximo ao suportável para a Terra (BCSD¹⁴, 1993, *apud* ELKINGTON, 2001, p. 82).

O Banco Mundial considera as seguintes dimensões da sustentabilidade (WORLD BANK, 2002):

- ✓ Sustentabilidade Humana: relativa ao capital humano, não pertencente à sociedade, mas sim ao indivíduo. Envolve a saúde, educação, construção de conhecimento e capacidades, liderança e acesso a serviços, sendo que alguns desses temas são considerados fundamentais para o desenvolvimento econômico.

¹⁴ BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - BCSD. Workshop sobre eco-eficiência na Antuérpia em 1993.

- ✓ Sustentabilidade Social: manutenção do capital social ou moral, que demanda trabalho conjunto, participação social e fortalecimento dos governos e da sociedade civil. Envolve, ainda, valores compartilhados tais como espírito de união da comunidade, compaixão, amor, ética, igualdade de direitos e honestidade, em um ambiente em que vigoram leis, regras e disciplina. A ausência de capital social traz sérias limitações ao DS, gerando consequências como a violência.
- ✓ Sustentabilidade ambiental: relaciona o aumento do bem-estar humano com a proteção das fontes de matérias primas e manutenção da capacidade do planeta em absorver os resíduos produzidos. Para isto, o subsistema econômico deve adequar-se aos limites biofísicos do ecossistema, do qual depende.
- ✓ Sustentabilidade econômica: trata da estabilidade ou manutenção do capital. A valoração do capital nacional e do fluxo de matérias primas e energia das fontes até o destino final dos resíduos também tem que ser considerada.

Segundo Schmidheiny e Zorraquín (1996), DS deve ser objetivo da sociedade como um todo. Já a ecoeficiência, apesar de também poder demandar algum envolvimento social na fixação de padrões, é uma tarefa de cada entidade na sociedade. Ainda que todas as empresas sejam ecoeficientes, a base de recursos do planeta pode se deteriorar seriamente com o crescimento da população e o aumento excessivo nos negócios e na indústria.

O DS é um processo dinâmico, uma trajetória, e não um fim em si mesmo. Assim, não é possível chegar à plena sustentabilidade, mas agregar em maior ou menor grau alguns de seus componentes:

“Afiml, o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (CMMAD, 1998).

2.1.3 Evolução da Gestão Socioambiental no Setor Empresarial e no Mercado Financeiro

O movimento da sustentabilidade é visto por alguns autores, a exemplo de Elkington (2001), como consequência do movimento ambientalista, cujas manifestações mais marcantes ocorreram na década de setenta. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, veio inserir o meio ambiente no panorama político internacional, passando a atrair a atenção da sociedade para os graves problemas ambientais que se apresentavam para toda a humanidade.

Vinha (2003) destaca o papel exercido, no setor empresarial, pelo WBCSD, em resposta às inquietações surgidas por ocasião da Conferência Rio-92, quanto aos impactos negativos do modelo de desenvolvimento vigente, na dinâmica da natureza. Sob a liderança do WBCSD as empresas se organizaram em torno da ecoeficiência e do DS, movimento que teve como marco o lançamento do livro “Mudando o Rumo” de Stephan Schmidheiny, fundador do WBCSD. A publicação foi uma resposta do setor aos desafios ambientais e à necessidade de integração entre eficiência econômica e ecológica. Procuraremos, a seguir, resumir os pontos mais relevantes da citada publicação, diante de sua importância para a compreensão da visão empresarial sobre o pensamento e os fenômenos ligados à questão ambiental e ao DS.

Schmidheiny (1992) destaca o aumento acelerado e quase sempre ineficiente e mal planejado do uso de recursos naturais, acima de sua capacidade de renovação. Afirma que a espécie humana está fazendo um mau negócio ao tirar mais partido do estoque do que dos rendimentos do planeta, e coloca o declínio ambiental e econômico como faces da mesma moeda (CMMAD¹⁵, 1987, *apud* SCHMIDHEINY, 1992).

Ressalta a insustentabilidade da forma tradicional de progresso e as dificuldades em cumprir as recomendações da Comissão Brundtland, especialmente no atendimento das necessidades de desenvolvimento futuras. Para o autor, os desafios e oportunidades estão cada vez mais complexos e globais e o DS também tem a ver com a mudança das regras do jogo econômico, de forma a contemplar temas como conservação de recursos e igualdade de oportunidades. O sentido da publicação é convidar e desafiar o meio empresarial a juntar-se àqueles que adotam uma outra visão de futuro, ao invés de entrincheirar-se numa posição confortável de resistência às mudanças delineadas no conceito de desenvolvimento sustentável (SCHMIDHEINY, 1992).

Afirma que o DS assenta-se em um “sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços são fixados de forma a refletir os custos dos recursos ambientais...” (SCHMIDHEINY, 1992, p. 14). Sua fundamentação baseia-se nesse princípio, o que sinaliza uma visão muito própria do setor empresarial, questionada por diversos autores. Como exemplo, cita-se a afirmativa de que “Mercados abertos e competitivos criam empregos e oportunidades, e desse modo são o meio mais eficaz de satisfazer às necessidades humanas.

15 The World Commission On Environment and Development – WCED. **Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987

Os mercados acessíveis dão poderes às pessoas e oferecem as maiores oportunidades aos pobres” (SCHMIDHEINY, 1992, p. 15).

Embora admitindo as dificuldades para se calcular os custos da degradação ambiental e social, Schmidheiny (1992) considera que devem ser incorporados ao custo de produção e que não fazê-lo leva a mais degradação ambiental. Alier (1998) discorda, afirmando que a mensuração da sustentabilidade é inviável, já que é impossível medir e valorar adequadamente as conseqüências da atuação do homem sobre o meio ambiente. Assim, conclui não ser possível traduzir essas externalidades¹⁶ em uma taxa de desconto que possa aplicar-se às atividades econômicas, embora afirme ser a favor de instrumentos que conduzam à redução dos impactos negativos da economia sobre o meio ambiente.

Leroy *et al* (2002) critica a visão dominante sobre o termo *desenvolvimento*, que seria um engodo, envolvendo duas ilusões: a primeira, que só admite um caminho para o desenvolvimento, o dos países ditos “desenvolvidos”; e a segunda, que leva à suposição de que as condições ecológicas do planeta permitirão que toda a humanidade chegue a esse patamar. Todos os países poderiam chegar aos padrões considerados ideais, bastando que sigam determinadas regras econômicas, o que o autor entende inviável. Ele questiona a idéia de conjugação do “...crescimento econômico com progresso técnico capaz de poupar recursos materiais” e de que o mercado seja considerado o “ambiente institucional mais favorável a se considerar a natureza como capital” (LEROY *et al*, 2002, p. 17). Assim, o discurso capitalista tende a adequar as questões ambientais aos interesses de perpetuação da tradicional hegemonia do capitalismo (ALIER, 1988; LEROY *et al*, 2002).

Schmidheiny e Zorraquín (1996) argumentam que as empresas que adotam a ecoeficiência têm sido priorizadas por investidores, seguradoras; instituições financeiras fornecedoras de recursos e até pelos profissionais mais talentosos do mercado. Além disso, as regulações e o controle de seu cumprimento estão se tornando mais rígidos, proliferam os instrumentos econômicos para encorajar melhoria contínua e o “consumo verde” está evoluindo, focando a lealdade à empresa e não mais somente à marca. Entre os argumentos para a busca da ecoeficiência está o de que não importa o que as empresas façam, estarão movidas pela legislação, seja a atual ou futura, o que pode estar por trás de iniciativas de auto-regulação setorial e padrões voluntários.

16 “...custos (ou benefícios) ocultos e imputados a seus responsáveis econômicos...” (ALIER, 1988, p. 69)

Vinha (2003) discute o protagonismo entre empresas e governo na transição entre o modelo econômico tradicional e o DS, afirmando que a auto-regulação setorial ainda é vista com desconfiança pelo consumidor brasileiro. A sociedade vê o Estado como o principal regulador e o próprio empresariado admite possuir adversários entre seus pares. As empresas tenderão a ganhar espaço na regulamentação ambiental, papel que hoje é desempenhado pelos governos. A implantação dos PE no Brasil reflete bem as situações apontadas.

Schmidheiny (1992) destaca as dificuldades das organizações para se adequarem aos novos paradigmas e a acomodação das lideranças empresariais e políticas, que buscavam manter a forma tradicional de fazer negócios. Entretanto, o setor empresarial acaba por iniciar processo de evolução, passando da mera obediência à lei, associada a medidas de limitação da poluição e purificação de resíduos, para atitudes como evitar a poluição e gerar menos resíduos. Dessa forma, alguns setores passam a ser mais eficientes e competitivos.

Segundo Vinha (2003), a implementação do DS varia conforme o segmento, tendo avançado mais nos setores industriais como petroquímico, de papel e celulose, automotivo e eletrônico, considerados mais poluentes, e nas multinacionais. Destaca a importância dos mecanismos de pressão - especialmente ONGs am

clima favorável à sua aprovação, implantação e operação. O próprio Banco Mundial (BM), de orientação conservadora, reconhece a importância dessas medidas e de obter a chamada “licença social para operar”, especialmente dos atores sociais mais impactados pelas atividades da empresa. O BM busca, ainda, induzir comportamentos empresariais socialmente responsáveis, como publicação do balanço social e certificações ambientais e sociais.

Para Vinha (2003), as questões que vêm sendo colocadas para as empresas com a emergência de temas como DS, meio ambiente, RS – especialmente após a Conferência Rio-92 - levaram à revisão dos seus valores e ao surgimento de movimentos setoriais para enfrentar as pressões, embora sem maiores questionamentos sobre os padrões de produção.

No início dos anos 90 a comunidade bancária já tinha a percepção de alguns dos motivos pelos quais não poderia mais desconsiderar as implicações ambientais do crédito: segurança do crédito, relação cliente-investidor e responsabilidade legal. Schmidheiny (1992) defendia a internalização de custos ambientais, a inclusão do desempenho ambiental na avaliação de performance e que as IFs investissem em *know-how*, informações e contabilidade e avaliação. Também previa a possibilidade da inclusão de auditorias ambientais nos pedidos de empréstimos. Entendia que o fortalecimento dos mercados de capitais de países em desenvolvimento era caminho para que a comunidade financeira internacional assegurasse o uso sustentável dos recursos naturais desses países. Vislumbrava um novo papel para o mercado de capitais, diante das mudanças estruturais e comportamentais que se delineavam: o de redefinir o mapa ambiental e econômico mundial (SCHMIDHEINY, 1992).

A maioria dos bancos resistiu em engajar-se nessas questões, sob o argumento de que praticamente não usam recursos naturais e emitem pouca poluição, posição que vem mudando devido à imputação de responsabilidade por danos ambientais em instalações de clientes. Em meados da década de 80, a postura do mercado financeiro em relação à questão variava, mas podia ser resumida em uma pergunta, feita pelos bancos: “Porque eu deveria me importar?”. Uma das possíveis respostas está relacionada com a pressão dos grupos ambientalistas sobre a comunidade financeira, especialmente no caso das políticas de crédito das Agências Multilaterais (Banco Mundial/BIRD, Banco da Alemanha e outras), nem sempre alinhadas com os parâmetros da sustentabilidade (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996).

Schmidheiny e Zorraquín (1996) destacam que, para o mercado financeiro, o importante não é a quantidade ou qualidade de indicadores ambientais disponíveis, mas sim se está clara sua relevância em termos financeiros. O desperdício de energia só será relevante, por exemplo, se ela for cara ou se implicar em alguma taxa; sites contaminados sem um

custo de descontaminação nada representam para os mercados. Isto reforça a necessidade de atribuir preço ou medida quantitativa ao meio ambiente, algo que o mercado possa compreender. Embora com exceções, os bancos têm sido lentos para encarar deveres, responsabilidades e oportunidades ambientais. Os banqueiros são considerados conservadores na busca de novos mercados, produtos e serviços, o que poderia explicar a lentidão do setor na criação de produtos ligados ao mercado ambiental (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996).

Embora tenha havido evolução significativa do setor bancário no sentido da sustentabilidade, no caso do Brasil só mais recentemente ações mais efetivas vêm sendo adotadas pelos bancos. Oliveira (2004), pesquisando empresas brasileiras, verificou que:

Diferente de muitos países onde os bancos e seguradoras são algumas das principais forças para mudanças ambientais, especialmente com auditorias *due diligence*, não foi percebido um papel mais intenso dos órgãos financiadores em relação à questão ambiental. Porém, já existe um avanço, e um número razoável de grandes/médias empresas (19%) dizem que já tiveram sua qualidade ambiental como alvo de perguntas desses órgãos (Oliveira, 2004, p. 283)

Dois aspectos da pesquisa citada acima devem ser ressaltados: primeiro, a época em que foi realizada (2002), antes do lançamento dos PE; segundo, a amostra de empresas, circunscrita ao Estado do Rio de Janeiro e envolvendo tanto grandes como médias empresas, enquanto os PE tendem a contemplar as de grande porte. A pesquisa mostra que os bancos (19%) já procuravam informar-se sobre a qualidade ambiental de seus clientes. Extrapolando para as grandes empresas em geral, espera-se que tenha havido evolução em relação ao envolvimento das IFs que atuam no Brasil nos aspectos ambientais ligados aos seus clientes.

A corte dos EUA pode considerar um banco responsável por um dano ambiental se entender haver negligência na concessão de um empréstimo. Pesquisa da Associação Americana de Bancos, de 1994, constatou que 62,5% deles negaram empréstimos devido à possibilidade de herdarem ônus ambientais e 45,8% interromperam a assistência a setores de alto risco ambiental. Pesquisa de 1995 (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996, p. 105), envolvendo 90 bancos em todo o mundo, mostrou que 80% praticavam algum grau de avaliação de risco ambiental antes de conceder empréstimos. Praticamente todos acreditavam

A *United Nations Environmental Program* (UNEP) listou vários tipos de riscos ambientais que os fornecedores de recursos poderiam considerar, agora ou no futuro. (VAUGHAN¹⁷, *apud* SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996):

- ✓ redução drástica do valor de mercado de propriedades, devido à contaminação;
- ✓ redução da performance financeira ou capacidade de pagamento, decorrente de ônus por descontaminação, taxas e penalidades;
- ✓ perda de prioridade de direitos (ex: hipoteca, nos EUA), no caso de pagamento de empréstimos, em relação a custos de descontaminação;
- ✓ responsabilização do fornecedor dos recursos, no caso de créditos apoiando atividades geradoras de resíduos perigosos;
- ✓ responsabilização por custos de descontaminação ou outras situações envolvendo temas ambientais, tais como: envolvimento na gestão da empresa; execução de hipoteca; problemas com propriedade dada em garantia; injúrias pessoais ou danos à propriedade causados por empresas clientes, incluindo responsabilidade civil.

Os autores apresentam algumas ponderações sobre a necessidade de mudança de postura dos bancos:

- ✓ O foco está quase que exclusivamente na redução do risco ambiental dos *portfolios* e, por consequência, na minimização da exposição a créditos podres;
- ✓ caso os clientes insiram os riscos ambientais em seus sistemas de gestão, há redução do risco do negócio, refletindo positivamente no fornecedor do recurso;
- ✓ a simples negativa em emprestar para empresas com problemas ambientais – especialmente pequenas e médias – pode piorar a situação;
- ✓ deve-se considerar os custos da avaliação de riscos, especialmente no caso das pequenas e médias empresas, que não dispõem de maiores recursos.

Apesar de o meio ambiente ser provavelmente uma preocupação de apenas uma minoria de banqueiros, existem evidências crescentes de que muitos estão buscando formas criativas de caminhar nesse sentido. Entre os passos recomendados por Schmidheiny e Zorraquín (1996) para que os bancos líderes busquem a sustentabilidade, vale destacar:

- ✓ participar do debate ambiental, não de forma defensiva, mas com foco na criação de novos padrões e mercados com benefícios econômicos, sociais e ambientais;

17 Vaughan, S. *The Greening Financial Markets*. Geneva: UNEP, 1995.

- ✓ criação, pelos governos nacionais e organizações multilaterais, de diretrizes e regulações globais, visando simplificar a abordagem dos banqueiros nessa etapa de transição para um novo patamar;
- ✓ criação de ferramentas de gestão de risco mais sofisticadas e baseadas em experiências empíricas.

Ainda em meados da década de 90, a maioria dos gestores de investimentos considerava as preocupações ambientais ou com DS como algo irrelevante para seu trabalho, a não ser que definidos pela lei ou refletidas quantitativamente no balanço. Também na área financeira das empresas, apenas mais recentemente seus profissionais começaram a demonstrar interesse pelo tema. A dificuldade de medir os riscos e a relação custo/benefício em evitá-los é um dos fatores dessa indiferença, embora já se admitam perdas para bancos e investidores ao se negligenciar tais questões (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996).

No mercado financeiro, por longo tempo o engajamento limitou-se à oferta de “investimentos verdes”, contendo papéis de empresas com alguma preocupação ambiental. A primeira reação significativa veio das companhias de seguros, atingidas por custos de despoluição de “sites” contaminados ou custos decorrentes de danos causados por desastres naturais, cuja ocorrência parecia crescer de forma alarmante.

Por ocasião da Conferência Rio 92 (Cúpula da Terra), um grupo de bancos produziu o documento “*Statements by Banks on the Environment and Sustainable Development*”, em que eles se comprometeram a incorporar o DS em suas políticas e práticas negociais.

No Brasil, a introdução da variável ambiental foi fortemente influenciada pelos fluxos financeiros internacionais, através do Banco Mundial¹⁸, que tem sido alavancador de recursos privados e multilaterais para investimento no País e assumido papel de indutor da incorporação de componentes ambientais aos projetos. Cabe destacar a parceria entre o Banco Mundial e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para suprimento de recursos para “instalação de tecnologias de controle ambiental”, que repassou US\$1,2 bilhões entre 1990-1995 (dados do BNDES) (MAY, 2001, p. 305).

A IFC também atua como canalizadora de recursos privados internacionais para melhorias ambientais na indústria brasileira. Em 1996, totalizavam US\$ 602 milhões em empréstimos e US\$175 milhões em ações, contemplando principalmente *agribusiness*, reflorestamento, papel e celulose e química, setores ambientalmente sensíveis (MAY, 2001, p.

18 Via BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

O “*stakeholder approach*” é conceituado como a abordagem que “trata de públicos e indivíduos que podem afetar direta ou indiretamente, a organização, e do comportamento gerencial adotado para responder a eles” (FREEMAN¹⁹, 1984 *apud* VINHA, 2003).

Vinha (2003) destaca que a pressão social levou as empresas a mudarem sua postura histórica de só interagir com seus públicos mais imediatos (fornecedores, órgãos ambientais, empregados) e apenas quando ameaçada de sofrer perdas financeiras ou de reputação. Afirma que somente com a abordagem dos *stakeholders* é possível integrar as estratégias que vão levar à sustentabilidade: prevenção da poluição (ou ecoeficiência), gerenciamento de produto e, por fim, o DS, que representa um salto de qualidade da empresa, com foco em sua perenidade no mercado (HART²⁰, 1997 *apud* VINHA, 2003).

O relacionamento com *stakeholders* é fundamental, principalmente para as corporações multinacionais que operam em países em desenvolvimento, em áreas sensíveis em relação ao meio ambiente, à biodiversidade e à “sociodiversidade”. A competência para operar nesses ambientes constitui vantagem competitiva e o engajamento de *stakeholders* antes da instalação dos empreendimentos tem sido vista como medida de suma importância, que contribui para prevenir acidentes e minimizar impactos (VINHA, 2003).

A prática de relatar as atividades da empresa, de forma a considerar os interesses dos *stakeholders*, vem se constituindo em um sinalizador para a compatibilidade entre a intenção e as ações empresariais objetivas, em relação à RSE. No Brasil, os balanços sociais²¹. e relatórios de sustentabilidade vêm se difundindo de forma marcante. Entre as metodologias e modelos mais utilizados, individualmente ou em conjunto, estão:

- ✓ Balanço Social IBASE, criado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, ligado ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE);
- ✓ Diretrizes da GRI-Global Reporting Initiative, modelo mais complexo e abrangente, que permite comparação entre empresas;
- ✓ Guia de Elaboração do Balanço Social, do Instituto Ethos, que considera o Modelo IBASE e as diretrizes GRI;
- ✓ Relatório de Sustentabilidade do CEBDS.

19 FREEMAN, R.E. *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston, MA: Pitman, 2002.

20 HART, S.L. *A natural-resource-based view of the firm*. Academy of Management Review.

21 O Prêmio Balanço Social, iniciativa conjunta de várias Organizações da Sociedade Civil (OSCs), teve 250 inscrições nas edições de 2002 a 2004 e 166, na de 2005 (Fonte: <www.premiobalancosocial.org.br> Acesso em: 30 mai. 2006).

Segundo Carrol e Buchholtz (2000), a maior complexidade da corporação moderna trouxe a necessidade de que as organizações sejam mais sensíveis a indivíduos e grupos, antes vistos como desprovidos de poder e incapazes de fazer reivindicações. Este conceito ganhou força entre acadêmicos e pensadores nos anos 90, palco de diversos eventos internacionais para discutir a teoria dos *stakeholders*, em que se destacou a seguinte questão: a quem as companhias pertencem e no interesse de quem deveriam ser administradas? Esta visão contrastava fortemente com a idéia da mera geração de lucros, vigente nos EUA e Inglaterra, e se aproximava mais daquela do Japão e grande parte da Europa continental, que admitiam balancear esses interesses com os de outros *stakeholders*.

Começam a ser discutidos conceitos como “corporação de *stakeholders*” e “capitalismo de *stakeholders*” e a inclusão dessas partes interessadas passa a ser considerada por alguns autores como a chave para o sucesso e a perenidade das empresas no Século 21. Também é abordada a questão ética implícita na teoria dos *stakeholders*, os quais têm reivindicações, direitos e expectativas que devem ser considerados. A evolução do conceito ocorreu paralelamente à da empresa, ou seja, de uma visão restrita à produção para a “visão dos *stakeholders*”, que passou a incluir relacionamentos multilaterais e interligados (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000).

Carrol e Buchholtz (2000) afirmam que a empresa deve considerar tanto os *stakeholders* que têm legitimidade, ou seja, interesses ou reivindicações legítimas sobre as operações da firma (ex.: acionistas, empregados e clientes), como incluir outros, como competidores, fornecedores, comunidade, grupos de interesse especiais e a sociedade ou o público como um todo. Classificam os *stakeholders* como primários e secundários: os primários teriam interesses mais diretos na empresa (acionistas, empregados, clientes, comunidades, fornecedores, meio ambiente, gerações futuras, espécies não humanas); os secundários, aqueles com interesse mais representativo que direto (governo, instituições da sociedade civil, grupos de pressão, mídia, academia, competidores, grupos de pressão ambiental, entre outros). Embora o nível de prestação de contas tenda a ser mais baixo para estes últimos, sua influência pode ser vital para a reputação da empresa. Além do mais, podem rapidamente virar *stakeholders* primários.

Outra forma de categorizá-los envolve os seguintes tipos de *stakeholders*: chave, essenciais para a sobrevivência da empresa; estratégicos, relevantes para um conjunto particular de ameaças e oportunidades que ela enfrenta num determinado momento e; “ambientais”, aqueles que não se enquadram nessas duas categorias. O principal desafio dessa

abordagem é assegurar que os *stakeholders* primários atinjam seus objetivos e que os demais sejam tratados eticamente e também estejam satisfeitos. A segunda alternativa seria buscar os objetivos dos *stakeholders* primários, assegurando, concomitantemente, a viabilidade econômica, sem a qual todos os interesses se perdem. São funções importantes dessa abordagem descrever, entender, analisar e finalmente gerir os *stakeholders*. Para capturar as informações essenciais, são necessárias cinco perguntas básicas sobre eles (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000, p.73-74):

1. quem são?
2. quais são seus interesses?
3. que oportunidades e desafios apresentam para a empresa?
4. quais responsabilidades ela tem com eles?
5. quais estratégias ou ações poderia adotar para melhor gerenciar os desafios e oportunidades a eles ligados?

Embora a gestão de *stakeholders* seja complexa e demande tempo, é a forma de gestão afinada com o complexo ambiente de negócios atual. A empresa voltada para o *stakeholder* é o modelo que representa o pensamento desses públicos, em sua forma mais avançada.

2.1.5 Ferramentas para a Responsabilidade Social Empresarial

As empresas engajadas no movimento de gestão da RSE, na busca pelo alinhamento aos novos paradigmas, vêm procurando utilizar ferramentas e metodologias que as auxiliem a incorporar os conceitos e as práticas correspondentes em suas estratégias e atividades e a comunicá-las adequadamente. Códigos, princípios e padrões podem ser considerados a gramática essencial para essa linguagem. Ademais, consumidores, investidores e outros *stakeholders* buscam algum grau de comparabilidade que lhes permita avaliar o desempenho corporativo (LEIPZIGER, 2003).

Diversas ferramentas surgiram a partir dos debates sobre os temas ambientais e sociais, especialmente na década passada. Muitas delas embasaram políticas públicas, legislações nacionais e códigos de conduta organizacional em todo o mundo, a exemplo daqueles criados por instituições como a ONU – Organização das Nações Unidas e OIT – Organização Internacional do Trabalho (LEIPZIGER, 2003, INSTITUTO ETHOS, 2006b).

Leipziger (2003) afirma haver uma certa confusão no uso de termos como “código”, “padrão” e “norma”. Isto ocorre porque o campo da responsabilidade corporativa ainda está evoluindo e desenvolvendo sua própria linguagem. Tais instrumentos estão registrados na

Figura 01, abaixo, numa trajetória evolutiva no sentido da seta, mostrando que é necessário primeiro delinear valores e princípios antes de articular códigos e padrões.

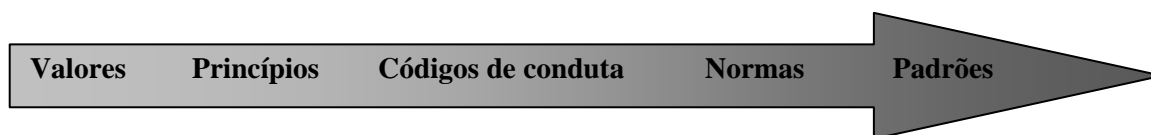


Figura 01 - Trajetória evolutiva da RSC
Fonte: Leipziger, 2003, p. 35

Valores estão ligados a significados mais amplos, a exemplo de diversidade e honestidade, enquanto os princípios estão ligados às leis ou razões básicas que fundamentam as ações, ou seja, são parâmetros de conduta pessoal ou da empresa. Os códigos de conduta referem-se a um conjunto de valores e práticas formalmente estabelecidos pela empresa para seu uso. Uma Norma é um modelo que tende a assumir caráter internacional. Um padrão é um modelo ou medida oficial, um guia que permite comparar empresas diferentes e pode envolver avaliação por terceira parte (LEIPZIGER, 2003, p 36).

Tais instrumentos deveriam atender à necessidade de convergência e inovação, funcionando como mapas para que as organizações se orientassem adequadamente no complexo terreno da RSC. Entretanto, o excesso de informações e a grande quantidade de ferramentas disponíveis, além de sua disseminação sem estratégias adequadas de implementação, podem conduzir à confusão e à ineficiência, deixando as empresas expostas. Devem ser considerados um começo e não um fim em si mesmos e sua simples adoção não levará a organização à responsabilidade corporativa (LEIPZIGER, 2003).

Leipziger (2003) destaca que, possivelmente, o diálogo e a criação de fóruns de discussão entre atores não habituados ao debate ou que tenham visões muito divergentes, sejam a maior contribuição dessas ferramentas. As características de um bom código ou padrão são:

- clareza e concisão, não complexidade;
- flexibilidade e dinamismo;
- ser escrito com a implementação em mente;
- referenciar-se em padrões chave;
- obter forte apoio de *stakeholders*;
- conter mecanismos de encaminhamento de reclamações e solução de disputas;
- ser baseado no genuíno desejo de mudança;

Como qualidades desejáveis, Leipziger (2003) cita a capacidade de:

- aumentar a consciência sobre a responsabilidade corporativa dentro da empresa;
- ajudar as empresas a estabelecer estratégias e objetivos;
- assistí-las na implementação e controle de valores (*values*);
- ajudá-las a evitar riscos;
- fomentar o diálogo e parcerias entre empresas e *stakeholders* chave;
- estimular unidade e identidade entre companhias divergentes.

Para implementá-los com eficácia, Leipziger (2003) entende necessário:

- treinar para aumentar o conhecimento;
- ganhar forte apoio no nível *senior*;
- fornecer textos em diversas línguas, para facilitar o acesso e a implantação;
- fornecer incentivos para implementar os códigos ou diretrizes.

Segundo a SustainAbility (2005), as três considerações mais relevantes para auxiliar as empresas a escolher princípios, códigos ou padrões adequados devem incluir, pelo menos: os objetivos empresariais que precisam ser atingidos pelo padrão; seu nível de adequação às necessidades específicas da organização e; se a ferramenta deve focar uma nação, setor ou questão específicos.

Para a primeira, caso a empresa objetive fortalecer processos internos, o conteúdo do padrão será a consideração-chave. Se o motivador for construir confiança e credibilidade com *stakeholders*, então a certificação e verificação externa também serão importantes. Os padrões com maior credibilidade tendem a ser os já testados e que foram desenvolvidos com o envolvimento de ampla gama de *stakeholders*. Para o segundo requisito, a empresa pode querer adaptar padrões existentes à sua própria realidade (Ex: GRI) e/ou desenvolver os seus próprios (ex: *Shell's General Statement of Business Principles*). O terceiro ponto considera um padrão que forneça diretrizes mais aprofundadas para um setor, país ou tema específico, como os PE. Destaca que algumas empresas irão necessitar de um portfolio de padrões para contemplar diversos objetivos. A real implementação de um padrão em particular poderá ser desafiadora, se este não for tão bom e útil na prática como parece no papel (SUSTAINABILITY, 2005).

Para Schmidheiny (1992), a auto-regulação é um dos mecanismos que poderiam promover a internalização ou o pagamento dos custos ambientais pelas empresas, além de forçá-las a limitar os impactos sobre o meio ambiente. Também pode induzir progressos

quanto aos impactos ambientais, desde que haja a negociação de “exigências e expectativas” entre governo e empresas, para que estas tenham espaço para inovação e competitividade. Como motivações para a auto-regulação, coloca:

- ✓ a ameaça de regulamentação por parte do governo;
 - ✓ iniciativas voluntárias inoportunas;
 - ✓ a exigência de divulgação aberta dos impactos ambientais;
 - ✓ a pressão ou a estima do público;
 - ✓ a pressão dos parceiros;
 - ✓ um ponto de vista comum sobre as ameaças comuns;
 - ✓ a coerência de comportamento das empresas multinacionais.
- Fonte: SCHMIDHEINY, 1992, p. 20-21.

Como vantagens, cita o menor custo para a sociedade e como desvantagens, a criação de cartéis e protecionismo e a geração de vantagem competitiva desleal por empresas não comprometidas com as regras estabelecidas (SCHMIDHEINY, 1992).

Leipzig (2003) destaca a importância de iniciativas de auto-gestão setorial, geralmente orientadas para desempenho e comprometidas com a geração de alianças, as ações coletivas e o incremento do diálogo. Sua criação geralmente resulta de intensa pressão da mídia e o acompanhamento por *stakeholders* externos é considerado difícil. Devido à sua especificidade, tais ferramentas podem atingir grande profundidade e senso de coesão e propósito comum, mas também transformar-se no mínimo denominador comum na indústria. Sua importância vem crescendo porque cobrem um grupo restrito e definido, podendo gerar protocolos comuns, sistemas de acreditação e certificação e casos de melhores práticas.

Leipzig (2003) afirma que códigos e padrões refletem fortemente a organização que os desenvolveu, havendo importantes nuances setoriais, culturais, históricas, geográficas em cada um, tornando-os únicos. Prevê uma convergência entre as diversas iniciativas existentes, na primeira década do século 21. Como próximos passos, cita a necessidade de focar a auditoria social e as melhores práticas de relato social.

2.1.6 A Liberalização dos Mercados Financeiros Mundiais e o Desenvolvimento Sustentável

Schmidheiny e Zorraquín (1996) questionam qual o papel desempenhado pela comunidade financeira mundial e seus produtos para o progresso sustentável da humanidade. Atuam como uma força a favor, que considera as preocupações com a pobreza e a degradação do meio ambiente, recompensando iniciativas que privilegiam a equidade e a boa gestão ambiental, ou encorajam uma mentalidade imediatista, voltada para o lucro? Somas altíssimas são movimentadas pelo mercado financeiro global, o que demanda reflexões sobre o poder

desse mercado. No caso do direcionamento de recursos para projetos como os de infraestrutura energética e agricultura, necessários para o crescimento de países como Índia, Brasil e China, cabe identificar se estariam focados na sustentabilidade.

A liberalização dos mercados, as privatizações e as reformas fiscais que ocorrem no mundo em desenvolvimento geram maior participação no sistema econômico mundial e oportunidades de investimento. Entretanto, esses países enfrentam sérios problemas de pobreza e desigualdade social, caracterizados pelo não atendimento das necessidades básicas da população e níveis insuportáveis de poluição e depleção dos recursos naturais. Tal realidade pode encorajar a exploração insustentável dos recursos naturais, reforçando a necessidade de incorporar a sustentabilidade às políticas de investimentos (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996). Alguns temas chave ligados aos mercados financeiros, segundo os autores, são:

- Crescente integração global demanda maior regulamentação, de forma a gerar confiança nos investidores;
- Necessidade de maior transparência das informações ambientais e financeiras;
- Redirecionamento do financiamento da ecoeficiência, do tipo “*end-of-pipe*”²², para tecnologias limpas, assegurando competitividade global e qualidade ambiental;
- Importância das agências internacionais de desenvolvimento, devido à confiança que geram ao apoiar financeiramente um país e também por exigirem contrapartida dos governos locais e induzirem inovações no setor privado.

2.1.7. Aspectos Legais e Regulatórios

A atuação de um banco não pode ser desvinculada do cliente por ele atendido, já que há um compartilhamento de responsabilidades, especialmente nos financiamentos a projetos de vulto com fortes impactos socioambientais. Assim, é cada vez mais difícil dissociá-los das conseqüências do uso do dinheiro em projetos que não levem em conta tais aspectos.

A ONG internacional Greenpeace entende que devem ser criados instrumentos legais de âmbito internacional para regular a atuação das multinacionais e prever que elas arquem com os custos de compensação (VINHA, 2003). A visão da ONG está correlacionada com as questões subjacentes à criação dos PE e pode ser vista no Quadro 02, a seguir:

²² Tecnologias ambientais caracterizadas por ações reativas, implementadas no final do processo produtivo.

Quadro 02. Greenpeace – Princípios de Bophal e Responsabilidade Social Corporativa.

PRINCÍPIO Nº 2: AMPLIAR A RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
<p>“As corporações devem ser responsabilizadas independentemente de culpa por todo e qualquer dano advindo de quaisquer de suas atividades que causem danos ao meio ambiente , a propriedades ou pessoas, incluindo remediação do local atingido. As matrizes, bem como as subsidiárias e empresas locais afiliadas, devem ser responsáveis pela compensação e pela restituição. A responsabilidade das corporações por seus produtos deve se estender por todo o ciclo de vida do produto, desde a produção até a disposição final. Os Estados devem responsabilizar diretores e representantes de corporações enquanto pessoa física pelas ações ou omissões das empresas que representam, incluindo as ocorridas nas subsidiárias.”</p>

Fonte: GREENPEACE²³, 2002 *apud* Vinha, 2003

A Lei 6938/81, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente, foi um marco na legislação ambiental brasileira, ao alterar a forma de apuração de responsabilidades relativas a danos ambientais, “impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente” (MARTINI JÚNIOR e GUSMÃO, 2003, p. 29) Também torna obrigatório o licenciamento ambiental para atividades poluidoras, além de criar instrumentos de política, como a avaliação de impacto ambiental, responsável pela introdução dos Princípios da Prevenção e da Precaução na legislação ambiental brasileira (MARTINI JÚNIOR e GUSMÃO, 2003).

Com essa lei, o responsável por qualquer dano ambiental ficou obrigado a repará-lo, independentemente de culpa, bastando provar o nexo causal (responsabilidade objetiva). Assim, o meio ambiente passou a ser “Interesse Difuso”, ou seja, pertencer a todos, e o papel de defender o interesse público foi atribuído ao Ministério Público. A lei instituiu, ainda, o Princípio da Solidariedade, em que o responsável indireto pelo dano também é obrigado a pagar por ele, podendo ser proposta ação de responsabilidade civil contra todos os responsáveis ou por um deles apenas. A Resolução CONAMA 237/97 trouxe alterações para o licenciamento, entre eles a distribuição da competência entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os órgãos ambientais estaduais e municipais. A esses últimos coube a maioria das emissões de licença, o que trouxe problemas em função da falta de estrutura e de capacidade técnica da maioria dos municípios. As licenças exigidas pela legislação, são:

²³ GREENPEACE. **Relatório de Crimes Ambientais Corporativos no Brasil**. Junho de 2002.

- Licença Prévia (LP) (1ª etapa): solicitada antes da definição da localização do projeto, com base em informações prestadas pelo interessado, mapas, croquis e anteprojetos, entre outros;
- Licença de Instalação (LI) (2ª etapa): detalhamento do projeto, definindo-se, inclusive, medidas e equipamentos de proteção ambiental. Equivale à autorização para início da construção do empreendimento e pressupõe o cumprimento das condições do projeto, de modo a evitar impactos ambientais não previstos ou fora dos limites da legislação;
- Licença de Operação (LO) (3ª etapa): solicitada após o término da construção, pressupõe o cumprimento e a eficiência das medidas de controle ambiental projetadas, ou, em caso negativo, fixa medidas corretivas. Estabelece as condições para o funcionamento do projeto: padrões de funcionamento, critérios de controle e programa de monitoramento (MARTINI JÚNIOR e GUSMÃO, 2003).

O Decreto nº 88.351/83 também regulamentou a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), posteriormente incorporada à Constituição de 1988. Tal instrumento de política é requerido no caso de licenciamento de atividades com significativo impacto ambiental, envolvendo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA). O EIA reúne dados informações sobre a região onde o projeto vai ser implantado e sua área de influência e considera o interesse e manifestações das populações atingidas. O RIMA consolida e traduz esse estudo para consulta pelas partes interessadas. Ambos ficam disponíveis para consulta pública. A Constituição de 1988 fez com que o Brasil fosse o primeiro país a introduzir o Princípio do DS em sua Carta Magna, tornando sua aplicação legalmente exigível. Instituiu, ainda, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas físicas e jurídicas, decorrente de danos ambientais, envolvendo tanto o ressarcimento quanto a reparação (MARTINI JÚNIOR e GUSMÃO, 2003).

A Lei 9605/98 – Lei de Crimes Ambientais, reúne e organiza todos os crimes previstos em leis anteriores, definindo as infrações administrativas e respectivas penalidades. Estabelece, ainda, a responsabilidade penal da pessoa jurídica, cujas penalidades e multas podem gerar graves ônus financeiros; um desses crimes é a instalação, reforma ou funcionamento de infra-estruturas, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ambiental. Como a maioria das empresas funcionava sem licença, sem possibilidade de adequação no prazo previsto pela lei, foi criado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) (MARTINI JÚNIOR e GUSMÃO, 2003).

A história da concessão de crédito bancário no Brasil está relacionada com a evolução das questões ambientais. Até a década de 70 e parte dos anos 80 não havia maiores preocupações ambientais ou mesmo sociais. Segundo Adami (2004), com a Lei 6938/81, o crédito passou a ser considerado instrumento de comando e controle ambiental. A Lei 9605/98 aborda as situações em que a atividade bancária possa ser considerada lesiva ao meio ambiente, inclusive no tocante à atuação dos gestores dos bancos (“gestão temerária ambiental”), prevendo sanções penais e administrativas tanto para os bancos quanto para seus administradores. Afirma que a Constituição Brasileira pressupõe a responsabilidade dos bancos na concessão de crédito:

O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil encerra o dever do Poder Público, de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, mas também impõe o mesmo dever à Coletividade. Incluir-se neste **conceito constitucional de Coletividade** é, para os bancos, *públicos ou privados*, uma prioridade urgente, pois, não se pode admitir que os bancos pretendam estar **fora** da coletividade (ADAMI²⁴, 2004, *apud* MARQUES, 2004).

O Protocolo Verde, criado em 1995, visa a incorporação da variável ambiental no crédito e também evitar o uso de recursos públicos em atividades lesivas ao meio ambiente. Fundamenta-se no Art. 12 da Lei 6938/81, que diz que “As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma da Lei, e ao cu

recusados pelos oficiais, acabou influenciando as políticas de crédito de bancos privados mais inovadores, até pela importância atribuída pelo Banco Mundial ao instrumento (MMA, 2005).

A implementação do Protocolo Verde nesses dez anos foi avaliada através de dois grupos de trabalho conduzidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), um deles com foco no crédito e outro nos incentivos fiscais. Entre as sugestões apresentadas estão: criação de condições diferenciadas para financiamentos com viés socioambiental; adesão dos bancos privados ao Protocolo Verde; capacitar as equipes dos bancos ; simplificar os processos de licenciamento ambiental e; introduzir alterações na política de crédito rural (MMA, 2005).

2.2 O Setor Financeiro e a Sustentabilidade

2.2.1 Caracterização do Setor Financeiro Brasileiro

Segundo a Andima (2001) o sistema financeiro global é composto por bancos universais - que contam com carteiras comerciais e de investimento - e de nicho. A composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser vista na TABELA 1, abaixo

TABELA 1 – SFN – Empresas em funcionamento em Julho/2002

SFN - Empresas em Funcionamento	
Tipo	Quantidade
Bancos Múltiplos	145
Bancos Comerciais ¹	24
Bancos de Desenvolvimento	4
Bancos de Investimento	21
Caixa Econômica	1
Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento	43
Sociedades de Arrendamento Mercantil	68
Sociedades de Crédito Imobiliário/ Associações de Poupança e Empréstimo	18
Companhias Hipotecárias	6
Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários	169
Sociedades Corretoras de Câmbio	42
Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários	151
Agências de Fomento ²	9
Cooperativas de Crédito	1.356
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor	21
Administradoras de Consórcio	385
Fundos de Investimento ²	5.675
Total	8.138

Notas: (1) Inclui as filiais de bancos estrangeiros. (2) Inclui autorizadas e em funcionamento. *Obs.:* Dados de julho/02. *Fonte:* Banco Central (Cadfin-Deorf/Copec) *Elaboração:* ANDIMA.

Fonte: ANDIMA 2002, p. 35

A ANDIMA (2001) afirma que o componente bancário predomina no sistema financeiro brasileiro, reunindo mais de 90% dos ativos. Inclui na categoria “bancos” os bancos comerciais, de desenvolvimento, múltiplos, de investimento e as caixas econômicas, afirmando que os bancos múltiplos predominam. Para Costa e Arruda (1999), no sistema bancário brasileiro predominam os “bancos múltiplos”, organizações que oferecem produtos e serviços diversos, tais como financiamento ao setor produtivo e às pessoas físicas, seguros, capitalização, cartões de crédito, *Project finance*²⁵, comércio internacional.

O SFN passou por importantes mudanças que levaram à consolidação do sistema em sua forma atual. A reestruturação organizacional foi uma delas, envolvendo forte concentração bancária e também de outras instituições, como corretoras e distribuidoras de valores, acompanhada do aumento da participação estrangeira. O pano de fundo dessas transformações foi a maior competição, devida à queda das receitas inflacionárias, o que exigiu o redirecionamento da atuação dos bancos e o enxugamento da estrutura e do quadro funcional, aliados a investimentos em tecnologia e aumento de produtividade (ANDIMA, 2001).

A reforma institucional ocorrida entre 1964/65, quando foram criados o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB) pode ser considerada o pontapé inicial dessas mudanças, porém dois eventos posteriores foram fundamentais para a emergência da estrutura e funcionamento atuais do setor: a criação dos bancos múltiplos, em 1988 e a adequação dos bancos aos parâmetros do Acordo da Basileia²⁶. Este acordo envolve: valores mínimos de capital e patrimônio líquido, instalação e funcionamento de dependências, patrimônio em relação a risco da estrutura de ativos e passivos e contas de compensação. Além disso, a partir de 1999 o limite mínimo de capital necessário para funcionamento e abertura de novas IFs praticamente dobrou, o que levou ao processo de fusões e aquisições observado nos últimos anos (ANDIMA, 2002).

No bojo desse processo, o setor vem sofrendo forte concentração: em dezembro de 95, havia em funcionamento 242 bancos comerciais, múltiplos e caixas; em dezembro de 2004, esse número era de 164, ou seja, 68% do que havia em 1995 (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2005b, p. 32). Barbachan e Fonseca (2004) confirmam que nas últimas décadas houve um movimento de concentração bancária, tanto nacional quanto

²⁵ Ver item 2.2.4, p. 57, desta dissertação.

²⁶ Firmado em 1998, estabelece exigências de capital próprio das IFs em função do risco de suas operações (Sandroni, 1999). Contribui para a regulação do setor financeiro global e é importante balizador do sistema financeiro brasileiro.

internacionalmente, causado pela desregulamentação, aumento do comércio global e sofisticação da demanda por produtos e serviços. Afirmam que, no Brasil, não está claro se os ganhos de produtividade do sistema foram transferidos para a sociedade. Destacam que, diversamente do que ocorre em outros setores, não existem restrições a aquisições e fusões nem controle concorrencial sobre os bancos. Embora admitindo que não existem estudos conclusivos sobre o poder mercadológico dos bancos sobre os juros, entendem que este quadro reflete-se nos elevados *spreads* bancários e nas altas taxas de juros.

Coerentemente com o quadro acima, alguns poucos bancos detêm fatia significativa dos ativos do segmento e o mercado bancário tende para a oligopolização, com conseqüências negativas para a sociedade. Em vista disso, seu papel e forma de atuação no Brasil vêm sendo fortemente questionados e debatidos no seio da sociedade. Ventura (2005), citando entrevista de dirigente de um grande banco que atua no Brasil, em 2004, fala da surpresa do jornal diante de idéias professadas pela empresa, como diversidade, transparência e responsabilidade social, atitudes consideradas inesperadas, em se tratando de uma instituição financeira. O título da entrevista – “Papel de vilão, não!” – mostra claramente a natureza das acusações da sociedade, das quais os bancos precisam se defender.

O FMI aborda temas críticos ligados ao sistema financeiro nacional, que impactam a sociedade brasileira, tais como (BAUTZER²⁷, 2005, *apud* VENTURA, 2005, p. 17):

- ✓ o SFN pratica o mais alto *spread*, em comparação com outras regiões;
- ✓ alto custo da intermediação financeira, relacionado com a ausência de competição e o grande poder dos bancos brasileiros;
- ✓ baixo nível de ativos aplicados em crédito (30%), quando nos EUA e América Latina é de 68% e na Europa, 52%;
- ✓ a principal fonte de renda são os juros elevados dos empréstimos e títulos públicos;
- ✓ o sistema é muito concentrado, com 77% dos depósitos

entretanto, atribuem o problema a questões como a informalidade, o depósito compulsório²⁸, a elevada tributação e os altos níveis de inadimplência (Hollanda, 2005). Outros autores discordam, afirmando que o principal fator dos juros altos no Brasil é a concentração bancária e a falta de concorrência entre os bancos, que atuam de forma oligopolística, distorcendo a formação das taxas. Um exemplo é o *spread* bancário²⁹, 10,2 vezes maior que o verificado nos países emergentes (dados de 2003) (CINTRA, 2005).

A baixa relação crédito/PIB é outro fator que limita o desenvolvimento econômico e social do País. A Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA) afirma que os mecanismos de financiamento de longo prazo no Brasil estão atrofiados, exceto no tocante à participação do BNDES, o que se reflete na relação crédito/PIB (ANDIMA, 2001).

O setor financeiro vem apresentando níveis elevados de rentabilidade, o que pode ser demonstrado pela rentabilidade sobre o patrimônio líquido (TABELA 2).

TABELA 2 – Rentabilidade anual dos 70 maiores grupos financeiros brasileiros

ANO	RENTABILIDADE S/ O PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2004	15,21
2003	19,01
2002	15,98
Média do período	16,73

Fonte: CONJUNTURA ECONÔMICA (Adaptação, a partir de dados do BCB), 2005a. p. 30-33

Diante do quadro delineado acima, em que se destacam elevada rentabilidade, concentração bancária, *spreads* e juros altos, e disponibilização de crédito abaixo das necessidades de desenvolvimento do País, destaca-se ainda mais a forte redução do nível de empregos no setor. Gomes (2001) cita o encolhimento do contingente de bancários, ocorrido entre 1985 e 1999, que passou de 993,6 mil para 414 mil funcionários.

A elevada frequência de reclamações de consumidores, diante dos abusos e da má qualidade do atendimento, é outra questão sempre presente nos debates sobre o papel dos bancos. A ANDIMA relata a regulamentação pelo BCB da Circular nº 2936, no segundo semestre de 1999, que obriga as IFs a divulgarem as taxas efetivas mensais dos contratos de abertura de crédito em conta corrente, além de outros encargos e despesas, agregando mais transparência e respeito à relação com os clientes. Aponta tendência de maior regulamentação no mercado financeiro, visando assegurar o cumprimento dos princípios para supervisão

28 Volume significativo dos depósitos à vista e a prazo que são recolhidos ao Banco Central sem remuneração.

29 diferença entre as taxas de juros básicas – captação - e as taxas finais – custo ao tomador (Fonte: BCB.

Disponível em : <<http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread1.pdf>> Acesso em 03 de Mai. 2006)

bancária da Basileia, especialmente quanto aos serviços financeiros e *e-banking*³⁰. Já haviam sido colocadas em audiência pública minutas de Resoluções sobre atendimento à Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) pelas IFs, bem como sobre movimentação de contas por meio eletrônico (ANDIMA, 2001).

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)³¹, os bancos vêm se empenhando no sentido de corresponder às necessidades e expectativas dos consumidores, o que se reflete em baixo índice de reclamações sobre serviços bancários junto ao BCB. Refutando acusações de ser contra o Código de Defesa do Consumidor, afirma que apoia a referida regulamentação. Entretanto, manifesta claramente seu desacordo com vários de seus dispositivos, que considera inadequados às peculiaridades do sistema financeiro (FEBRABAN, 2006a). O Balanço Social 2004 traz um retrato das práticas socioambientais dos associados, que reflete o segmento no Brasil (FEBRABAN, [2003]):

- em 2004 a FEBRABAN registrava 129 associados, entre 164 bancos operando no Brasil, representando 97,9% de um total de ativos de R\$ 1,24 trilhão, e 95,3% de um patrimônio líquido de R\$ 120,6 bilhões em todo o setor;
- o Relatório agrega 33 bancos (25% dos associados e 77,3% dos ativos do SFN);
- ressalta a importância do crédito na retomada do crescimento, cuja oferta aumentou 17,9%, porém focado em pessoas físicas e visando à bancarização, destacando a forte expansão dos correspondentes bancários;
- em 2004 a oferta de crédito do SFN foi de R\$ 485.014 milhões, com aumento nominal de 17,9%; o crédito à pessoa jurídica cresceu 16,2%;
- a rede de atendimento em 2004 totalizava 98.727 pontos, tendo evoluído 12,5% apenas em 2004, principalmente devido aos correspondentes bancários;
- o aumento do número de transações automatizadas em relação a 2003 (internet: 48,5%; pagamentos eletrônicos: 72,4%) mostra os esforços de modernização focada na automação bancária;
- 15,2% dos bancos conduzem programas de saúde e segurança voltados para prevenção e tratamento de dependência química; 18,2% para a saúde da mulher e 15,2% e portadores de HIV, entre outras iniciativas;

30 Uso de meio eletrônico em transações bancárias.

31 A FEBRABAN é a principal instituição representativa do setor bancário brasileiro. (FEBRABAN. Balanço Social dos bancos 2004. Disponível em: <www.febraban.org.br> Acesso em: 30 de Abr. de 2006)

- em 2004, cerca de 21% deles já possuíam iniciativas voltadas para engajamento de fornecedores em relação a políticas e práticas de responsabilidade social;
- em 2004, 36,7% mantinham funcionários preparados para analisar riscos e oportunidades ambientais e 30,3% integravam comitês formados por comunidades e governos para debate desse tema;
- sistemas de gestão ambiental formalizados, envolvendo objetivos, metas, alocação de recursos, treinamento de pessoal e auditoria são mantidos por 6,1% dos bancos;
- os treinamentos sobre temas socioambientais ligados à gestão dos negócios são realidade para 21,2% dos bancos;
- iniciativas de educação ambiental atingindo também o público externo são preocupação para 54,4% dos bancos;
- 27,3% apoiam programas de conservação de áreas protegidas ou proteção de animais ameaçados;
- 33,3% oferecem linhas de crédito que inclui aspectos socioambientais (reflorestamento e energias alternativas, entre outros);
- o Banco do Brasil repassa recursos do BNDES para projetos de biodiesel e do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);
- 35,0% avaliam as práticas ambientais dos clientes para conceder financiamentos (licenças ambientais, práticas de gestão, saúde/segurança do trabalhador e outras);
- 27,3% oferecem produtos com cunho socioambiental (títulos de capitalização, fundos de investimento, cartões de crédito e outros);
- 75,8% fazem campanhas internas para reduzir o consumo de água/energia e 72,2% promovem educação para o consumo consciente e reciclagem de materiais. Outras medidas são: monitoramento da impressão por usuário, coleta seletiva, uso de papel reciclável, remanufatura de cartuchos e *toners* e uso de madeira certificada;
- cerca de 30% monitoram a geração de resíduos sólidos, com metas de redução.

A descrição do papel social dos bancos no Brasil, feita pela FEBRABAN [2003], pode ser assim sintetizada: a função desempenhada na sociedade supera o papel tradicional de intermediação de poupança e financiamento do investimento e do consumo. Prestam, para o mercado, dois serviços fundamentais: custódia da riqueza financeira do país (74 milhões de contas correntes e 70 milhões de contas de poupança) e gerenciam um sistema de pagamentos eletrônico que está entre os mais sofisticados e eficientes do mundo. Geram cerca de 400 mil

empregos e, em 2004, pagaram R\$33,9 bilhões em salários, benefícios e encargos. Incentivam iniciativas no campo da saúde, educação, cultura, esportes, cidadania, meio ambiente, com foco no desenvolvimento econômico e social do País.

Embora não se pretenda esgotar o assunto, o debate suscitado pelos temas acima citados mostra que existem motivos para se questionar se o papel desempenhado atualmente pelos bancos atende às necessidades da população, numa abordagem ética e socialmente responsável, ou se tais empresas estão focando apenas seus próprios interesses.

2.2.2 O Crédito

Os bancos têm grande poder de influência no cotidiano de governos, empresas, comunidades e cidadãos. Uma de suas funções mais importantes é contribuir para a geração de riquezas, através do crédito, especialmente aquele direcionado para o setor produtivo. A carteira de crédito do SFN totalizava R\$ 568 bilhões em junho de 2005 (BCB, 2006). O incremento da carteira nos últimos anos está relacionado principalmente com operações para pessoa física, em especial empréstimos consignados em folha de pagamento. O Brasil está entre os países que menos utilizam crédito como fator de desenvolvimento, como mostra a relação Crédito/PIB, uma das mais baixas do mundo (Figura 02, abaixo):

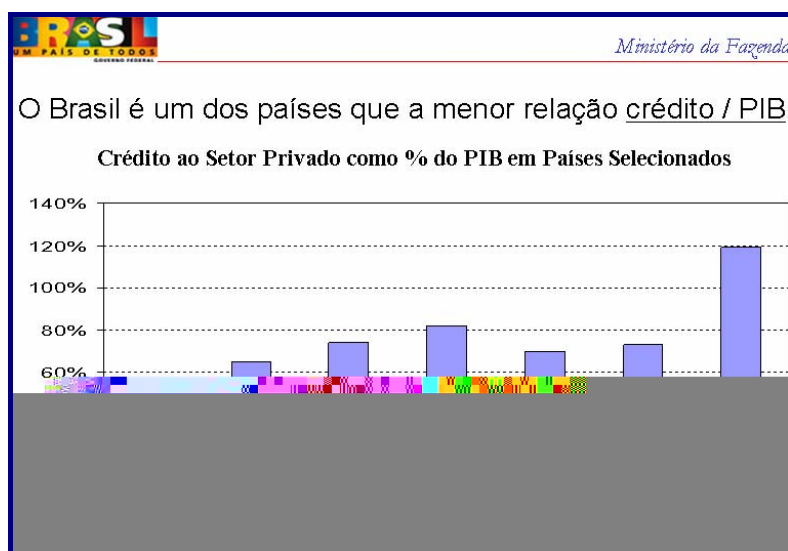


Figura 02 – Relação Crédito/PIB do Brasil em Relação a Outros Países

Fonte: Ministério da Fazenda, Nov. 2004.

Esta relação vem melhorando, porém não de forma suficiente para equipará-la a padrões internacionais ou atender às necessidades de crescimento. Tal incremento está

direcionado para comércio, pessoas físicas e financiamentos rurais e o crescimento industrial observado no Brasil na metade de 2004 está muito mais associado ao crédito na ponta (consumidores, comerciantes e famílias) do que ao financiamento à indústria (IEDI, 2004).

O mercado de crédito incipiente reflete-se negativamente no desenvolvimento, já que reduz a disponibilidade de crédito para o investimento produtivo. Mais recentemente, vêm sendo feitos esforços para minimizar tais problemas, através de políticas governamentais voltadas para a melhoria do mercado de crédito, desregulamentação e aperfeiçoamento do ambiente de negócios, entre outros. Embora não se possa relacionar diretamente tais esforços, a relação crédito/PIB mostra alguma evolução, conforme Figura 03, a seguir:

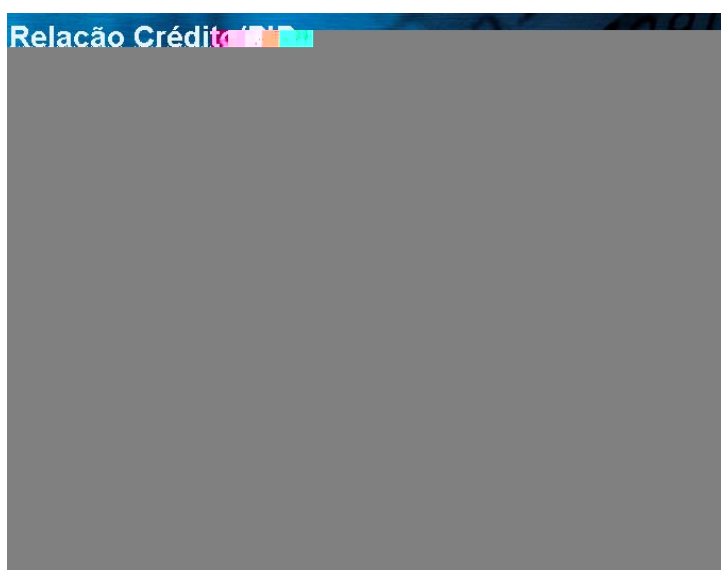


Figura 03 – Evolução da Relação Crédito/PIB no Brasil
Fonte: MEIRELLES, 2006.

Ações governamentais como a nova Lei de Falências e o cadastro positivo de crédito poderão contribuir para reduzir *spreads* e taxas e solucionar os problemas do crédito no Brasil. Porém, são necessárias outras medidas, como revisão de tributos sobre a intermediação financeira, redução do depósito compulsório dos bancos, maior concorrência na oferta de crédito, via bancos públicos, e estímulo à intermediação não-bancária (IEDI, 2004).

A abordagem da FEBRABAN em relação ao crédito é de que este seria o “item mais complexo na relação do setor bancário com o meio ambiente” (FEBRABAN, [2003]). Entre os aspectos observados para a concessão de crédito (dados de 19 bancos) citados no Relatório 2002 da FEBRABAN, incluem-se:

- risco de fluxo de caixa face a multas e encargos ambientais;
- obediência à legislação ambiental e exigência de licenças e pareceres;

- preocupação com aspectos sociais como geração de emprego e renda;
- foco em processos produtivos com menor impacto ambiental;
- apoio à recuperação de passivos ambientais;
- comprometimento do cliente com o DS da região onde está inserido;
- rejeição do projeto pela população atingida e reclamações de ONGs, entre outros.

2.2.3 Iniciativas em Finanças Sustentáveis

O sistema financeiro vinha adotando posição conservadora em relação à incorporação das questões socioambientais em seus negócios. Entretanto, observa-se uma tendência de mudança dessa postura, em direção às oportunidades que vêm surgindo no mercado e também em função dos riscos ligados à desconsideração dessas questões. A IFC (2004) identifica algumas iniciativas relevantes de finanças sustentáveis no Brasil, entre as quais destacamos:

- adoção de procedimentos formais de análise de riscos socioambientais no crédito;
- mercado de carbono e energia renovável;
- gestão de ativos, através da criação de fundos socialmente responsáveis (SRI)
- Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA: iniciativas como Novo Mercado, que visa agregar níveis crescente de governança corporativa às empresas listadas (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) e criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA);
- programas de microcrédito, envolvendo bancos públicos e privados e ONGs;
- projeto Eco-finanças, iniciativa da ONG Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, visando incentivar as finanças sustentáveis através de parcerias com IFs privadas.

Os investimentos socialmente responsáveis (sigla em inglês: SRI)³² e os Índices de bolsas de valores compostos por ações de empresas avaliadas em termos socioambientais estão entre as iniciativas mais relevantes em finanças sustentáveis, inclusive no Brasil. Relacionam-se com os Princípios do Equador na medida em que muitos dos requisitos exigidos pela ferramenta também compõem seus critérios de avaliação.

2.2.3.1 Fundos socialmente responsáveis

Segundo Schmidheiny (1992) os fundos éticos ou sociais investem apenas em ações de companhias consideradas éticas ou responsáveis, enquanto priorizam o retorno financeiro. Os

³² SRI - *Socially Responsible Investment*

tipos desses fundos variam, dependendo das motivações e ideologia dos investidores. Embora de tamanho reduzido, essa indústria exerce grande influência e atrai muita atenção do mercado financeiro. Seus gestores têm sido o objetivo maior dos relatórios ambientais.

Para Carrol e Buchholtz (2000) o movimento de investimentos socialmente responsáveis ou éticos emergiu nos anos 70 e parece estar florescendo. Historicamente, começou com a recusa de “doadores” da igreja em comprar ações ligadas a tabaco, bebidas e jogo (*sin stocks*). Pacifistas recusaram-se a investir em empresas de armas durante a guerra do Vietnã. No início dos anos 80, universidades, municípios e fundações venderam ações de empresas operando na África do Sul, como forma de protestar contra o *apartheid*.

Investimentos socialmente conscientes em fundos mútuos e de pensão, *portfolios* municipais e privados excedem US\$1 trilhão. Há um número crescente de corretores, planejadores financeiros e gestores de *portfolio* disponíveis para auxiliar as pessoas a avaliar seus investimentos, quanto aos impactos sociais (CARROL e BUCHHOLTZ, 2000).

O conceito de “*social screening*” é a espinha dorsal do movimento de SRI, em que os investidores querem identificar e excluir empresas consideradas socialmente irresponsáveis ou investir ativamente nas que entendem como socialmente responsáveis. Existem filtros sociais positivos e negativos. Os negativos visam evitar empresas como as de tabaco, jogo e armas. É mais desafiador lidar com filtros positivos, pois requerem julgamento sobre o que seria um bom nível de performance social. Um bom exemplo é o ISE-BOVESPA.

Para Carrol e Buchholtz (2000), o desempenho financeiro dos SRI mostra que os investidores podem conciliar performance financeira com princípios de RS. Entretanto, ainda não há evidências claras e consistentes de que o retorno desses fundos seja igual ou superior aos tradicionais. Os fundos socialmente responsáveis vêm crescendo e prosperando evidenciando que realmente existem investidores que consideram com seriedade a questão da performance socioambiental.

Em Abril de 2006, foram criados os PRI – Principles for Responsible Investment (Princípios de Investimento Responsável/UNEP-FI e Global Compact) por um grupo internacional de investidores, com a participação do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan. Sob a coordenação da United Nations Environment Programme-Finance Initiative (UNEP-

FI)³³ e Global Compact. Fundamentou-se na crescente importância das questões ambientais, sociais e de governança corporativa para as práticas de investimento (UNEP-FI, 2006).

Os responsáveis por esses investimentos se propõem a atuar no interesse de longo prazo dos seus clientes (*fiduciary duty*), estimando que as questões socioambientais e de governança podem afetar o rendimento das carteiras. Assim, comprometem-se publicamente a adotar e aplicar os PRI, bem como a avaliar sua eficácia e melhorar seu conteúdo ao longo do tempo, incentivando outros investidores a adotar os Princípios. À época do lançamento os PRI detinham 66 signatários (incluindo grandes fundos de pensão, entre eles a PREVI, única entidade brasileira), somando US\$ 2 trilhões em ativos (UNEP-FI, 2006).

2.2.3.2 Índices de Bolsa

a) *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*³⁴

Criado no final dos anos 90 (união entre a *Dow Jones & Company* e o *SAM-Sustainability asset Management*), é composto por papéis de empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova York selecionadas a partir de critérios socioambientais. É uma referência global e mostra rentabilidade superior ao Índice Geral *Dow Jones*, conforme Figura 04:

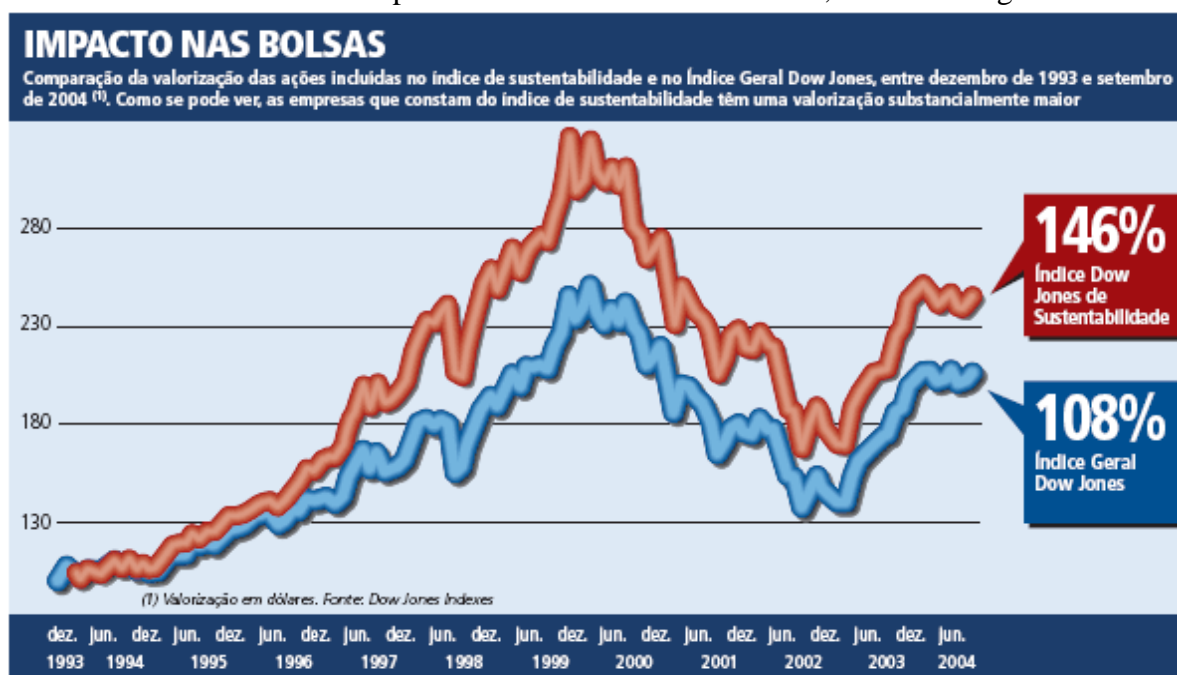


Figura 04. Rentabilidade do Índice Geral Dow Jones versus o DJSI
 Fonte: Portal Exame, 2005.

33 “A UNEP-FI é uma iniciativa de colaboração mundial única entre as Nações Unidas e o Setor Financeiro. A UNEP-FI se associou com instituições financeiras do mundo inteiro para identificar e promover vínculos entre o desenvolvimento sustentável e os resultados financeiros” (UNEP-FI, 2006) Segundo o WWF-UK e BankTrack (2006b) foi criada no início dos anos 90, envolvendo 170 IFs e subscreve os Princípios de Londres para Finanças Sustentáveis, focados na dimensão socioambiental do risco da performance financeira.

34 Ou Índice Dow Jones de Sustentabilidade Ambiental

b) Índice de Sustentabilidade da BOVESPA - ISE BOVESPA

Lançado em Dez/2005 pela BOVESPA, com a participação da FGV-Ces e apoio da IFC, mede o retorno de uma carteira de ações que estejam entre as mais negociadas e atendam a requisitos de RS e sustentabilidade. As empresas preenchem um questionário composto por cinco dimensões, divididas em critérios e esses em diversos indicadores. (UNIETHOS, 2006)

A primeira versão do Índice incluiu 34 ações de 28 empresas, sendo 6 bancos (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Banco, Itausa e Unibanco), devendo sofrer reavaliações anuais. É grande a expectativa de que o ISE se torne referência em relação a SRI no Brasil. Já foram criados dois fundos de investimentos referenciados no ISE-Bovespa: o Banco do Brasil (BB Ações ISE) e o HSBC (FIA HSBC Sustentabilidade Empresarial).

A Figura 05, abaixo mostra o desempenho do ISE-Bovespa desde seu lançamento em relação ao Índice Bovespa médio, refletindo as expectativas positivas do mercado.

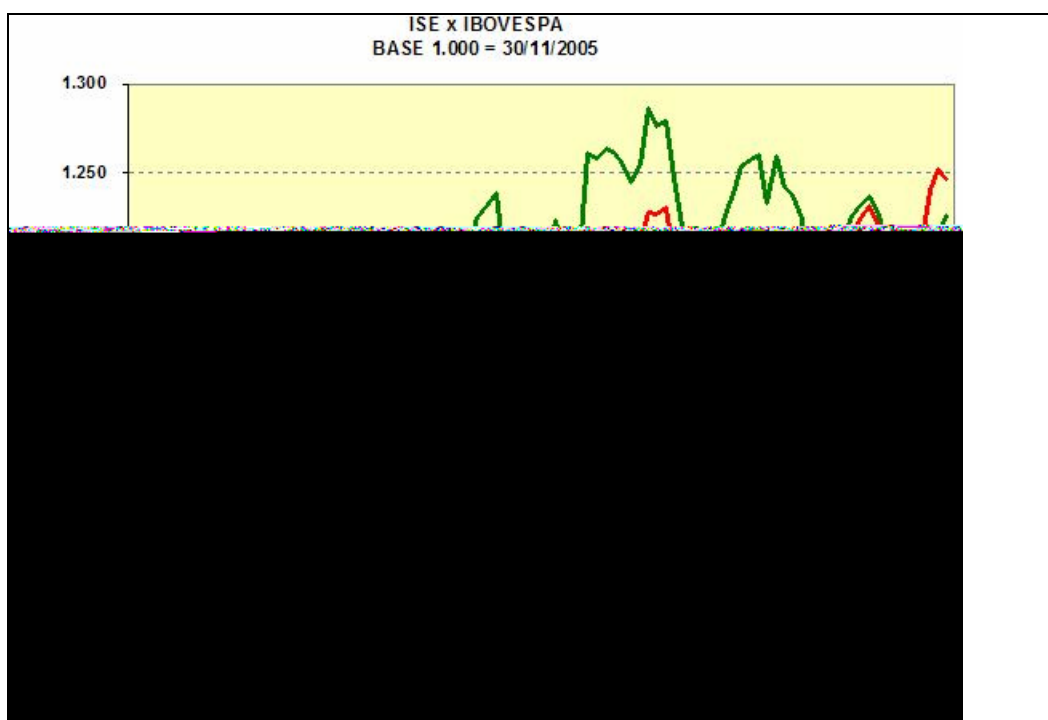


Figura 05 – Rentabilidade do ISE-BOVESPA versus o Índice BOVESPA médio
Fonte: ECO-FINANÇAS, 2006b

O ISE-BOVESPA inclui um grupo de perguntas específicas para IFs, englobando os PE, visando não só checar se é signatária, mas também “...avaliar o nível de incorporação de práticas socioambientais para operações de valores mais baixos” (MONZONI, 2006. Comunicação pessoal). Destaca-se que todos os bancos classificados no ISE e que, portanto,

foram listados, são signatários dos PE, sugerindo uma provável correlação entre boas práticas socioambientais – indicadas pela adequação ao questionário ISE – e adesão aos PE.

2.2.4 O *Project finance*

O financiamento de grandes projetos de investimento é feito atualmente no Brasil basicamente através de dois tipos de operações. A primeira delas é o *Corporate finance*, definida por Moreira (1999) como modalidade mais tradicional que o *Project finance*, envolvendo uma rede interligada de garantias reais, os ativos do grupo econômico e até o compromisso dos controladores e mesmo das pessoas físicas e seus familiares. Esse sistema de garantias, entretanto, não permite a ingerência na governança corporativa nem prevê mecanismos de mitigação de riscos, que são considerados inerentes ao negócio. Assim, muitas vezes tal liberdade traz como consequência a distorção de cenários, criando uma rede inesperada de riscos que compromete o retorno do crédito.

A segunda é o *Project finance*, descrita em Rocca (2004) como a modalidade de operação de crédito que envolve projetos viáveis econômica e financeiramente e que geram fluxo de caixa suficiente para amortização e remuneração dos capitais investidos. Outras características são a gestão compartilhada, viabilidade comercial, remuneração variável e participação facultativa do setor público. Os Princípios do Equador, na sua atual forma, foram desenhados para aplicar-se especificamente ao *Project Finance*.

Rocca (2004) afirma que, no Brasil, este tipo de projeto aplica-se aos grandes investimentos em infra-estrutura, geralmente realizados pela iniciativa privada, através de concessões governamentais. O sistema de captação envolve recursos próprios dos empreendedores, financiamento via BNDES e recursos captados no mercado.

Em nível global, grandes empreendimentos da atualidade vêm sendo implantados utilizando esta forma de estruturação financeira, a exemplo da Eurodisney, próxima de Paris, o Eurotúnel, que liga a Inglaterra à França e o gasoduto da *West Coast Energy Inc.*, no Canadá, entre outros. O motivo que leva atores tão diferentes a usarem tal mecanismo é a possibilidade de definir e segmentar bem o risco e o retorno do empreendimento, optando pela modalidade de risco e pelo retorno mais adequado à sua carteira de investimentos. Além disso, a geração de resultados é apartada das demais operações das partes envolvidas, através da criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), evitando a contaminação dos seus resultados (TÁPIAS, A. L., in BONOMI e MALVESSI, 2004).

O Brasil vem operando nessa modalidade através de vários empreendimentos. Entretanto, não se usa o *Project finance* puro, porém com algumas adaptações. As primeiras operações foram viabilizadas pelo BNDES/BNDESPar, durante o processo de privatização: Rodovia Presidente Dutra, Ponte Rio-Niterói e Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. As usinas hidrelétricas predominaram entre os primeiros casos de *Project finance* no Brasil (ITASA, Machadinho e Serra da Mesa), seguindo-se as concessões rodoviárias, como Autoban, Nova Dutra, Rodonorte, Ponte Rio-Niterói e Via Lagos. No segmento de Petróleo e Gás, cita-se o Campo Petrolífero de Marlim (Petrobras). Em seguida veio a área imobilitária, com o Shopping Pátio Higienópolis e o Hospital da Criança. As Parcerias Público-privadas (PPP) e operações de “créditos de carbono” apresentam-se como futuras perspectivas para enquadramento nessa modalidade (TÁPIAS, in BONOMI e MALVESSI, 2004).

Segundo o BankTrack (2005), muitas das operações de *Project finance* estão respaldadas em forte endividamento, com o tomador assumindo apenas de 20 a 40% dos recursos demandados pelo projeto. A modalidade é mais utilizada para novos empreendimentos, como grandes complexos industriais, hidrelétricas, infra-estrutura de comunicações, ductos de óleo e gás, plantas petroquímicas, elétricas e de papel e celulose e grandes complexos imobiliários. Este tipo de projeto tornou-se popular na segunda metade dos anos 90, atraindo investimento privado para países emergentes. Interessam aos governos, por direcionarem recursos para necessidades de desenvolvimento do país. Para os tomadores de crédito, evitam que o balanço seja onerado³⁵. Para bancos e investidores, são atrativos porque ampliam o *portfolio* e diluem o risco. Como freqüentemente envolvem fortes impactos sociais e ambientais, atraem o interesse de ONGs e da sociedade.

Entre os países da América Latina e Caribe, o Brasil foi o que recebeu mais recursos para *Project finance*, no período de 1998 a abril de 2003: do total de US\$184,7 bilhões, o país recebeu US\$ 85,8 bilhões, ou 46,5% do total, em 156 operações. Embora o Citigroup seja o principal participante desse mercado na região, o BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é também considerado bastante importante, com operações envolvendo cerca de US\$6,5 bilhões (CHAN-FISHEL, 2003, p. 11 e 19).

A Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID) divulga *ranking* anual

³⁵ Em uma operação tradicional, o valor do financiamento figura como dívida no balanço da empresa, impactando negativamente sua capacidade de tomar crédito no mercado ou mesmo sua classificação de risco, devido ao nível de endividamento, entre outros aspectos. No *project finance* este valor não figura no balanço.

das operações de *Project finance* no Brasil. O desempenho de algumas das IFs estudadas nessa pesquisa (nomes grifados nas tabelas) pode ser visto nas TABELAS 3, e 4, abaixo:

TABELA 3 – Ranking ANBID 2005 de Financiamento de Projetos - Estruturador

Instituição financeira	Ranking	Nº	Instituição financeira	Ranking	Valor/R\$ milhões
ABN Amro	1º	1	Banco do Brasil	1º	465
Banco do Brasil	1º	1	ABN Amro	2º	154
BES	1º	1	BES	3º	123
BNP Paribas	1º	1	BNP Paribas	3º	123
Citigroup	1º	1	Citigroup	3º	123
Santander	1º	1	Santander	3º	123
Unibanco	1º	1	WestLB	3º	123
WestLB	1º	1	Itaú BBA	8º	110
			Unibanco	9º	46

Fonte: Adaptado de ANBID, [2006]

Tabela 4 – Ranking ANBID 2005 de Financiamento de Projetos - Emprestador

Instituição financeira	Ranking	Nº	Instituição financeira	Ranking	Valor/R\$ milhões
Unibanco	1º	5	Santander	1º	414
Banco do Brasil	1º	5	ABN Amro	2º	276
ABN	3º	3	Banco do Brasil	3º	194
Santander	3º	3	Itaú BBA	4º	160
BNP Paribas	5º	2	WestLB	5º	136
Itaú BBA	5º	2	BNP Paribas	6º	131
WestLB	5º	2	Unibanco	7º	100
BBVA	8º	1	BES	8º	91
BES	8º	1	Citigroup	8º	91
Bradesco	8º	1	BBVA	10º	68
Citigroup	8º	1	Bradesco	11º	46
HSBC	8º	1	HSBC	12º	14

Fonte: Adaptado de ANBID, [2006].

Os dados das TABELAS 3 e 4 permitem verificar a posição dos bancos estudados em relação ao *Project finance* e, por consequência, avaliar sua importância quanto às operações enquadráveis nos PE. Essas IFs estão bem situadas na maioria das situações apresentadas.

Para Bonomi e Malvessi (2004, p. 20), “Uma estrutura de *Project finance* permite que as partes envolvidas em um projeto possam concretizá-lo, assumindo diferentes responsabilidades ou combinações de risco e retorno, de acordo com suas preferências.” O empreendimento envolve diversas partes interessadas, como os patrocinadores e/ou acionistas, financiadores, fornecedores e outras empresas, permeadas por uma complexa estrutura jurídica ou conjunto de contratos que lhe dão sustentação. Para Fortuna (2005), devido ao alto

custo, só se viabiliza através de um sindicato de bancos³⁶ ou da participação de organismos multilaterais de crédito. Fortuna (2005) afirma que:

“do arranjo contratual podem participar governos, agências multilaterais de crédito (BID, IFC, etc.), agências de crédito de exportação (Eximbank, Coface, etc.), bancos de desenvolvimento (BNDES, BNB, etc.), bancos públicos e privados, fundos de pensão, seguradoras, demais instituições financeiras, além de entidades não financeiras, tais como empresas de engenharia e projetos, consultores financeiros e jurídicos, fornecedores, clientes e operadores.” (FORTUNA, 2005, p. 278)

Bonomi e Malvessi (2004) destacam a importância do fluxo de caixa tende a ser supervalorizado nesse tipo de operação. Entretanto, outras informações relevantes devem ser levantadas, entre elas a identificação e mensuração dos riscos - fundamentais na estruturação de um *Project finance* - visando sua mitigação ou precificação adequada. A Figura 06, abaixo, mostra a estrutura de riscos aplicável a esse tipo de operação:

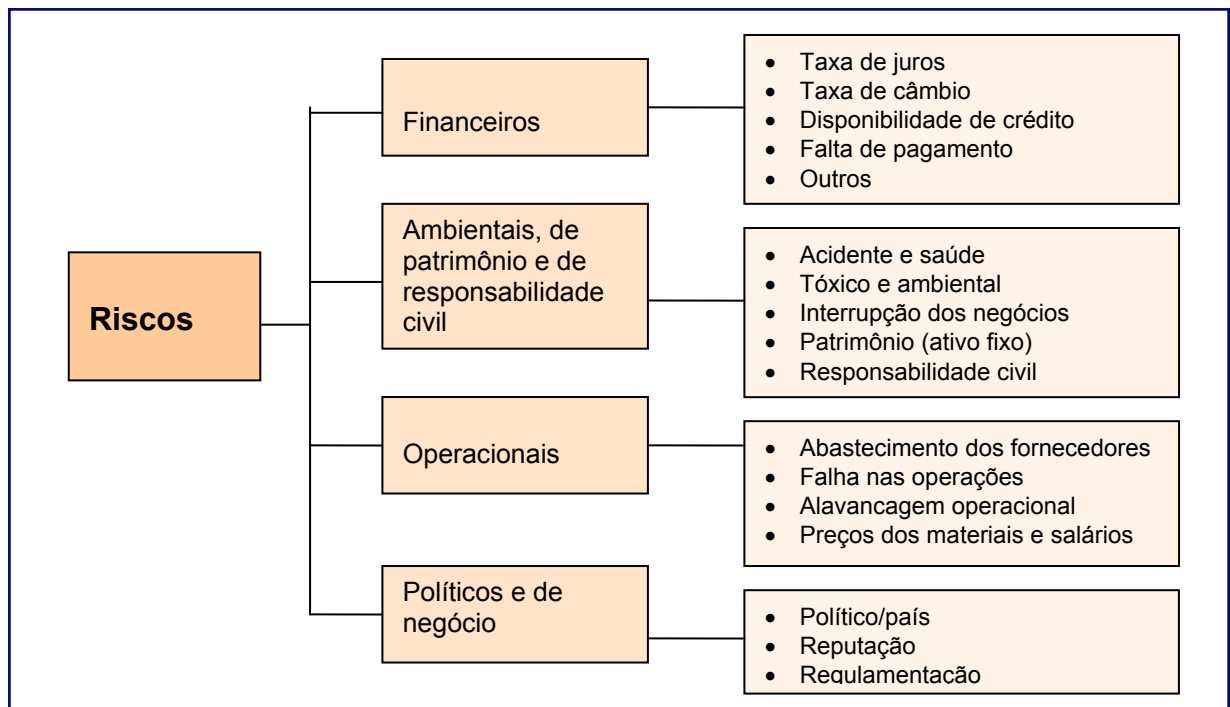


Figura 06 – Quadro de riscos
Fonte: Bonomi e Malvessi, 2004, p. 25

Sobre o Risco Ambiental, Borges [?] identifica alguns de seus principais componentes, que podem impactar o andamento do empreendimento:

- Proibições, atrasos, interrupções, multas e embargos;
- Impacto ambiental pode afetar a imagem junto a clientes e fornecedores;
- Responsabilidade civil e penal

³⁶ Segundo Cavalcante e Misumi (2002), o empréstimo sindicalizado é a modalidade de financiamento em que cada banco assume uma fatia da operação.

- Desconsideração da personalidade jurídica, atingindo sócios e administradores, em casos de fraude;
- Não atendimento das exigências do SISNAMA e do CONAMA.

Fonte: Borges, [?]

O autor propõe algumas medidas para adequar o projeto ou mitigar o risco ambiental:

- Observância de vedações e de exigências nos múltiplos níveis federativos;
- Aplicação dos Princípios do Equador (Ética);
- Cuidados com a inversão do ônus da prova;
- Acompanhamento da legislação;
- Estudos, pesquisas e consultorias;
- Seguros e provisões (Contab. Financeira Ambiental);
- Observação do nível do poder concedente para licenças
- relativas ao meio ambiente.

Fonte: Borges, [?].

A estruturação de um *Project finance* pode demandar até dois anos até a efetiva contratação da operação, fazendo com que não se justifique para empreendimentos de alto risco ou baixa geração de valor. Na prática esses valores estão, em geral, acima de US\$100 milhões, em função também do valor mínimo (*fee*) cobrado pelos bancos, exceto para projetos imobiliários, menos complexos e de custos menores (BONOMI e MALVESSI, 2004). No Brasil, muitas dessas operações envolvem um agente privado que recebe concessão para explorar um serviço público. A Figura 07 mostra uma estrutura típica de *Project finance*.

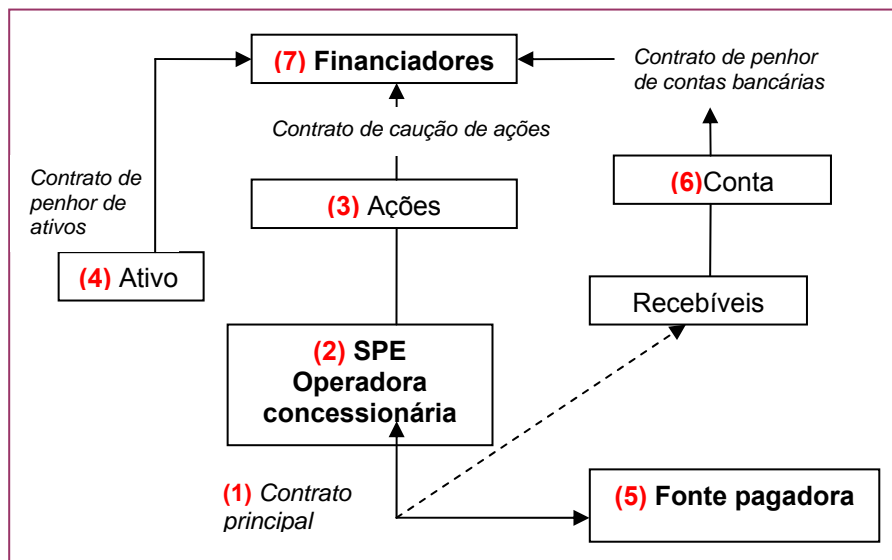


Figura 07 – Estrutura contratual de um *Project finance*
 Fonte: Adaptado de Bonomi e Malvessi (2004, p. 70).

Aplicando o modelo acima a um projeto hipotético para operação de uma ponte, teríamos o seguinte fluxo: o consórcio vencedor providencia o contrato principal (1); cria-se a SPE (2), que pode emitir ações (3) que ficarão caucionadas aos financiadores como garantia do negócio; eventuais ativos (4) que o consórcio possuir (imóveis, máquinas, etc.) também

poderão ficar penhorados aos financiadores; a Fonte Pagadora (5), que gera o fluxo de caixa do projeto, será a cobrança de pedágio, cujo produto será depositado em conta específica (6) cuja caução também ficará em poder dos financiadores (7), garantindo o retorno do crédito.

2.2.5 Parcerias Público-privadas (PPP)

Este tipo de parceria envolve um contrato administrativo de concessão e seu maior objetivo é atrair investimentos privados para infra-estrutura pública (IIB, 2005). O conceito ganhou força na década de 90, e envolve a “...contratação de obra ou serviço pelo setor público ao setor privado, com alocação de receita pública para garantir os investimentos e a remuneração do empreendimento.” (BONOMI e MALVESSI, 2004, p. 84). Embora contemple projetos de pequeno e médio porte, está ligado a outros de grande porte, complexidade e risco (*Project Finance*), quando recursos públicos substituem total ou parcialmente o fluxo de caixa do projeto.

Suas características variam muito em função de cada país, devido às diferenças culturais e regulatórias. Embora a legislação brasileira para as PPPs ainda não esteja completamente sedimentada, definiu recentemente a transferência das atividades do Estado para o setor privado, no caso de concessões, especialmente para projetos de infra-estrutura com retorno econômico. Assim, abriram-se perspectivas para a utilização do sistema de concessões associado à criação de SPE, para acessar os mercados financeiro e de capitais. Citam-se, entre os possíveis projetos desse tipo: revitalização de estradas no Mato Grosso do Sul com a participação de grandes agricultores; programas estaduais de PPP em Minas Gerais e Bahia; setores hospitalares estaduais e Fundação Oswaldo Cruz para a produção de farmoquímicos; pólos de tecnologia na região serrana do Rio de Janeiro e de fruticultura, vilas olímpicas para os Jogos Pan-Americanos/2007 e Linha Amarela. (BONOMI e MALVESSI, 2004, p. 84).

A maior semelhança entre PPP e *Project finance* é que não há transferência de ativos para o setor privado, como nas privatizações, mas a busca de melhor gestão dos ativos públicos através de parcerias com o setor privado. Outra similaridade é a análise diferenciada dos riscos nas fases de implantação e operação. As semelhanças culturais envolvem comprometimento efetivo entre as partes para a obtenção das metas pretendidas (“todos no mesmo barco”), as regras das Concessões (se aplicáveis), a estruturação financeira formal e as técnicas contratuais de diluição e mitigação de risco (BONOMI e MALVESSI, 2004).

As PPPs vêm sendo vistas como possíveis responsáveis pela futura expansão dos financiamentos para infra-estrutura, em projetos de interesse público com ou sem viabilidade econômica e financeira e que contem com garantia do setor público, visando assegurar a remuneração do capital e o retorno do crédito. Caso não sejam auto-sustentáveis, são calcados em dotação orçamentária, pressupondo a participação do setor público; a gestão é tutelada e o pagamento condiciona-se ao atingimento de metas e resultados (ROCCA, 2004).

Entre as limitações para o desenvolvimento das PPPs no Brasil, Bonomi e Malvessi (2004) citam o mercado financeiro e de capitais ainda não suficientemente maduro e um mercado de seguros não apto a fornecer os instrumentos necessários para a mitigação dos riscos. Boas práticas de transparência e governança corporativa são fundamentais no âmbito privado, para viabilizar as PPPs. O Ministério do Planejamento apresenta uma carteira de 10 projetos com custo estimado de R\$ 7,2 bilhões, envolvendo rodovias, irrigação e ferrovias (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2005).

Pode-se inferir que o País vive um momento muito especial quanto às políticas públicas para o desenvolvimento, em que as necessidades em termos de inversões em infraestrutura são limitadas pelo contingenciamento da capacidade de investimento do setor público. Assim, a criação de arranjos de engenharia financeira, respaldados por regulamentação apropriada – a exemplo das PPP – desperta o interesse tanto dos bancos privados quanto das IFMs. A RedeBrasil³⁷ destaca o forte interesse das IFMs pela abertura dos mercados lucrativos representados pelos empreendimentos de infra-estrutura em todo o mundo, sem maiores preocupações com possíveis impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades. Critica as condicionantes impostas pelas IFMs e a assistência técnica que prestam, considerando que facilitam um modelo de desenvolvimento que vai contra a “promoção dos direitos sociais, econômicos e culturais” (REDEBRASIL, 2005).

Esse é o ambiente que serve de pano de fundo aos Princípios do Equador e que, de certa forma, explica o interesse dos bancos em adotá-los. Evidencia-se a existência de um mercado em expansão para grandes projetos em diversos países – em especial os de infraestrutura – ávido por capitais para sua viabilização. No caso do Brasil, essas perspectivas são bastante claras, em especial no que tange às PPPs.

37 Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (REDEBRASIL). Fundada em 1995, reúne 80 organizações da sociedade civil. Sem fins lucrativos, seu objetivo é monitorar e intervir sobre a atuação de Instituições Financeiras Multilaterais – IFMs no Brasil (Grupo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Fundo Monetário Internacional – FMI). Seu escopo inclui ainda o monitoramento do BNDES e da *Corporación Andina de Fomento* – CAF (REDEBRASIL, 2006).

2.2.6 O Papel do BNDES

O BNDES tem importância fundamental no financiamento dos projetos abrangidos pelos PE, embora não seja signatário. Sua atuação está voltada para:

- I- a modernização dos setores produtivos;
 - II- a redução dos desequilíbrios regionais;
 - III- o apoio aos investimentos em infra-estrutura;
 - IV- o estímulo às exportações;
 - V- o desenvolvimento social e urbano;
 - VI- a promoção do crescimento das micro, pequenas e médias empresas;
 - VII- o fortalecimento do mercado de capitais.
- ANDIMA, 2002, p. 30.

É responsável pela gestão de fundos e programas ligados à desestatização. Integrados ao Sistema BNDES³⁸ estão as instituições de fomento regionais e os bancos estaduais de desenvolvimento. Santos Neto (2003) ressalta sua importância no financiamento dos setores de infra-estrutura econômica, que tornaram-se ainda mais relevantes no período pós-privatização, quando passaram a receber volume significativo de recursos.

O *Project finance* tradicional, que envolve somente investidores privados, não existe no Brasil, e as iniciativas existentes foram capitaneadas por instituições públicas ou multilaterais. Os desembolsos do BNDES para tais operações passaram de US\$ 154 milhões para US\$441 milhões, entre 1995 e 1997 (PRATES *et al*³⁹, 2000, p. 93, *apud* SANTOS NETO, 2003, p.149). No caso do setor elétrico, a participação do setor público nos *Project finance* passou a ser compulsória, gerando críticas sobre a adequação desse modelo ao conceito de *Project finance*, aqui denominado “*Project finance* à moda da casa”. A expectativa da participação massiva do setor privado nesses financiamentos revelou-se frustrada, em especial devido à aversão ao risco e à incerteza dos mercados financeiros. Assim, a idéia inicial de que ao Estado caberia apenas coordenar e gerir o sistema e os novos investimentos não se concretizou.

Monteiro Filha e Castro (2000) afirmam que, embora o BNDES utilize mais o *Corporate finance*, vem adotando eventualmente o *Project finance*, que pode ser uma boa solução para financiamentos industriais no Brasil, já que apresenta solução para um problema freqüente, que é a obtenção de garantias. Destacam a relevância que poderia ter para o

38 formado pelo BNDES e suas controladas: Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), para financiamento da comercialização de máquinas e equipamentos, e BNDES Participações S/A (BNDESPAR), voltada para operações em bolsas de valores.

39 PRATES, D. M; CINTRA, M. A. M; FREITAS, M. C. P. **O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90.** Economia e Sociedade, nº 15. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

Mercosul, onde o BNDES atua como agente de integração regional, o que poderia levar à intensificação do comércio através dos negócios associados a *Project finance*.

A RedeBrasil destaca o impacto econômico e social que o BNDES causa, ao estimular atividades econômicas em todas as regiões brasileiras e em outros países onde atua. Ressalta as limitações encontradas para acompanhar suas atividades, diante da dificuldade de acesso às poucas informações disponíveis (REDEBRASIL, 2006).

O Sistema BNDES possui ativos totais de R\$163,9 bilhões e desembolsou, em 2005, R\$ 47 bilhões. Opera através da intermediação de IFs privadas para valores até R\$10 milhões e, acima disso, diretamente (REDEBRASIL, 2006a). Mantém acordo com a *Corporación Andina de Fomento* (CAF), IFM regional (América Latina e Caribe) que financia projetos de infra-estrutura para 17 países, à égide da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sulamericana (IIRSA). O BNDES participa do financiamento a tais empreendimentos, vistos pela RedeBrasil como não sustentáveis, já que estão embasados em modelo exportador, com alto nível de exploração de recursos naturais e fortes impactos sociais e ambientais. A RedeBrasil afirma que “O BNDES não tem políticas proativas que previnam eficientemente, por meio de normativos próprios e cláusulas contratuais específicas, as agressões ao meio ambiente e possíveis violações de direitos” (REDEBRASIL, 2006, p.20). Como exemplos de projetos polêmicos apoiados pelo Banco, a RedeBrasil (2006) cita:

- criação superintensiva de camarões no Nordeste;
- apoio à Monsanto: produção de soja transgênica e herbicida cancerígeno;
- Veracel e Aracruz Celulose (Bahia/Espírito Santo): litígios com indígenas pela posse das terras e impactos socioambientais negativos (cultura de eucalipto);
- Suzano Bahia Sul Papel e Celulose: impactos sociais e ambientais negativos;
- Gerdau: acusação de *lockout* contra operários sindicalizados;
- Gasoduto Bolívia-Brasil, Represa Três Gargantas (China) e Barragem *San Francisco* (Equador).

A RedeBrasil (2006) questiona se o BNDES realmente atua em benefício da sociedade ou prioriza os interesses das grandes empresas. Entende que, para que a sociedade possa conhecer os impactos socioambientais de suas atividades e monitorar sua atuação, são necessárias mais democracia e transparência, ouvindo-se os *stakeholders* externos.⁴⁰

40 Em fev./2006 o BNDES criou um grupo de trabalho para apresentar proposta de política de informações públicas a ser submetida ao Banco e, posteriormente debatida pelas OSCs (ECO-FINANÇAS, 2006c).

O BNDES gerencia importante programa de financiamento do Banco Mundial destinado a tecnologias de controle ambiental voltadas para o setor privado. O Programa aportou US\$ 1,2 bilhão em recursos, entre 1990 e 1995, para tal finalidade (BNDES⁴¹, 1995, *apud* MAY, 2001, in CAVALCANTI, Org, 2001, p. 306).

Vinha (2003) ao destacar a incorporação da ecoeficiência pelo setor produtivo brasileiro como um fator para que os bancos revissem seus critérios de financiamento, cita como exemplo o BNDES, com práticas como análise dos impactos ambientais do projeto e exigência de divulgação do Balanço Social do financiado antes da liberação dos recursos. A própria instituição se coloca como “...uma plataforma para a formulação de conceitos e procedimentos, não apenas de análise de projetos em geral, mas, também, de fomento a atividades sustentáveis.” (BNDES, 2006, Comunicação pessoal)

Analisando a atuação ambiental do BNDES a partir de seu *website* (BNDES, 2006) percebe-se um certo pioneirismo, embora muitas perguntas estejam ainda pendentes de resposta. O Banco afirma considerar formalmente as questões ambientais na análise e concessão de crédito desde 1976, atitude intensificada a partir dos anos 80, com o intercâmbio com o BM e outras IFMs, quando foi criada linha específica para iniciativas da indústria para conservação e recuperação do meio ambiente. A Lei nº 6938, de 31/8/1981, passou a exigir a regularidade ambiental para liberação de recursos pelo BNDES.

Em 1989 foi criada unidade específica visando a internalização da questão ambiental nos procedimentos operacionais do Banco, com foco em setores geradores de impactos ambientais significativos (ferro gusa, serrarias, exploração de mata nativa, garimpo e mineração com processos rudimentares). O Banco implementou classificação baseada no risco e no impacto ambiental das operações (ver Quadro 03, abaixo):

Quadro 03 – Classificação de Risco Ambiental - BNDES

Categoria Ambiental	Risco e Magnitude de Impacto
A	Atividade relacionada a riscos de impactos ambientais significativos. O licenciamento requer estudos de impactos, medidas preventivas e ações mitigadoras.
B	Atividade associada a impactos ambientais mais leves e requer avaliação e medidas específicas.
C	Atividade não apresenta, em princípio, risco ambiental.

Fonte: BNDES, 2006.

⁴¹ BNDES. 1995. **Ação Ambiental do BNDES** – Informe Estatístico. Rio de Janeiro: BNDES.

Nos anos 90, destaca-se a assinatura de acordo entre o BNDES/BM e o Eximbank/Japão, objetivando a recuperação de áreas ambientalmente degradadas, através do Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial. No bojo da proposta brasileira para a Conferência de Cúpula (Rio 92), bem como para o Protocolo de Montreal, a IF apresentou diversas contribuições e assumiu compromissos relevantes, a exemplo de:

- Assinatura da Carta de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável (PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente);
- Programa de Contabilidade Ambiental (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento/UNCTAD e PNUMA);
- Negociador da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
- Em 1996 foi adotada resolução interna que passa a exigir o atendimento da legislação ambiental, saúde e segurança no trabalho e uso eficiente de energia.

No início da década atual foi criada a “Política Ambiental do BNDES”, que inclui compromisso com o DS e gerou alteração das Políticas Operacionais. Em 2003 foi implementado o Guia de Procedimentos Ambientais, contendo metodologia focada nas questões ambientais, envolvendo desde a análise da proposta até o acompanhamento do projeto, passando pela análise de risco. A IF considera-se pioneira na classificação dos riscos ambientais das operações de crédito entre os países em desenvolvimento.

Em 2005 e 2006 o BNDES vem investindo na capacitação, atualização e geração de comprometimento de seu pessoal nos temas ambientais – especialmente ligadas a questões globais e energia renovável. A apresentação feita pelo Banco sobre sua atuação ambiental, no *website*, conclui com a seguinte afirmação:

coordenada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)”(BNDES, 2006. Comunicação Pessoal).

A IF esclarece que, como banco de desenvolvimento, coloca a promoção do desenvolvimento sustentável não como questão de responsabilidade corporativa, mas como uma de suas principais missões. Em vista disso, considera-se pioneira e líder na incorporação da dimensão ambiental em suas operações. Entende que

Mesmo sem ser signatário dos Princípios do Equador, na prática o BNDES já adota alguns preceitos dos Princípios do Equador, como a classificação de risco ambiental e, para alguns departamentos em que os aspectos ambientais das operações são fatores críticos, a apresentação pelas empresas de informações de cunho ambiental que subsidiam a análise global do projeto e o respectivo acompanhamento (Fonte: BNDES, 2006. Comunicação Pessoal).

O BNDES admite, no entanto, que está estudando internamente a adesão aos Princípios do Equador (BNDES, 2006, Comunicação pessoal).

Os elementos encontrados nas fontes disponíveis nos permitem confirmar a importância do BNDES no contexto das operações enquadráveis nos PE, bem como inferir sobre a consistência de suas políticas e práticas em relação à sustentabilidade. Entretanto, dois pontos permanecem obscuros: a compatibilidade entre essas políticas e práticas e as previstas nos PE e o nível de *disclosure*, que ainda não permite ao público em geral obter informações substanciais sobre a condução do assunto no âmbito do BNDES.

2.3 Os Princípios do Equador

2.3.1 Contexto da Criação dos Princípios do Equador

A idéia de criar diretrizes para a incorporação da variável socioambiental ao financiamento de investimentos foi lançada em Outubro de 2002, durante um encontro entre o Banco Mundial, a IFC e diversos bancos. Em consequência, foi criado um conjunto de princípios que pudessem servir de referência para o tratamento de riscos sociais e ambientais para projetos de investimento de grande porte (*Project finance*). Os Princípios incorporam as Diretrizes Setoriais do Banco Mundial para a redução da poluição e as Políticas de Salvaguardas da IFC e a observância do conteúdo desses documentos é exigida dos bancos signatários. Os PE entraram em vigor em 4 de junho de 2003.

2.3.2 Caracterização dos Princípios do Equador

Constituem um conjunto de nove Princípios a serem aplicados no financiamento de

projetos de valor igual ou superior a US\$50 milhões⁴³, atendendo, além dos critérios econômico-financeiros tradicionais, também a parâmetros de viabilidade socioambiental⁴⁴. Os bancos signatários devem comprometer-se a não fornecer recursos para clientes que não queiram ou não tenham condições de adequar-se às políticas e procedimentos sociais e ambientais previstos (EQUATOR PRINCIPLES, [?]). Entre suas finalidades incluem-se:

- agregar conseqüências sociais e ambientais desejáveis aos projetos financiados, promovendo o DS nos países de atuação dos bancos;
- proporcionar aos bancos a identificação, avaliação e gestão dos riscos ambientais e sociais dos empreendimentos financiados;
- ser um ponto de partida e fornecer ferramentas aos bancos para a implantação de padrões e procedimentos de âmbito socioambiental nos seus negócios.

Os projetos são classificados em três categorias, conforme: tipo, localização, escala, sensibilidade e magnitude dos potenciais impactos socioambientais negativos. São elas:

Categoria A – alto potencial de efeitos negativos: efeitos podem ser significativamente adversos ou irreversíveis, afetar grupos étnicos ou minoritários, envolver deslocamento de populações ou afetar sítios de heranças culturais. A Avaliação Ambiental (AA) deve contemplar os efeitos positivos e negativos do projeto, em relação a outras alternativas, e recomendar medidas para prevenir, minimizar, mitigar ou compensar impactos adversos e melhorar a performance ambiental. Normalmente é requerido um levantamento ambiental completo, geralmente sob a forma de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA).

Categoria B – médio potencial de efeitos negativos: impactos ambientais em populações humanas ou áreas ambientalmente importantes são menos severos. Muitas vezes estão restritos a algum *site*⁴⁵, em geral não são irreversíveis, e permitem que as medidas mitigadoras sejam adotadas mais prontamente. Assim, o escopo da AA é mais reduzido.

Categoria C – efeito negativo muito reduzido ou nenhum efeito negativo – nesse caso, não é exigida a Avaliação Ambiental.

Todas as categorias devem ser submetidas à análise do risco socioambiental para determinar o tipo e profundidade da AA, fundamentada nos critérios da IFC. A AA é obrigatória para os projetos classificados nas categorias A e B, considerando-se ainda que:

⁴³ Este valor está sendo revisto para US\$10 milhões, conforme abordado no APÊNDICE C da presente pesquisa.

⁴⁴ A íntegra do documento pode ser vista, em inglês, no ANEXO A (sem tradução oficial para português)

⁴⁵ Instalação

- o) consideração de alternativas social e ambientalmente viáveis;
- p) produção, fornecimento e uso eficiente de energia;
- q) prevenção da poluição e minimização de resíduos, controle da poluição (efluentes líquidos e emissões para o ar) e gestão de resíduos sólidos e químicos.

Em todos os projetos, a AA deve também atender aos requisitos mínimos do BM e IFC previstos no documento “*Pollution Prevention and Abatement Guidelines-PPAH*” (tópico *Exhibit III*) e, para projetos localizados em países de baixa ou média renda (caso do Brasil), a AA deve considerar as políticas e salvaguardas da IFC (*IFC Safeguard Policies - Exhibit II*). Além do mais, o projeto deve atender às leis e regulamentos do país onde estiver localizado.

- 4) Para todos os projetos Categoria A e para alguns Categoria B, o tomador deve apresentar PGA envolvendo mitigação, monitoramento, plano de ação, gestão de riscos e de compromissos.
- 5) Idem, quanto à consulta aos grupos afetados pelo projeto, disponibilizando-se a EA ou sumário. Para Categoria A, a AA e o PGA devem passar por avaliação independente.
- 6) O tomador se compromete a: executar o projeto de acordo com o PGA; fornecer relatórios regulares, demonstrando a conformidade com o Plano e assegurar o adequado descomissionamento ou desativação do empreendimento, quando aplicável.
- 7) As IFs podem recorrer a especialistas externos para monitoramento e relato adicionais.
- 8) Os bancos se comprometem a engajar-se nos esforços de regularização, caso a operação se torne irregular pela não observância, por parte do tomador, dos requisitos dos PE.
- 9) Os Princípios aplicam-se a projetos com custo total igual ou superior a US\$ 50 milhões.

Quando diretrizes setoriais específicas da IFC e do BM, como o PPAH, não estiverem disponíveis para um determinado segmento, deverão ser usadas diretrizes gerais, como *The World Bank General Guidelines* e *IFC General Health and Safety Guidelines*, com as modificações necessárias às peculiaridades do projeto.

A IFC, no documento *The Equator Principles*, afirma acreditar que a adesão a tais princípios traz benefícios ao setor financeiro, aos seus clientes e aos *stakeholders*, destacando seu papel de capacitar os bancos para documentar e gerir a exposição a riscos sociais e ambientais associados aos projetos financiados, bem como para agir proativamente junto aos *stakeholders* nas questões ligadas a políticas ambientais e sociais.

2.3.3 O papel do Banco Mundial e da IFC na

(IFC, 2006a). Trabalha com empréstimos a empresas, ações, operações estruturadas, gestão de riscos e consultoria e assessoria.

Fortuna (2005) destaca a criação, em 1991, do *Global Environment Facility* (GEF), que apoia iniciativas como melhoria da qualidade da água, proteção da camada de ozônio e da biodiversidade e cujos projetos geralmente são conduzidos pelo Banco Mundial.

A importância do BM e IFC, quanto ao aporte de recursos para os países emergentes, vem decrescendo nas últimas décadas. A globalização desses fluxos alterou o antigo conceito de ajuda externa (recursos oficiais) para um fluxo crescente de investimentos (recursos privados), em geral direcionados para projetos com implicações ambientais, como privatizações de indústrias, concessões em energia, água, transportes e outros e *Joint Ventures* para novas plantas industriais (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996).

Esta mudança no contexto de atuação das IFMs aliada à crescente necessidade de recursos para investimento em infra-estrutura pelos países emergentes, gerou maior participação das IFs privadas, que passaram a complementar a lacuna deixada pelo Banco Mundial e IFC. No bojo desse processo, intensificou-se a relação entre as IFMs e IFs privadas, que passaram a atuar através de parcerias ou de operações sindicalizadas. Entretanto, apesar de destinar menos recursos para tais operações, a participação dessas IFMs no empreendimento gera confiança no mercado sobre a nação ou empresa beneficiada, o que justifica a manutenção de sua importância e influência. Ressalta-se que as ONGs globais monitoram intensamente tanto sua atuação quanto a de seus parceiros, pressionando para que os projetos apoiados incorporem boas práticas socioambientais. As interações desses agentes – Banco Mundial/IFC, IFs privadas e ONGs – num contexto de intensificação das preocupações ambientais da sociedade e de competição gerada pela globalização, fomentaram o processo que levou à criação dos PE.

Para Cavalcante e Misumi (2002), a IFC é a maior fonte de recursos ao setor privado mundial, interagindo com as demais unidades do Banco Mundial Sua participação nunca excede 25% do valor total de cada projeto. Em 30 de jun. 2005, a posição acumulada de empréstimos ao Brasil era de 169 projetos, somando US\$7,493 bilhões (US\$4,246 - fonte

a rediscussão de parâmetros de sustentabilidade nas atividades produtivas e a reavaliação do Protocolo Verde, quanto ao nível de implementação e aos resultados obtidos (MMA, 2005).

2.3.4 As Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), a participação da sociedade civil e a sustentabilidade dos empreendimentos apoiados

Um dos principais componentes da criação dos PE foi a pressão da sociedade civil organizada e da mídia, visando evitar o financiamento de empreendimentos com fortes impactos socioambientais negativos e permitir a livre manifestação das populações afetadas e a incorporação de suas demandas e preocupações. Para fazer face a essa pressão, o BM e a IFC buscaram aperfeiçoar seus processos de crédito e democratizar a relação com a sociedade civil e com os *stakeholders* dos empreendimentos financiados.

Maimon (1996⁴⁸, *apud* Figueiredo, 2002) afirma que após o lançamento do Relatório Brundtland⁴⁹ houve um aumento da pressão sobre o BM que, a partir de 1988 criou nova política de financiamento, exigindo estudos de impacto ambiental para projetos situados em países em desenvolvimento, viabilização de acordos internacionais e empréstimos e doações feitos pelos países desenvolvidos.

O contexto acima assenta-se nas posições consideradas pouco democráticas dessas IFMs, que, segundo Figueiredo (2002), exercem um poder autoritário e intervencionista sobre a política de desenvolvimento global. O BM vem sendo acusado de interferir nos assuntos internos e direcionar as políticas nos países do Terceiro Mundo. Na opinião do autor, o discurso do BM no tocante à participação popular e preservação do meio ambiente muitas vezes é incompatível com a prática, uma vez que sua atuação tem gerado mais desigualdade social e miséria (CARVALHO, 2000⁵⁰, *apud* FIGUEIREDO, 2002).

Nos anos 80, o BIRD foi duramente criticado pela sociedade civil por não levar os países atendidos ao desenvolvimento, além de causar grandes desastres socioambientais. Sob a pressão dessas críticas, o BM vem buscando reduzir os impactos negativos de suas atividades (Figueiredo, 2002). A elaboração do Relatório Waspenhans, em 1992, foi uma das consequências dessas ações, tendo apontado a falta de diálogo com a sociedade civil, que não era chamada a participar do processo, como uma das principais causas dos problemas, levando o BM a reavaliar sua atuação e incorporar o diálogo aos procedimentos operacionais.

48 MAIMON, Dalia. Passaporte Verde: gestão ambiental e competitividade. R de Janeiro: Qualitymark, 1996.

49 Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nosso Futuro Comum, de 1987.

50 CARVALHO, Guilherme. FMI, Banco Mundial e BID: políticas para o Brasil. Belém: FASE, 2000.

Iniciativas seguintes vieram consolidar esse processo, paralelamente às mudanças por que passavam as sociedades dos países onde tais IFMs atuavam, em direção à democratização, bem como à maior organização da sociedade civil (FIGUEIREDO, 2002). O pico das críticas, que ocorreu após a divulgação do Relatório Waspenhans, levou à criação do Painel de Inspeção, em 1994. A partir de então, todas as unidades do Banco Mundial vêm trabalhando para mudar tal realidade⁵¹ (BANCO MUNDIAL, 2006a).

Alguns autores associam a atuação do Banco Mundial e IFC à introdução da variável socioambiental ao crédito. Schmidheiny e Zorraquín (1996) afirmam que essas IFMs adotam várias formas de controle ambiental. Entretanto, todas são criticadas pelos ambientalistas, por cederem a pressões para investir em determinados projetos, independentemente do impacto ambiental provocado. May (2001, in: CAVALCANTI, Org., 2001) destaca que a forte presença do BIRD como alavancador de investimentos, tanto privados quanto multilaterais, pode ser indutora da incorporação das questões ambientais aos empreendimentos. Menciona a IFC como outro instrumento para a melhoria ambiental na indústria, ressaltando que anteriormente essa não era uma preocupação da IFC, o que vem mudando nos últimos dois, citando-se a diligência ambiental como componente da avaliação de risco dos financiamentos. Esses fatos indicam que já havia uma evolução no mercado de crédito para grandes investimentos, de forma a criar condições para o surgimento dos PE, em junho de 2003.

Para Tosini (2005) ao tornar-se o maior fornecedor de recursos para programas voltados para melhorias ambientais, a partir de 2006 (US\$11,5 bilhões distribuídos em 162 projetos), o BM reforçou sua preocupação e compromisso com a sustentabilidade, influenciando positivamente as estratégias do setor financeiro em todo o mundo. As IFMs – entre elas o GBM - foram as primeiras a incluir cláusulas voltadas para questões socioambientais em seus contratos de financiamento. Os bancos comerciais que se dispõem a adotar políticas e procedimentos de cunho socioambiental têm acesso facilitado a recursos dessas instituições, com juros mais baixos e prazos mais favoráveis (TOSINI, 2005).

51 O Público pode participar do processo decisório e da condução das operações do BM, tanto na fase de elaboração dos projetos (consultas públicas, envolvimento das comunidades); quanto durante a implementação (avaliação independente do BM). O Painel de Inspeção, instância independente criada em 1993, recebe reclamações (mínimo de dois reclamantes), exigindo o cumprimento dos compromissos dos projetos/conformidade com as políticas e procedimentos (BANCO MUNDIAL, 2006b) O Painel de Inspeção teve papel fundamental na democratização do BM, propiciando muitas mudanças positivas nos projetos. O governo brasileiro vem reagindo às mudanças de forma conservadora, em geral votando contra as reformas/novas políticas e dificultando o acompanhamento dos projetos, ao restringir a participação da sociedade e a obtenção de informações. Embora obrigado a implementá-las para acessar os financiamentos, entende que há ingerência em seus assuntos internos. A sociedade civil organizada fica em conflito entre sua tradicional postura crítica e a necessidade de reconhecer as mudanças positivas e assim aproveitar as oportunidades de uso dos recursos para fomentar o desenvolvimento do País (Figueiredo, 2002).

A intensificação da pressão das ONGs sobre as IFs é considerada importante fator para

CAPÍTULO 3 – MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Delineamento da Metodologia

A definição dos objetivos e da metodologia desta pesquisa foi baseada nos estudos de Vergara (2005), tratando-se de pesquisa exploratória, quanto aos fins, e bibliográfica, quanto aos meios. Viabiliza-se, portanto, a partir de ampla revisão bibliográfica abordando o referencial teórico constituído pelos temas desenvolvimento sustentável, responsabilidade social empresarial, sistema financeiro e Princípios do Equador.

Em seguida, dedica-se ao estudo da implantação dos PE no Brasil, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados primários, através de questionários enviados aos bancos signatários que atuam no Brasil. Também são pesquisados Relatórios Sociais e *websites* de bancos e publicações e *websites* de organizações da sociedade civil que acompanham a implantação dos PE em nível local e global, entre outras fontes.

A pesquisa foi realizada em etapas, inicialmente de forma intuitiva, diante da percepção da necessidade de estabelecer uma base de conhecimentos que permitisse o aprofundamento em relação ao tema. Esse processo foi se consolidando, permitindo o amadurecimento do tema e a condução do trabalho de forma produtiva e enriquecedora. A lógica de construção do conhecimento seguiu o preconizado por Gil (2002), sobre a utilização de dados qualitativos, que pode levar o pesquisador a intuir sobre novas e importantes realidades, esclarecendo pontos obscuros, de forma a descortinar uma nova visão do problema e permitir chegar a outras hipóteses. Para tanto, as informações foram sendo analisadas ao longo do processo de pesquisa, de forma a realinhar a compreensão das relações que se queria estudar. Assim, logrou-se levantar novos dados e analisar com maior amplitude os disponíveis, enriquecendo as conclusões do trabalho.

Na construção do conhecimento, cada etapa constituiu um pilar em que as próximas pudessem se assentar. A Etapa I significou o levantamento de conhecimentos teóricos fundamentais para a compreensão dos temas da pesquisa. A Etapa II procurou buscar informações-chave diretamente entre as instituições bancárias, complementando-as por meio dos recursos bibliográficos. Através da análise dessas informações construiu-se, então, um embasamento para a elaboração da Etapa III, quando se buscou ampliar e aprofundar as informações e dados obtidos. Já a Etapa IV compreendeu a discussão final desse material, sua complementação por meio de entrevistas com instituições ligadas ao tema e a elaboração da conclusão. O detalhamento das etapas pode ser visto na seqüência

3.1.1 Etapa I

Revisão bibliográfica, abordando o referencial teórico, realização de estudos iniciais sobre os PE, visando fornecer elementos para o levantamento inicial de informações, junto aos bancos, sobre o objeto de estudo, a ser coberto pela etapa seguinte.

3.1.2 Etapa II

Estudo piloto com alguns bancos signatários dos PE que atuam no Brasil, selecionados a partir da relação de instituições financeiras (IFs) que haviam aderido aos Princípios em 6 de maio/2005, conforme Quadro 04, a seguir:

Quadro 04 – Instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador, em 6/5/2005

IFs de Capital Nacional	IFs Estrangeiras que atuam no Brasil	IFs Estrangeiras não atuantes no Brasil
Banco do Brasil	ABN Amro Real	CIBC
Banco Itaú e Itaú BBA	Bank of América	Dexia Group
Bradesco	Barclays	EKF
Unibanco	BBVA	KBC
	Calyon	MCC
	Citigroup	Mizhuo Corporate Bank
	Credit Suisse	Royal Bank of Canada
	Dresdner	Scotiabank
	HSBC	The Royal Bank of Scotland
	HVB	Wespac Banking Corporation
	ING	
	Rabobank	
	Standard Chartered	
	WestLB	

Nota: os nomes em negrito referem-se aos bancos pesquisados na Etapa II da pesquisa

Fonte: EQUATOR PRINCIPLES [?] e FEBRABAN, 2006a.

Para isto, foi elaborado questionário semi-estruturado, contendo cinco questões abertas, elaboradas com base em revisão de literatura (ver Questionário 1, no APÊNDICE A).

O Questionário 1 foi enviado por e-mail para seis IFs signatárias dos PE- considerando-se o Banco Itaú e Itaú BBA como organização única (Grupo Itaú) – e o retorno obtido foi de 66,6%, ou seja, quatro respondentes. O Quadro 05, abaixo, mostra as IFs pesquisadas na Etapa I e, entre eles, quais responderam ao Questionário 1 e quais não o fizeram.

2003, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, para a pesquisa “Responsabilidade Social das Indústrias do Estado de São Paulo” (FIESP, 2003). Adotamos, ainda, os seguintes procedimentos:

- adaptação e incorporação do conteúdo do Questionário 1;
- geração do máximo possível de perguntas, a partir das informações da Etapa I, através da adaptação do método “*brainstorming*”⁵³;
- seleção das perguntas que mais se adequassem aos objetivos do trabalho.

A seleção de bancos para envio do Questionário 2 foi definida a partir de lista dos bancos signatários, posição 17 jan. 2006 (EQUATOR PRINCIPLES, [?]), excluindo-se os não atuantes no Brasil (BCB, 2000; FEBRABAN, 2006a).

O Quadro 06, abaixo, mostra o resultado da seleção.

Quadro 06 – Instituições financeiras signatárias dos PE, em 17/1/2006

IFs de Capital Nacional	IFs Estrangeiras que Atuam no Brasil	IFs Estrangeiras que não Atuam no Brasil
Banco Bradesco	ABN Amro Real	BMO Financial Group
Banco do Brasil	Bank of América	CIBC
Banco Itaú	Barclays	Caja Navarra
Banco Itaú BBA	BBVA	Dexia Group
Unibanco	BTMU (Bank of Tokyo)	EKF
	BES Group	FMO
	Calyon	KBC
	Citigroup	Manulife
	Credit Suisse	MCC
	Dresdner	Mizuho Corporate Bank
	HSBC	Millennium bcp
	HVB	Nedbank Group
	ING	Royal Bank of Canada
	J P. Morgan Chase	Scotiabank
	Rabobank Group	The Royal Bank of Scotland
	Standard Chartered	Wells Fargo
	WestLB AG	Westpack Banking Corporation

Fonte: EQUATOR PRINCIPLES, [?]; BCB, 2000 e FEBRABAN, 2006a.

Produziu-se assim uma lista com 21 bancos (quatro nacionais/17 estrangeiros). O Questionário 2 foi enviado por e-mail para 16 deles, conforme exposto no Quadro 07, a seguir.

⁵³ *Brainstorming* significa, literalmente, tempestade ou tormenta cerebral, isto é, um esforço concentrado da inteligência do pessoal mais qualificado de uma empresa na busca da solução de um problema” (SANDRONI, 1999, p. 65). Aqui, a busca e a seleção inicial das melhores idéias foi feita por uma pessoa apenas. Além do mais, as idéias não foram expostas oralmente e sim por escrito.

Quadro 07 – Instituições financeiras signatárias dos PE que atuam no Brasil selecionadas para envio do Questionário 2

BANCOS	Envio do questionário		
	Data e-mail	Retorno	Questionário Preenchido?
CAPITAL NACIONAL(5)			
Banco Bradesco	1/2/2006	Não	Não
Banco do Brasil	19/1/2006	1/2/2006	Sim
Banco Itaú e Itaú BBA	19/1/2006	10/2/2006	Sim
Unibanco	2/2/2006	2/3/2006	Sim
ESTRANGEIROS/ATUAM NO BRASIL (17)			
ABN Amro Real	19/1/2006	10/2/2006	Sim
Bank of América	Não enviado (1)	-	-
Barclays	10/2/2006	Sem retorno	Não
BBVA	Não enviado (1)	-	-
BTMU (Bank of Tokyo)	7/2/2006	9/2/2006	Não (2)
BES Group	Não enviado (1)	-	-
Calyon	7/2/2006	Não	Não
Citigroup	2/2/2006	Não	Não
Credit Suisse	2/2/2006	Não	Não
Dresdner	7/2/2006	16/2/2006	Não (3)
HSBC	19/1/2006	Não	Não
HVB	Não enviado	-	-
ING	2/2/2006	7/2/2006	Sim
J P. Morgan Chase	3/2/2006	3/2/2006	Não (4)
Rabobank Group	19/1/2006	17/2/2006	Sim
Standard Chartered	Não enviado (1)	-	-
WestLB AG	2/2/2006	3/2/2006	Não (5)
<p>Notas: 1 – Bancos não incluídos na pesquisa por não atuarem e/ou não terem negócios da categoria, no Brasil 2 - Assunto recente; não tem nenhum material a respeito 3 - Processo de concessão de crédito centralizado na matriz, na Alemanha, que detém os conhecimentos e o controle do processo, inclusive para a concessão de crédito a empresas brasileiras. 4 - Subsidiária brasileira não é signatária 5 - Gestão fora do Brasil; sugeriu pessoa para contato em N. York Observação: os bancos em negrito também responderam ao Questionário 1 da Etapa II</p>			

Previamente ao envio, adotou-se a seqüência de procedimentos abaixo:

- 1) Envio de e-mail ou contato telefônico com as IFs que já haviam respondido ao Questionário 1, e com as quais, portanto, já tínhamos maior contato;
- 2) Identificação prévia dos responsáveis pelas áreas de sustentabilidade, responsabilidade social ou áreas afins, quando aquelas eram inexistentes. Para tanto, utilizamos a indicação de especialistas, nossa experiência profissional e telefonemas aos bancos;
- 3) Envio do Questionário 2, via e-mail, para os funcionários responsáveis, identificados conforme item 2, acima, com ligação telefônica prévia para alertá-los sobre a remessa;
- 4) Monitoramento das respostas, com, no mínimo uma reiteração, utilizando-se tanto e-mail quanto telefone.

Foram excluídos da relação quatro bancos, para os quais não foram enviados questionários, uma vez que não se conseguiu evidenciar sua atuação no Brasil e/ou essa atuação não envolvia o tipo de negócio em estudo e/ou havia evidências de que seria improdutivo fazê-lo (ver Quadro 07, acima).

As informações obtidas nesta Etapa III foram analisadas de forma a incorporar aquelas da Etapa II, e serviram para responder a praticamente todas as questões colocadas nos objetivos, devido à abrangência do Questionário 2.

3.1.4 Etapa IV

Buscou-se complementar as informações obtidas, visando atender os objetivos do trabalho. Foram realizadas entrevistas abertas com representantes de instituições consideradas referência em relação ao tema, conforme Quadro 08, abaixo.

Quadro 08 – Relação das entrevistas complementares realizadas

Instituição	Data/Local/Meio	Nome/Função	Temas Abordados
BNDES	12/06/2006 e-mail	Cristina Riche Ouvidora	O papel do BNDES em relação ao crédito responsável
UNEP-FI	10/05/2006/ Rio de Janeiro	Christopher Wells Resp. Pela UNEP-FI América Latina	Motivações dos bancos para adoção dos PE, reflexos no mercado de crédito, potencial de indução de sustentabilidade, mudanças recentes nos PE e nas salvaguardas da IFC, diálogo entre stakeholders (bancos/ONGs)
FGV-CES	21/06/2006 São Paulo	Mário Monzoni Coordenador	Motivações para inclusão dos PE no ISE-BOVESPA

As informações obtidas estão registradas ao longo dos capítulos 4 e 5. O tratamento dos dados gerados com a aplicação do Questionário 2 foi realizado através da análise individual das perguntas, considerando o conjunto das respostas recebidas. A partir das respostas, foram feitas comparações entre as IFs respondentes, onde possível, complementadas com a discussão, utilizando informações públicas em seus *websites* e outras fontes, além de documentos técnicos e científicos em fontes indexadas. Conforme já referido, como o Rabobank não tem operações enquadráveis no Brasil, suas informações não foram tratadas nessa fase, mas foram consideradas na discussão e conclusões.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Considerações iniciais

Para embasar a discussão das informações obtidas através da presente pesquisa (Questionários 1 e 2), foi elaborado levantamento sobre as principais iniciativas ligadas à gestão socioambiental e à situação atual da implantação dos PE, para cada uma das IFs analisadas. Foram utilizadas fontes públicas de consulta, tais como documentos e *websites* dos bancos e de outras organizações dedicadas ao tema e trabalhos científicos, entre outras. Como principal fonte de informações ligadas aos *stakeholders*, foram utilizados relatórios e trabalhos e artigos produzidos pelo BankTrack⁵⁴

Na sequência, passou-se à discussão dos resultados, dividida em dois momentos distintos para facilitar a compreensão. Inicialmente foi feito o tratamento das informações e dados obtidos ao longo das Etapas I e II, finalizadas com o retorno das respostas do Questionário 1. A data de corte para que as informações fossem consideradas foi 30 de junho 2005. O segundo momento envolve o estudo dos subsídios obtidos ao longo do processo que culminou com as respostas ao Questionário 2, incluindo sua análise (data de corte 31 de Maio/2006). As respostas ao Questionário 2 foram confrontadas com as informações já levantadas e com análises e fatos mais recentes sobre a implantação dos PE.

54 O Banktrack realizou duas avaliações anuais dos PE baseadas em informações de caráter público (Relatórios Sociais, Relatórios Anuais e Websites dos bancos e do Equator Principles). Seu 2º Relatório busca levantar se os benefícios vêm sendo atingidos e verificar se os bancos vêm implementando e aplicando adequadamente os Princípios. A ONG acredita que a efetividade da ferramenta será demonstrada pela performance dos projetos apoiados e sua capacidade de gerar maior participação e criar benefícios para as comunidades afetadas.

4.2 Informações sobre os bancos pesquisados

Em seguida, apresentamos o perfil e as principais iniciativas socioambientais das IFs que responderam a pelo menos um dos questionários. Agregamos a visão dos próprios bancos e de seus *stakeholders* sobre o estágio de implementação dos PE. Para ilustrar a importância dessas IFs no contexto do SFN, apresentamos, na TABELA 5, dados básicos dessas IFs.

TABELA 5 – Os bancos pesquisados no contexto do sistema bancário nacional (*Ranking* do Banco Central do Brasil. Posição: Dez/2005)

Banco	Ranking por Ativo total	Ativo Total R\$mil	Patrimônio Líquido R\$mil	Depósito total R\$mil	Nº de Funcionários
Banco do Brasil	1	252.976.988	16.849.764	137.658.259	108.808
Itaú	4	146.041.753	17.589.153	51.665.611	50.045
Unibanco	5	84.499.471	9.448.892	36.730.206	23.783
ABN Amro	7	74.598.240	9.218.185	45.375.041	28.992
HSBC	9	47.523.816	3.466.738	29.064.469	26.477
ING	44	1.784.614	174.672	340.541	170

Fonte: BCB, 2006a

Os dados da TABELA 5, acima, mostram que cinco entre as seis IFs pesquisadas estão entre as dez maiores do SFN, por Ativo Total. O expressivo volume de depósitos e o número de funcionários evidencia que também são fortes em negócios de varejo, tornando-as mais sujeitas ao escrutínio da sociedade civil e demais *stakeholders*.

A TABELA 6, a seguir, mostra a situação dos grande grupos financeiros mundiais quanto à existência e ao nível de implementação de políticas e práticas de sustentabilidade, a partir de estudo feito pela WWF-UK e BankTrack:

TABELA 6 – Análise das políticas e práticas em sustentabilidade dos bancos respondentes dos Questionários 1 e 2

Banco	Direitos humanos	Direitos do Trabalho	Populações indígenas	Clima e energia

Para os bancos estudados neste capítulo, o ABN Amro Real e o HSBC obtiveram melhor pontuação⁵⁵ (1,31), seguidos do ING (0,62) e BB (0,54), melhor classificado entre os brasileiros (0,54). O Banco Itaú e Unibanco empataram, com 0,46. Mesmo considerando que a pontuação, em nível mundial, foi muito baixa (1,31 para *score* máximo de 4), os bancos de capital nacional tiveram desempenho ainda mais fraco, mostrando que precisam caminhar bastante no sentido da sustentabilidade. O BNDES ficou com *score* zero principalmente em função de falta de transparência (WWF-UK e BANKTRACK, 2006a).

4.2.1 Banco ABN-Amro Real (Respondeu os Questionários I e II)

a) Aspectos socioambientais gerais

O banco ABN Amro Real vem se destacando pela forte liderança em relação às práticas socioambientais, assumindo posições de ponta, inclusive em relação ao Grupo ABN mundial. Constitui referência no setor bancário, sendo um “ator-chave no processo de institucionalização da prática social – uma vez que tem a capacidade de dar rumos ao movimento” (VENTURA, 2005, p. 176).

Seu Relatório de Sustentabilidade (BANCO ABN AMRO REAL, 2005) mostra como a sustentabilidade e a RSE estão incorporadas às políticas e ao dia-a-dia da empresa, especialmente quanto às seguintes áreas de atuação socioambiental:

- financiamento socioambiental – cerca de 6 mil contratos já firmados (R\$18 milhões), envolvendo acordo com o BM/IFC e aporte de US\$51 milhões da IFC;
- microcrédito – linha para microempreendedores da periferia de São Paulo, Campinas e Baixada Fluminense, criada em 2002 (3,2 mil clientes em dez/2004);
- Fundo Ethical – fundo de ações formado por papéis de empresas comprometidas com RSE e governança corporativa. Pioneiro no Brasil (entre Nov/2001 e 2004, o Ethical FIA rendeu 163%, contra 131,6% do Índice BOVESPA médio);
- ecoeficiência – uso de papel reciclado (70% das impressões), envolvendo parcerias com fornecedores e conscientização dos usuários;

55 O estudo considera um sistema de *scores* atribuídos a cada uma das 13 áreas estudadas, extraindo-se uma pontuação média que vai de 0 a 4, conforme abaixo:

- 0 inexistência de políticas avaliáveis publicamente sobre o tema
1. políticas vagas ou meras aspirações, sem compromissos claros
2. alguns compromissos claros, mas nenhuma parte das políticas está de acordo com padrões internacionais relevantes
3. algumas partes da política está de acordo com tais padrões, mas outras são ausentes, vagas ou estão abaixo desses padrões
4. todas ou quase todas as políticas estão conformes com padrões internacionais

(Fonte: WWF-UK; BankTrack, p.16. Disponível em: www.amazonia.org.br/ef Acesso em: 26 Jan. 2006).

- fornecedores – adoção de práticas sustentáveis (1.000 fornecedores), através do diálogo e melhoria do relacionamento, disseminada para unidades em outros países;
- diversidade – difusão dessas práticas entre empregados, clientes, fornecedores e comunidade (exemplos: contratação de idosos e menores aprendizes);
- Amigo Real – incentivo à contribuição de funcionários, clientes e empresas para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- investimento social e cultural – diversas iniciativas.

Outras iniciativas de destaque foram (BANCO ABN AMRO REAL, 2005):

- questionários para análise socioambiental das operações de crédito: um para propostas até R\$ 20 milhões e outro para valores acima desse montante;
- a política de crédito está baseada em: treinamento de gerentes e analistas de crédito; risco no relacionamento com clientes e; desenvolvimento de produtos;
- linhas de crédito com foco socioambiental: gás natural para autos, aquecedores solares, BNDES ambiental e equipamentos e veículos para deficientes físicos;
- entre os itens analisados, estão: trabalho infantil; contaminação do solo e da água; resíduos sólidos, poluição do ar; impacto nas florestas; segurança do trabalho;
- utilização de lista de exclusão (não atua em setores: que usam trabalho infantil; madeiras de madeira nativa, sem selo verde ou certificação; produtos de amianto; ligados à prostituição);
- “Parceria de Valor”, engajamento de fornecedores (120 empresas), envolvendo prática de RS, uso dos Indicadores Ethos, cláusulas contratuais específicas e outros;
- Conquista do *World Business Awards*, da Câmara Internacional de Comércio, para empresas que apoiam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

b) Implementação dos PE

O Grupo **ABN Amro** participou da elaboração dos PE e foi um dos pioneiros a aderir, contando com oito projetos aprovados. Para viabilizar sua implantação, o ABN Amro Real treinou mais de dois mil empregados em política socioambiental, em 2002; além disso, 200 diretores, gerentes e analistas de crédito foram capacitados pela IFC. No período 2002/2003, a ONG Amigos da Terra treinou 1.300 gerentes. O objetivo foi preparar o pessoal para detectar problemas socioambientais, como poluição hídrica, desmatamento ilegal e contratação de

mão-de-obra infantil, além de saber reconhecer a atuação empresarial focada na sustentabilidade (BANCO ABN AMRO REAL, [?]).

Considerando o **Grupo ABN** mundial, o **BankTrack** (2005) identificou transparência na apresentação de dados, com o detalhamento do número de projetos analisados, aprovados e recusados. Destaca que o *Website* e o Relatório 2004 mostram estudos de caso, informando como a IF lida com os PE em nível de projeto, incluindo comentários sobre impactos positivos nos clientes e comunidades. O Grupo criou políticas setoriais e tomou medidas visando adotar, na prática, os PE, incluindo treinamento e criação de setores para avaliar todos os projetos Categoria A e B e que os maiores esforços nesse sentido ocorreram nas unidades brasileiras. Desenvolveu ferramentas diagnósticas, filtros e sistemas automatizados para riscos ambientais e sociais e está finalizando outra ferramenta para implementação dos PE.

O ABN Amro Real publica relatório socioambiental bianual, com base nas Diretrizes GRI, Balanço Social Ibase e Guia para Elaboração de Balanço Social do Instituto Ethos, entre outros. Segundo os dois últimos Relatórios (BANCO ABN AMRO REAL, [?]; BANCO ABN AMRO REAL, 2005) a IF trabalha com a incorporação de critérios socioambientais ao crédito desde 2002, tendo avaliado 2,2 mil empresas. Isto facilitou a obtenção de linha da IFC para projetos socioambientais e de governança (US\$51 milhões) e influenciou na adesão aos PE. Estas informações são compatíveis com a liderança que o ABN vem assumindo no Brasil, em relação às finanças sustentáveis. Cabe destacar, entretanto, que as informações sobre os PE ainda são escassas e superficiais.

4.2.2 Banco do Brasil (Respondeu os Questionários I e II)

a) Aspectos socioambientais gerais

Devido ao porte⁵⁶, capilaridade e papel social do BB, tais ações assumem grande dimensão. Como banco oficial, tem entre suas funções viabilizar políticas públicas, atuando ativamente em iniciativas, programas e projetos sociais (BANCO DO BRASIL, [2005]).

A estratégia corporativa passou a incluir explicitamente a responsabilidade socioambiental a partir de 2003, quando foi criada a Vice-Presidência de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental. Nessa época foi adotada a Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental, compromisso público envolvendo: o atendimento do

⁵⁶ O total de correntistas do BB em dez. 2004 era de 22,2 milhões e sua rede de atendimento abrange 14.450 pontos no País. É líder em ativos totais, depósitos (R\$ 115,5 bilhões) e operações de crédito (R\$88,6 bilhões) (BANCO DO BRASIL, [2005]).

interesse dos investidores e acionistas quanto à sustentabilidade; a adoção de um sistema de valores fundamentado no respeito à vida humana e ao meio ambiente e; disseminação desses conceitos e práticas junto aos *stakeholders*, de forma a adequar produtos e serviços em relação à Carta (REVISTA BB.COM.VOCÊ, 2003). Recentemente foi criada a Diretoria de Responsabilidade Socioambiental.

Em jan. 2004 iniciaram-se os trabalhos do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), visando a democratização do crédito e à gestão dos riscos do crédito, inclusive socioambientais. As regiões priorizadas são: Norte, Nordeste e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais, com aplicação de recursos do PRONAF em cadeias produtivas (REVISTA BB.COM.VOCÊ, 2003).

O Banco aplicou, em 2003, cerca de R\$119 milhões e R\$38 milhões, respectivamente, em ações de responsabilidade social e ambiental (BANCO DO BRASIL, [2005]) Marques (2004) sintetiza a estratégia de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade do Banco conforme abaixo:

- ✓ Inclusão dos conceitos nos documentos que traduzem a estratégia da empresa;
 - ✓ Formulação do Código de Ética;
 - ✓ Divulgação e discussão dos referidos temas e documentos com os funcionários;
 - ✓ Revisão de estratégias e metodologias, visando a participação de fornecedores, clientes e público externo em geral;
 - ✓ Publicação do Balanço Social, utilizando o modelo IBASE,
 - ✓ Previsão de elaboração, para os próximos exercícios, de relatório de sustentabilidade englobando tanto os dados do Balanço Social IBASE quanto os Indicadores Ethos.
 - ✓ Atuação social concentrada na Fundação Banco do Brasil-FBB, com estratégias bem definidas e práticas de acompanhamento e avaliação dos projetos.
 - ✓ Atuação cultural concentrada no Centro Cultural Banco do Brasil, que já se constituiu em referência internacional na cultura brasileira;
 - ✓ Educação Corporativa centralizada na Universidade Corporativa BB, que mantém forte interação com a comunidade empresarial em geral;
 - ✓ Criação do Banco Popular do Brasil, cujas atividades iniciaram-se em 2004, para viabilizar as microfinanças;
 - ✓ Forte atuação dos funcionários através de programas de voluntariado, como Fome Zero, BB Educar, etc.;
 - ✓ Engajamento em programas e parcerias com ONGs especializadas, a exemplo do Programa Global Compact, adequação ao Novo Mercado-BOVESPA, IBASE e Instituto Ethos.
- (MARQUES, 2004. p. 55-56)

O Banco do Brasil tem desenvolvido esforços significativos em relação a práticas de governança corporativa e maior transparência, especialmente na relação com investidores.

b) Implementação dos Princípios do Equador

O BB foi o primeiro e único banco oficial brasileiro a aderir aos PE, em 3 de março de 2005, e vê a medida como forma de reforçar o enfoque de responsabilidade socioambiental

que já vinha sendo adotado nas análises de crédito. Entende que o crédito é a forma mais importante de incorporar tal enfoque nos produtos e serviços (BB NOTÍCIAS, 2005).

O BB foi além do que preconiza os PE, pois adotará os critérios previstos no documento, ainda que através de análise simplificada, para as empresas com faturamento acima de R\$ 100 milhões e/ou projetos de valor superior a R\$10 milhões. A análise de risco de crédito será ajustada para contemplar tais questões (BB NOTÍCIAS, 2005).

Até a adoção dos PE, o BB exigia dos tomadores apenas o atendimento da legislação, geralmente envolvendo entrega de documentos - como licenças ambientais e EIA-RIMA - para a liberação dos recursos. O banco entende que, apesar dos custos adicionais para as empresas, incorridos com as análises exigidas pelos PE, sua implantação compensa, por evitar prejuízos financeiros futuros (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2005).

O BB destaca-se no mercado de *Project finance*, estando entre os três primeiros no *Ranking* de 2005 da ANBID [2006], tanto em número quanto em valor de operações. Possui em carteira 13 projetos acima de US\$50 milhões, sujeitos, portanto, aos critérios dos PE, número que deverá crescer com as PPPs. Serão exigidos estudos socioambientais para 300 projetos acima de R\$10 milhões. Mil grupos com faturamento anual acima de R\$100 milhões passarão por verificação de políticas e práticas socioambientais por ano (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2005).

O BB não foi analisado pelo BankTrack, devido ao pouco tempo desde sua adesão. Entretanto, a ONG destaca os compromissos assumidos pelo banco no sentido de rever o processo de análise de operações e adotar valores mais baixos do que os previstos nos PE, ainda que de forma adaptada (BANKTRACK)

4.2.3 Banco ING (Respondeu o Questionário 2)

a) Aspectos socioambientais gerais

Atua no Brasil como banco de atacado, com um escritório em São Paulo. Não conseguimos obter informações no *website* do ING Brasil sobre sua atuação nesse campo.

b) Implementação dos Princípios do Equador

O Grupo ING aderiu aos PE em 23 de jun. 2003. Publica, no Relatório Social de 2005, tabela contendo os projetos analisados, distribuídos por região, categoria e setor, mostrando que de 37, cinco foram destinados para a América Latina: um na Categoria A (setor

industrial) e 4 na Categoria B (setor industrial e energia e utilidades). Mostra, ainda quantos foram negados e quantos aprovados com condicionantes (ING GROUP, 2006, p. 17).

Desenvolveu as seguintes iniciativas: políticas e procedimentos, guia para categorização de projetos e *check list* para impactos socioambientais. Equipes corporativas de gestão de risco de crédito dão suporte aos escritórios comerciais para lidar com as transações enquadráveis nos PE. As demais são enquadradas em diretrizes socioambientais internas. O ING segue o limite de valor previsto nos PE. Se não houver enquadramento, pode declinar da operação ou negociar salvaguardas adicionais ou medidas de mitigação de risco. Ao incorporar os requisitos dos PE nas análises, acabou agregando riscos não financeiros ao estudo das demais operações, o que capacitou-o para auxiliar seus clientes a desenhar projetos mais responsáveis em termos socioambientais, reduzindo o risco de crédito do *portfolio* (ING GROUP, 2006).

O ING participa de grupos de discussão sobre os PE formado pelos bancos signatários. Afirma que cumpriu o objetivo de implementar completamente os PE até junho/2005 e que intensificou e melhorou as práticas de relato (ING GROUP, 2006). Isto é corroborado pelo BankTrack (2005), que cita-o como um dos seis bancos globais que fornecem o melhor relato.

4.2.4 Banco Itaú (Respondeu o Questionário 2)

a) Aspectos Socioambientais Gerais

Segundo Souza (2005), entre 2000 e 2004 o Itaú BBA repassou mais de US\$200 milhões em linhas da IFC, tendo criado o “Sistema de Administração Ambiental” para gestão de tais negócios. Criou, ainda o Fundo Itaú Personnalité Excelência Social FIA, contendo papéis de empresas que adotam práticas de responsabilidade social, além de repassar parte da taxa de administração do fundo para projetos sociais.

O Itaú firmou parceria com a ONG Amigos da Terra para aprofundar sua evolução em responsabilidade social empresarial, especialmente quanto a critérios para concessão de crédito e seleção de fornecedores (INSTITUTO AKATU⁵⁷, 2005). O Relatório 2004 (BANCO ITAÚ, 2005a) cita outras iniciativas nesse campo:

57 “O Instituto Akatu é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos. Foi criado em 15 de março (Dia Mundial do Consumidor) de 2001, no âmbito do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, para educar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente.” (INSTITUTO AKATU. *Homepage*. Disponível em: <<http://www.akatu.org/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=27>> Acesso em: 30 de mai 2006).

- avaliação socioambiental de todos os projetos acima de R\$5 milhões para empresas cujo faturamento supera R\$70 milhões;
- gestão interna de recursos naturais visando a redução do consumo de água e energia elétrica e manejo de lâmpadas, resíduos químicos e lixo ambulatorial;
- coleta e reciclagem de aparas de papel nas dependências do banco;
- sistema interno de tratamento de gases dos geradores; substituição de equipamentos por máquinas que usam o gás HFC-134A, inócuo para a camada de ozônio.

Em reunião da APIMEC, em 2006, o Banco Itaú ressaltou sua permanência no DJSI por seis anos consecutivos. No período 2005/06, destacam-se as pontuações dos quesitos “Gestão/ Política Ambiental”, “Performance Ambiental (Eco-eficiência)”, “Riscos do Negócio/*Project Finance*” e “Reporte Social”, em que suas pontuações superaram a média do DJSI (BANCO ITAÚ, 2006b).

O Balanço Social 2005 destaca o seguinte (BANCO ITAÚ, 2006):

- publicou o primeiro balanço social em 1999; a partir de 2004, passou a adotar as Diretrizes GRI;
- financiou 73 projetos para pequenas e médias empresas (R\$157 milhões até 2005), que passaram por avaliação socioambiental, ampliando a aplicação dos PE;
- Programa “Conheça seu Cliente”, que analisa os clientes antes de abrir a conta, visando evitar fazê-lo para empresas com atividades socialmente danosas;
- planos de capitalização com parte dos recursos canalizados para ações sociais

b) Implementação dos PE

O Grupo Itaú⁵⁸ aderiu aos PE em agosto de 2004, tendo treinado cerca de 40 profissionais, através de instrutores da IFC (BANCO ITAÚ, 2005).

No Relatório Social de 2004, sintetiza assim suas motivações para adesão:

..., a questão de preservação do meio ambiente está intimamente ligada, no caso de bancos e instituições financeiras, com a qualidade ambiental dos projetos financiados. Há um risco ambiental embutido que pode gerar passivos jurídicos, sociais, de reputação e imagem para o Banco. Desta forma, a conservação do meio ambiente é parte importante da estratégia do Itaú, que busca a sustentabilidade e o crescimento dos negócios no longo prazo. Foi com base nessa estratégia que o Banco Itaú e o Banco Itaú BBA aderiram, em 2004, aos "Princípios do Equador", se comprometendo [sic] a observar a política social e de meio ambiente da IFC (*International Finance Corporation*) nas operações de financiamento de projetos acima de US\$ 50 milhões (BANCO ITAÚ, 2005, p.4)

⁵⁸ Banco Itaú: atende clientes individuais e empresas; Itaú BBA, especializado em grandes corporações.

Segundo o **BankTrack** (2005), o Itaú BBA repassa linhas de crédito da IFC, cumprindo a exigência de adoção de um sistema de gestão ambiental que permita a incorporação das políticas ambientais e sociais daquela IFM. Embora não tenha fornecido informações sobre implementação dos PE nos relatórios anuais de 2003 e 2004, notificou os acionistas sobre a adoção dos Princípios, o que pode ser interpretado como um sinal de compromisso. O Balanço social 2005 informa a aprovação de 8 projetos enquadrados nos PE, desde a adesão (BANCO ITAÚ, 2006b).

4.2.5 Banco HSBC (Respondeu o Questionário 1)

a) Aspectos socioambientais gerais

O *website* do HSBC Brasil (HSBC, 2006a) aborda a atuação em Responsabilidade Social através de três vertentes: Educação, Meio Ambiente e Comunidade. No Brasil, direciona 75% do investimento social para a educação de crianças e jovens, tanto em projetos próprios, quanto através de parcerias com diversas entidades.

Em relação ao meio ambiente, mantém uma atuação mundial marcante, tendo aplicado US\$ 50 milhões no programa “Investindo na Natureza”, nos últimos 5 anos. A iniciativa envolve treinamento de dois mil colaboradores do Grupo em temas ambientais. Possui projetos internos para redução de consumo de água e energia e de geração de resíduos. No Brasil, direciona 15% do investimento social privado para projetos ambientais.

Na atuação junto às comunidades, destaca-se o programa “Responsabilidade Social Individual”, envolvendo 2 mil empregados em ações que beneficiem pessoas carentes. Outra iniciativa interessante é o “Mentoring Financeiro”, que capacita instituições socioambientais sobre questões administrativas e de governança. O comprometimento com a Responsabilidade Social está resumido nos dez compromissos do Pacto Global, do qual é signatário.

b) Implementação dos PE

Tendo adotado os PE em 4 de set. 2003, o Banco destaca, em seu *website* (HSBC, 2005) que, apesar de ser iniciativa recente, enquadra-se em compromissos antigos do Grupo com a gestão de riscos ambientais, expressos no Manual “*Group Standard Manual (GSM)*”. O HSBC comprometeu-se a analisar cuidadosamente cada proposta enquadrável nos parâmetros dos PE, visando o cumprimento de tais critérios e dos padrões ambientais e sociais requeridos pelo Banco. Afirma, ainda, que exige dos clientes algumas responsabilidades adicionais, para as Categorias A e B.

Segundo o BankTrack (2005), o **HSBC** mundial apresenta um dos mais abrangentes relatos sobre os PE e seu *website* inclui os passos já adotados para a implantação de cada Princípio, com atualização periódica. Alguns tópicos apenas reiteram itens dos PE, porém outros trazem informações úteis, como uma tabela de transações por categoria, tipo, número e tamanho do projeto e informações sobre não aprovação de propostas, motivada pelos PE.

O Banco é um dos que aplicam os PE para operações abaixo de US\$50 milhões, além de adotar critérios socioambientais na análise e condução de empréstimos corporativos. Afirma adotar critérios internacionais em todos os empréstimos e desenvolver políticas setoriais e foi um dos poucos a comentar seu envolvimento em empréstimos sindicalizados, afirmando que prefere participar quando os bancos são signatários, principalmente o líder do sindicato. Criou vários sistemas para implementação dos PE e em 2004 treinou 179 empregados. Estabeleceu procedimentos internos para categorização dos projetos e adequação ao plano de gestão ambiental (BANKTRACK, 2005).

Paro o HSBC, houve melhoria nos padrões ambientais e sociais em pelo menos três projetos financiados em 2004 (BANKTRACK, 2005). Esta informação é interessante, embora falte detalhamento ou maior aprofundamento, pois praticamente nenhum banco chegou a tecer alguma consideração sobre a questão. Pode ser um ponto de partida para evolução no tocante à avaliação dos resultados da implementação de projetos enquadrados nos PE.

4.2.6 Unibanco (Respondeu o Questionário 2)

a) Iniciativas socioambientais gerais

Analisando o Unibanco, Souza (2005) aponta as seguintes iniciativas socioambientais:

- compromisso de vincular o crédito a projetos que, além de contribuir para o desenvolvimento do país, sejam benéficos para o meio ambiente e a sociedade;
- fundo de ações comprometido com a sustentabilidade (Unibanco Classe Mundial);
- Seguro de Responsabilidade Civil por Danos de Poluição Ambiental, em parceria com o Grupo AIG. Visa proteger as empresas quanto à responsabilização decorrente da legislação brasileira, que pode envolver multas de até R\$50 milhões.

b) Implementação dos PE

Segundo o Jornal O Globo (SAMPAIO, 2004), a IF foi a primeira de país em desenvolvimento a adotar os PE, em 1º/junho/2004. O Banco já vinha aplicando critérios socioambientais para linhas da IFC e, com os PE, tal política passou a valer para todos os

projetos acima de US\$ 50 milhões, independentemente da linha. Sua adesão foi decisiva para obtenção de premiações ligadas a boas práticas socioambientais, com reforço de imagem.

Segundo o Banktrack (2005), o Unibanco fornece poucas informações sobre a adoção dos PE. O *Website* inclui uma descrição dos Princípios e um *press release* anunciando sua adesão, mas não contém informações básicas sobre projetos implantados ou o processo de implementação. Seu Relatório Social de 2003 apresenta três estudos de caso de projetos, porém não são exemplos de PE. O banco parece ter um sistema de gestão ambiental estabelecido, como resultado de repassar linhas da IFC. Esta atitude é coerente com a exigência de existência de um sistema de gestão ambiental para repasse de linhas da IFC.

O Relatório Anual 2004 (BANCO UNIBANCO, 2005a) destaca:

- o Banco aplica critérios semelhantes aos PE para linhas da IFC desde 2002;
- influência dos PE na obtenção do prêmio da revista *The Banker* e Financial Times, *Emerging Markets Social Responsibility Bank of the Year 2004*;
- programa de microcrédito em parceria com a IFC (mais de 1.800 operações/R\$3,7 milhões, desde outubro/2003);
- parte das anuidades dos cartões de crédito é destinada a entidades assistenciais;
- fundo de investimento social, com parte da receita para entidades beneficentes.

4.2.7 Comentários gerais sobre as informações obtidas

Os bancos pesquisados, exceto o ABN Amro Real, não autorizaram a divulgação, de forma individualizada, das informações e dados levantados pelo Questionário 2. Isto nos impede de utilizá-los na discussão sobre cada banco, além de corroborar a pouca transparência mostrada pelo setor, em relação ao tema, mencionada por diversas fontes abordadas neste trabalho. Entretanto, as informações obtidas permitem constatar que a maioria dos bancos que atuam no Brasil estão comprometidos com políticas socioambientais e estão implementando diversas práticas da espécie, embora em níveis bastante diferenciados. Mostram, ainda, que as informações fornecidas ao público sobre os PE por esses bancos ainda são bastante escassas e superficiais e que este é um dos desafios a ser enfrentado pelo setor.

4.3 Resultados e discussão das Etapas I e II da Pesquisa

4.3.1 Discussão das Respostas do Questionário 1

Com o questionário, buscou-se responder às perguntas e objetivos abaixo (Quadro 09):

Quadro 09 - Objetivos respondidos pelas perguntas do Questionário 1

PERGUNTAS	OBJETIVOS (*)
1-Quais foram as principais motivações dessa empresa para a adoção dos PE?	Apontar o alcance das medidas previstas nos PE, na indução de práticas socioambientais – em especial o crédito responsável – nos bancos; Avaliar a transparência das ações dos bancos
2 - Quais são os critérios básicos utilizados na escolha dos projetos a financiar, especialmente em relação ao valor mínimo?	Mapear o mercado brasileiro de crédito para aplicação dos PE; Levantar o estágio de implantação dos PE no Brasil e no exterior; Apontar o alcance das medidas previstas nos PE, na indução de práticas socioambientais – em especial o crédito responsável – nos bancos.
3 - Em sua opinião, quais são os ganhos propiciados pela adoção dos PE, no tocante aos negócios ligados ao crédito?	Identificar as ameaças e oportunidades para a adoção dos PE pelo setor bancário brasileiro; Apontar o alcance das medidas previstas nos PE, na indução de práticas socioambientais nos bancos
4 - Qual o alcance das medidas previstas nos PE, no sentido de induzir a incorporação de conceitos e práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas brasileiras, potencializando o papel dos bancos na indução da sustentabilidade?	Delinear o alcance das recomendações do documento na indução de práticas socioambientais nas empresas.
5 - Para as condições brasileiras, quais seriam os facilitadores e as limitações para a aplicação dos Princípios do Equador?	Identificar as ameaças e oportunidades para a adoção dos PE pelo setor bancário brasileiro.
(*) respondidos no todo ou em parte	

A seguir passamos à discussão das respostas ao Questionário 1, preenchido pelos bancos ABN Amro Real, Banco do Brasil, HSBC e Unibanco, que não apresentaram óbices à divulgação individualizada das respostas (vide inteiro teor das perguntas e respostas no APÊNDICE A). A análise das informações obtidas nestas duas fases – observado o escopo e os limites da pesquisa - permitiu discutir alguns temas e aprofundar questionamentos em outros, gerando subsídios para as próximas etapas e já permitindo vislumbrar algumas possibilidades de pesquisas futuras. As questões mais relevantes estão expostas a seguir.

Há indicativos de que a experiência de alguns bancos com o repasse de linhas da IFC contribuiu significativamente para a adoção de padrões socioambientais no crédito⁵⁹, facilitando a adoção dos PE e funcionando como indutor para a adesão de outros bancos, por uma questão de competitividade.

O BankTrack (2005) considera que alguns fatores são essenciais para a implantação dos PE, a exemplo de treinamento. Os bancos que relatam medidas efetivas nesse sentido tendem a apresentar ações de implementação mais consistentes. O mesmo ocorre em relação à criação de políticas setoriais, de áreas corporativas específicas para tratar do assunto e sistemas de análise, ferramentas e metodologias.

59 Para viabilizar a adoção de suas políticas sociais e ambientais, a IFC exige que os bancos adotem um sistema de gestão ambiental.

Embora haja indícios de que o número de operações enquadráveis no Brasil seja reduzido, o alcance dos PE tende a ser ampliado, não só pela adoção de valores inferiores a US\$50 milhões, como também pelo estímulo à incorporação de critérios socioambientais na cadeia de negócios dos bancos. As PPP abrem a possibilidade de ampliar tais números e valores. O Banktrack (2005) destaca que algumas IFs globais adotam valores inferiores.

As operações de *Project finance* em geral envolvem vários bancos, sob a forma de “sindicatos”, em que cada um assume uma fatia do financiamento, gerando uma situação peculiar, em que alguns são signatários dos PE e outros não. Alguns bancos líderes (*arrangers*), como o HSBC, já consideram a adesão aos PE na escolha dos componentes do “sindicato”. O Unibanco também cita a importância da criação de modelo padrão de gestão que permita lidar com os riscos dessas operações, pelas IFs que atuam no Brasil.

Parece ainda não ser viável avaliar as melhorias ambientais e sociais nos projetos, pois são de longa maturação e os bancos que adotaram os PE há mais tempo o fizeram há cerca de três anos e ainda não divulgaram informações concretas nesse sentido. Entretanto, já se pode criar metodologias de pesquisa visando seu acompanhamento, que é de grande interesse das ONGs e da sociedade, além dos próprios bancos, da IFC e do Banco Mundial.

Os bancos que responderam ao Questionário 1 declaram, como motivação para adoção dos PE, o comprometimento com a incorporação de valores e criação de cultura socioambiental e sua intenção de incentivar tal processo nas empresas. O risco de imagem relativo à associação a empreendimentos com problemas socioambientais ou de conformidade com leis e órgãos ambientais é outro ponto abordado por esses bancos. O banco Itaú, que não respondeu ao Questionário 1, fala de “passivos jurídicos, sociais, de reputação e imagem...” (BANCO ITAÚ, 2005) decorrentes de riscos ambientais embutidos nos projetos. O BankTrack (2005) reafirma que os PE têm o potencial de auxiliar os bancos a alcançar os compromissos com a sustentabilidade, ao melhorar os projetos, sob o aspecto socioambiental (impacto nos clientes), além de levar o desenvolvimento para as populações locais (impacto nas comunidades). Entretanto, entendemos que tal potencial somente será concretizado se forem criadas ferramentas que permitam o monitoramento desses projetos, o que não está previsto na atual versão dos PE.

Os quatro bancos respondentes do Questionário 1 (ABN, BB, HSBC e Unibanco) informaram adotar os Princípios - ou critérios semelhantes a eles - para valores abaixo de US\$ 50 milhões, nem sempre sendo claros sobre quais seriam esses critérios ou sobre os parâmetros de valor mínimo. No caso do Banco do Brasil, os valores fixados são bastante

claros; já o Unibanco afirma que pretende utilizar os mesmos critérios de análise e acompanhamento dos PE para operações de valores menores, quando o risco socioambiental for muito expressivo, porém não evidencia uma política de gestão nesse sentido.

A maior segurança na análise dos projetos e no retorno dos capitais, devido à redução de risco de crédito associado às questões socioambientais foi apontada por todos os respondentes do Questionário 1, com variações de enfoque. Exceto o HSBC e Unibanco, os demais também se referiram a ganhos de imagem em decorrência da associação com projetos sustentáveis. A possibilidade de elaborar planejamento estratégico, evitando perdas decorrentes de multas e ações de partes interessadas, entre outras, foi citada pelo ABN. Embora admitindo que a adoção dos PE gere custos para as empresas, estes são compensados, por evitar prejuízos futuros. O Unibanco destaca a importância da adoção dos PE como facilitador para obtenção de recursos em IFMs como IFC e BM, com taxas favorecidas.

O alcance da ferramenta, segundo o ABN, é mais acentuado nas empresas menores, que no início resistem, porém ao longo do processo de acompanhamento tendem a assimilar os novos parâmetros, o que gera aprendizado, afetando positivamente suas práticas. O HSBC relata mudanças também nos projetos abaixo de US\$50 milhões, pois os novos conceitos e práticas passam a permear os negócios, mudando comportamentos. O BB entende que, para maior alcance, as medidas não devem ficar restritas a grandes projetos. Sugere a criação de instância auto-regulatória formada pelo setor e sociedade civil, para evitar que os signatários fiquem em desvantagem, em decorrência do maior custo das operações e até da eventual perda de clientes que não possam ou não queiram enquadrar-se nos Princípios. Já o Unibanco aponta para um alcance limitado dos PE, com foco nas linhas internacionais de recursos; destaca suas ações de responsabilidade social, conduzidas pelos institutos ligados ao grupo e também a legislação brasileira, que seria o maior indutor de práticas de gestão sustentável nas empresas, caso fosse integralmente observada.

Como facilitadores para a implementação dos PE, o ABN indicou a “legislação (ambiental, direitos humanos e do trabalho) completa e abrangente” e a pressão das ONGs e da sociedade; o HSBC apontou o aumento da conscientização e do número de bancos que aderiram e ainda a criação de padrões de checagem; o BB, a conscientização do consumidor e investidor e a pressão do mercado. O Unibanco também destacou a legislação brasileira:

...a própria legislação brasileira, que abrange praticamente todos os pontos das guidelines do IFC/BM. Importante salientar que a política socioambiental do IFC/BM foi concebida para um cenário de país emergente considerando o nível mais incipiente de legislação socioambiental, que não é o caso brasileiro.
Fonte: BANCO UNIBANCO, 2005b. Comunicação pessoal

Como limitações, o ABN relatou os Guidelines do Banco Mundial, às vezes mais restritivos que a legislação ambiental, e dificuldades ligadas à qualidade e tempestividade no processo de análise e licenciamento. O HSBC citou a pouca disseminação dos procedimentos para as empresas, a falta de conhecimento detalhado da legislação e das conseqüências de sua inobservância, a baixa adesão da sociedade e as dificuldades financeiras e de investimentos para empresas em países emergentes. O BB coloca o aumento de custos decorrentes das recomendações, comprometendo a viabilidade econômica dos projetos. O Unibanco também destaca problemas ligados à credibilidade das informações e da documentação necessária para a análise dos riscos ambientais, consignadas em documentos oficiais (licenças, autorizações).

Analisando a implantação dos PE, o BankTrack (2005) destaca sua preocupação com as dificuldades de implementação, embora os veja como iniciativa positiva, especialmente quanto aos compromissos públicos gerados. Ressalta a necessidade de transparência nas informações e prestação de contas em relação à implementação e à conformidade com os Princípios. Entende que, para analisar se os benefícios apontados no Preâmbulo dos PE ocorreram, tanto para os bancos quanto para clientes e partes interessadas e se disso resultou um melhor engajamento, os bancos devem relatar o que têm feito e qual sua percepção das mudanças positivas geradas. Segundo a ONG, até por estar numa fase inicial, cabe aos bancos identificar os desafios e estabelecer objetivos de melhoria, indicando boas práticas de gestão.

O BankTrack (2005) conclui que, após dois anos, os bancos fizeram algum progresso na implementação dos PE, mas o impacto maior ainda não está claro. Entre os aspectos que melhoraram, apontou o fornecimento de informações ao público sobre a implementação e o fato de alguns bancos aplicarem valores inferiores a US\$50 milhões. Entre os problemas, destaca que muitas IFs ainda não criaram procedimentos, ferramentas ou sistemas de auditoria e que são muito restritas as informações disponíveis sobre efeitos dos Princípios nos bancos, clientes e comunidades. Critica a ausência de mecanismos que assegurem transparência e prestação de contas, além de sistemas de governança que avaliem o que está sendo feito, os resultados, como difundir experiências e lidar com os problemas, entre outros aspectos.

Alguns bancos europeus têm resistido em aderir devido a um possível aumento da exposição a reivindicações de responsabilidade criminal. Advogados especializados afirmam

que, com os PE, os bancos são obrigados a solicitar informações sobre questões ambientais aos clientes, já que devem estabelecer planos de gestão ambiental. O tomador tem que emitir relatórios regulares para a IF, que passa a ficar ciente de qualquer brecha legal, podendo configurar responsabilidade criminal ou conhecimento e permissão à poluição. Tais advogados ponderam que os clientes podem não querer trabalhar com esses bancos, se eles se arvoram em desempenhar papel regulatório, sugerindo que as IFs se protejam através de suporte técnico e legal para lidar com tais relatórios ambientais. Algumas IFs, em nível global, vêm usando os PE como meras cortinas, enquanto outras vão além dos grandes projetos, demonstrando real comprometimento com os PE, do topo à base da organização. Entre as recomendações para os bancos estão maior transparência nas informações sobre decisões ligadas aos PE, adoção de abordagem conservadora na definição do risco dos projetos e dispensa do mínimo de US\$ 50 milhões (ENVIRONMENTAL FINANCE, [?]).

4.4 Resultados e Discussão das Etapas III e IV da Pesquisa

4.4.1 Resultados e Discussão do Questionário 2

O Quadro 10, abaixo, apresenta o nível de resposta ao envio do questionário:

Quadro 10 – Resultado geral da aplicação do Questionário 2

Bancos que receberam o Questionário 2			
Nº	% do Total	Resposta	Observações
6	37,5	Atenderam, retornando o questionário preenchido	Analisados 5, dos 6 questionários respondidos, e as respostas incorporadas ao estudo. O do Rabobank não foi analisado, já que sua política comercial não permite a contratação de <i>Project finance</i> no Brasil. Entretanto, as respostas foram consideradas na discussão devido à sua relevância para a pesquisa.
4	25,0	Atenderam, respondendo o e-mail, mas não preencheram o questionário.	Respostas parciais refletindo situações parecidas: assunto é recente; a gestão não é feita no Brasil e; a sucursal brasileira não assinou o acordo. As informações foram consideradas válidas e incorporadas ao estudo.
6	37,5%	Não atenderam (não enviaram o questionário nem responderam ao e-mail)	Sem dados para incorporar ao estudo. Entretanto, esse fato também foi considerado como informação relevante e comentado no espaço apropriado (capítulos 4 e 5)
Notas:			
a) total de bancos que receberam o Questionário 2: 16;			
b) percentual de respostas válidas: 62,5%			

Da relação final de 16 bancos, obteve-se resposta aos e-mails enviados, contendo informações consideradas válidas, de 10 deles, ou 62,5% do total. Isto permitiu atender à meta mínima de retorno proposta, que era de 50% dos e-mails enviados. Seis desses bancos, ou 37,5% do total, responderam efetivamente o questionário; quatro bancos, ou 25,0 % do total,

apresentaram respostas válidas, porém sem preencher o questionário. Seis bancos, ou 37,5% do total, não atenderam à solicitação feita via e-mail, mesmo após as reiteraões.

A análise do Questionário 2 envolve as respostas enviadas por cinco bancos, sendo três de capital nacional e dois de capital estrangeiro. Para melhor compreensão, é necessário destacar que as perguntas feitas através do Questionário 1 foram repetidas no Questionário 2, uma vez que nem todos os bancos que responderam este último haviam respondido ao Questionário 1. Outro motivo foi que havia decorrido tempo considerável entre o envio de cada questionário (cerca de um ano). Assim, embora permaneça válida a análise feita em separado para as Etapas I e II (Questionário 1), a análise das Etapas III e IV (Questionário 2) agrega as informações da discussão da primeira análise. No caso de ocorrência de mudanças significativas nos resultados – o que, por si só, já constitui resultado relevante – são feitos os comentários e ressalvas pertinentes.

A análise das Etapas III e IV será feita de forma agrupada, sem nominar os bancos respondentes, já que apenas um deles – o ABN Amro Real – autorizou a divulgação de seu nome associado às respostas. Assim, iremos nos referir a cada um através de uma letra (de “A” a “E”) atribuída aleatoriamente. Eventuais citações de nomes de bancos apenas ocorrerão em situações já expostas no Questionário 1 ou para informações públicas. Como as fontes das respostas ao Questionário 2 não poderão ser citadas individualmente, informamos que correspondem às seguintes referências bibliográficas: (BANCO ITAÚ, 2006b; NAKAMURA, 2006; PINTO, 2006; POLATO, 2006; RONZA, 2006, todos via Comunicação pessoal).

A íntegra do Questionário 2 está disponível no APÊNDICE B.

Pergunta 1

Perguntados se aplicam os PE, os cinco bancos confirmaram que efetivamente o fazem. O ABN Amro Real destacou que o Grupo foi um dos autores dos Princípios, o que remete a duas questões relevantes: a primeira delas está ligada ao fato de que a maioria dos dez bancos pioneiros na assinatura dos PE⁶⁰ tomou a iniciativa pressionada pelo movimento das ONGs, diante da participação dessas IFs em empreendimentos questionáveis em termos de sustentabilidade; a segunda, relativa à liderança global que o Grupo ABN vem assumindo nesse campo, com destaque para sua subsidiária no Brasil.

60 Citigroup, The Royal Bank of Scotland, Hypo Vereinsbank, WestLB, ABN Amro, Crédit Lyonnais, Barclays, Westpac, Rabobank, Crédit Suisse First Boston (EQUATOR PRINCIPLES. Website. Disponível em: <http://www.equator-principles.com/ws/1.shtml> Acesso em: 25 mai. 2006)

A dinâmica da adesão dos bancos diz muito sobre os interesses envolvidos. Segundo Amalric (2005, p.1) os dez primeiros a aderir detinham cerca de 30% do mercado global de *Project finance*. Tinham em comum o alto nível de exposição ao risco de reputação. Após cerca de um ano, com a adesão de mais 15 bancos, este percentual já chegava a 75%.

Em 6 de Maio de 2005, quando foi feita a aplicação do Questionário 1), os PE contavam com 28 signatários em nível global (18 deles atuando no Brasil), responsáveis por cerca de 80% das operações de grande porte no mundo (EQUATOR PRINCIPLES, [?]) Os bancos signatários, à época, estão relacionados no Quadro 04, do Capítulo 3.

Em 17 de Janeiro de 2006, quando começamos a aplicar o Questionário 2, já eram 39 signatários, conforme demonstra o Quadro 06, do Capítulo 3. (EQUATOR PRINCIPLES, [?]) cuja participação no mercado de *Project finance* passa dos 80%. Embora os motivos dessa rápida expansão ainda não estejam claramente delimitados, poderiam estar relacionados com as características do *Project finance*. Ao liderar um sindicato para financiar um determinado projeto, o banco líder vai procurar parceiros que utilizem critérios socioambientais semelhantes aos seus, de modo a reduzir seu risco de imagem e de crédito. Citando depoimento de representante do Citigroup, Monahan (2005) corrobora a necessidade de similaridade nos critérios de implementação e relato para tais operações, que precisam refletir algum consenso sobre o tipo de avaliação ambiental aplicável e a severidade dos impactos e detalhamento da avaliação. Assim, as IFPEs passam a priorizar parcerias com bancos signatários e os não signatários tendem a ver restritas suas possibilidades de negócios.

Tosini (2005) acredita em novas adesões por parte dos bancos brasileiros. Entretanto, desde a adesão do Banco do Brasil, em mar/2005, nenhuma outra ocorreu, o que é compatível com o fato de que os grandes participantes do mercado de *Project finance* já são signatários. Não há, no contexto e desenho atuais dos PE e nas condições do mercado de *Project finance*, atrativos ou motivações para que ocorra a adesão de um número significativo de bancos brasileiros. Uma exceção seria o BNDES, que estaria avaliando a possibilidade de aderir aos Princípios (BNDES, 2006, Comunicação Pessoal).

Pergunta 2

A pesquisa mostra que a adoção dos PE tem múltiplas motivações, uma vez que três dentre os cinco bancos pesquisados apontaram três ou mais fatores para tal decisão, enquanto dois deles indicaram um ou dois fatores. Os mais relevantes, com quatro citações cada, foram: existência de uma política de responsabilidade socioambiental em implantação e interesse na

indução de práticas sustentáveis nos negócios junto aos clientes e ao mercado. A redução do risco de crédito foi apontada por três bancos e o risco de imagem/reputação, por dois apenas.

O item “Outros” obteve duas respostas: o banco “D” destaca que sua cultura “...preza a ética nos relacionamentos e a sustentabilidade nos negócios. Nesse sentido, os PE nos ajudam a melhor estabelecer práticas coerentes com nossos valores culturais” (Questionário 2/ banco “D” – comunicação pessoal); o banco ABN Amro, que participou da elaboração dos Princípios, aponta a criação de “...um instrumento que pudesse estabelecer critérios de comparação entre bancos.” (Questionário 2, Banco “E”).

Os resultados foram consistentes com as respostas ao Questionário 1 , indicando que a existência de uma cultura voltada para a sustentabilidade já incorporada às políticas e processos das IFs foi fator determinante para adesão. Esse padrão de resposta tem alguma coerência, uma vez que é importante certa maturidade por parte da organização, diante do compromisso público assumido, que a coloca em posição de grande visibilidade e, portanto, mais sujeita ao escrutínio da sociedade civil organizada. Além do

Com relação ao risco de crédito decorrente de fatores ambientais, cabe destacar algumas conseqüências que irão refletir em perdas econômicas, seja para a empresa cliente, seja para o banco: interrupções; atrasos; multas; embargos; prejuízos à imagem; imputação de responsabilidade civil e penal; responsabilização de pessoas físicas (sócios e administradores) e; falta de atendimento de condições estabelecidas pelos órgãos ambientais (BORGES, [?]). É interessante ponderar, ainda, que a gestão de passivos ambientais envolve custos elevados (VINHA, 2003), situação indesejável para os bancos, por ameaçar o retorno do crédito e sua própria reputação, além de gerar possíveis responsabilizações jurídicas.

TOSINI (2005) afirma que a gestão do risco ambiental ligado à atividade bancária está muito mais avançada nos EUA, União Européia e Canadá do que no Brasil, onde a questão é ignorada pela maioria das IFs. A adesão aos PE pelos maiores bancos brasileiros é um sinal de mudança no sentido da adoção desses sistemas. Apesar do baixo nível de preocupação dos bancos, o risco ambiental agregado aos negócios para o setor no Brasil é elevado. Um dos motivos é a inexistência de dispositivo legal que proteja os bancos da responsabilização jurídica decorrente de dano causado pelas empresas financiadas.

A maior reserva de floresta nativa mundial está no Brasil, cuja legislação ambiental voltada para a proteção florestal é bastante severa, o que expõe os bancos a um risco elevado, principalmente no crédito rural. Da mesma forma, a consciência da necessidade de preservação da maior biodiversidade do planeta, mobiliza não só a sociedade brasileira, mas as ONGs e a mídia global, colocando o País em evidência, de forma a aumentar o risco ambiental relacionado ao crédito.

Vinha (2003), analisando o setor industrial, destaca os mecanismos de pressão da sociedade civil organizada como importante fator determinante de prejuízos à imagem corporativa, com as perdas financeiras decorrentes, o que leva as organizações a considerar os interesses desses atores na gestão do negócio. Schmidheiny e Zorraquín (1996) chamam a atenção para a pressão dos grupos ambientalistas sobre as IFMs, na década de 90, e o BankTrack destaca que a atuação das ONGs sobre as IFs privadas tornou-se muito mais agressiva a partir do ano 2000, ocasionada pela percepção de que esses bancos vinham ocupando os espaços deixados pelas IFMs no financiamento de grandes projetos (BANKTRACK, 2006b). Coerente com tais premissas, o representante da UNEP-FI na América Latina, Sr. Christopher Wells (2006. Comunicação pessoal), a quem entrevistamos, afirma que a principal motivação para a adesão aos PE é o risco de imagem.

Amalric (2005) propõe, entre as possíveis motivações econômicas, duas que considera as mais prováveis: o risco de imagem/reputação decorrente da atuação das ONGs e o risco de crédito associado aos riscos socioambientais. Considera que a criação dos PE foi uma clara resposta à pressão das ONGs sobre os bancos e, portanto, baseada no risco de imagem. Entende que os bancos que controlam o mercado de *Project finance* também atuam no varejo, estando sujeitos a boicotes por atuação socioambiental questionável. Observa, ainda, que o conteúdo dos PE⁶¹ baseia-se na categorização do risco social e ambiental dos projetos e que, portanto, tem o risco de crédito como fator de grande relevância.

Analisando a escolha das alternativas “a” e “c” como indutores de adesão (pre-existência de políticas e interesse em disseminar práticas socioambientais), percebe-se certa coerência com o fato de ser necessário um ambiente minimamente preparado para a implementação dos PE, para que isto seja viável. Vários bancos vêm desenvolvendo políticas e metodologias para inserção da variável socioambiental em suas atividades, mesmo antes dos PE. Também é fato que alguns bancos líderes já evoluíram bastante e buscam induzir essas transformações em outras IFs e nos clientes (WWF-UK e BANKTRACK, 2006a).

Cabe considerar, no entanto, que a principal motivação dos bancos ainda é de caráter econômico-financeiro. Schmidheiny e Zorraquín (1996) deixam claro que a quantidade ou qualidade de indicadores ambientais só terá significado para o mercado financeiro se estiver clara sua relevância em termos financeiros.

Assim, a balança penderia mais para as questões ligadas ao risco de imagem e de crédito, que agregam um forte componente econômico-financeiro, embora sua mensuração nem sempre seja possível. Considerando, portanto, que a maioria dos bancos respondentes apontaram várias alternativas, e diante de elementos levantados em bibliografia, pode-se inferir que as motivações ligadas ao risco de crédito e de imagem/reputação são, no mínimo, equivalentes à questão da existência de uma política socioambiental e do desejo de induzir práticas socioambientais nos clientes/mercado, considerados como prioritários pelos respondentes. Vale ressaltar a proposta de Schmidheiny e Zorraquín (1996), de que os bancos devem buscar formas mais criativas de caminhar no sentido da sustentabilidade, focando mais as oportunidades do que os riscos.

61 THE EQUATOR PRINCIPLES. 2003, p. 2. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com>> Acesso em: 13 jun. 2005.

Outra questão não levantada pelos bancos pesquisados, mas que pode estar fazendo parte do contexto da criação dos PE e da adesão dos bancos, é que, não importa o que as empresas façam, estarão movidas pela legislação, seja atual ou futura. As iniciativas e padrões voluntários ou de auto-regulação em torno da ecoeficiência seriam uma resposta ou uma antecipação a tais situações (SCMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996). Assim, a adesão aos PE pelos bancos brasileiros poderia estar relacionada não somente à antecipação a uma possível legislação socioambiental, como ao efetivo cumprimento daquela já existente⁶².

Pergunta 3

Refere-se aos critérios básicos utilizados na escolha dos projetos a financiar. Visa identificar até que ponto os bancos estão presos ao valor mínimo de US\$ 50 milhões – o que restringiria bastante o alcance dos PE - ou se haveria uma tendência de ampliar seu espectro de influência e considerar outros requisitos para sua implementação. As respostas mostram predominância do parâmetro de valor mínimo, com quatro bancos marcando a opção “a”. Os assinalamentos para as opções “c” e “e” (três para cada), que tratam de aplicação dos critérios

- O banco “C” afirma obedecer o limite de US\$ 50 milhões, aplicando os critérios dos PE para projetos de “...setores com maior exposição a riscos socioambientais [...] avaliados independente do valor/natureza da operação”;
- O Banco “D” afirma adotar o valor mínimo para operações de atacado, aplicando integralmente os critérios dos PE para todas as operações de valor superior a R\$5 milhões;
- O banco “E” adota o valor mínimo de US\$50 milhões, porém “aplica critérios de análise socioambiental de clientes pessoa jurídica de 22 ramos de atividades consideradas com potencial risco socioambiental. A partir de um certo faturamento a análise é feita para todos os clientes, independente do setor” (Fonte: Questionário 2, Banco “E”).

Outra questão interessante está ligada ao uso de listas de exclusão para setores críticos em relação a riscos socioambientais, mencionada por três bancos. Vale ressaltar, também, que indicaram, em geral, a utilização de mais de um parâmetro: um deles considerou quatro; outro, três; e dois bancos consideraram dois parâmetros, com apenas um marcando somente o “valor mínimo”. Considerando, ainda, que nenhum deixou de marcar a opção “a”, parece haver coexistência de padrões socioambientais semelhantes aos dos PE na análise do crédito.

Para compreender a questão do valor mínimo, cabe lembrar que a criação dos PE foi decorrente de pressão da sociedade civil sobre os bancos, para que não fornecessem recursos para grandes empreendimentos com fortes impactos socioambientais negativos. Esses projetos geralmente são viabilizados através da modalidade de *Project finance* que, devido à sua complexidade e custo só se viabilizam para valores acima de US\$100 milhões (BONOMI e MALVESSI, 2004, p. 23).

Subjacentes à criação dos PE estão as preocupações do BM/IFC em não participar do financiamento de projetos que envolvam riscos socioambientais significativos, sem submetê-los a uma avaliação e acompanhamento adequados. O fato de que tais projetos são implementados em países em desenvolvimento intensifica as pressões sobre essas IFMs. Os bancos analisados, de forma geral, já estão familiarizados com o uso de critérios socioambientais na análise do crédito, seja por tradição no repasse de linhas da IFC (ABN Amro Real, Unibanco e Itaú), seja pela observância do Protocolo Verde (Banco do Brasil). Assim, embora observem estritamente os critérios dos PE apenas para valores acima de US\$50 milhões, afirmam adotá-los, de forma adaptada, para valores menores. Esta afirmação,

entretanto, deve ser considerada com cautela, já que não é possível verificar se isto realmente ocorre e em que nível de abrangência e profundidade.

As discussões que vêm ocorrendo sobre os PE, protagonizadas pelas ONGs, colocam a questão não restrita ao parâmetro de valor, mas também ao tipo de projeto, argumentando que muitos empreendimentos impactantes são financiados através de *Corporate finance*, modalidade tradicional que acaba abrangendo um espectro amplo de projetos com potencial de impacto socioambiental. A nova versão dos PE (ver APÊNDICE C, página 155) propõe a redução do valor para US\$10 milhões, mas não revê a questão do *Project finance*, o que, na prática, mantém o “*status quo*”. A única mudança significativa ligada ao critério de enquadramento está relacionada com a expansão de projetos e na atividade de assessoramento do *Project finance*, antes não incluída (ECO-FINANÇAS, 2006a).

Sobre esta questão questão, vale considerar as ponderações do representante da UNEP-FI, Christopher Wells (2006. Comunicação pessoal), que vem participando de reuniões com as IFPEs. Para ele, a redução de valor proposta nos PE II é inócua, o que pode ser depreendido através do contido na transcrição de trecho da entrevista:

Sobre a mudança do limite para US\$10 milhões, entende que não é tão relevante, sendo mais uma consequência da pressão das ONGs. Vê como uma possível fonte de criação de expectativas nas ONGs, de que projetos acima do limite de US\$ 10 milhões de qualquer modalidade, sejam enquadrados nos PE. Na verdade, esse enquadramento permanece restrito à modalidade de *Project finance*, não havendo perspectivas de mudança nesse momento. Assim, os bancos que ampliem esse limite o farão por conta própria, sem vinculação com os PE (WELLS, 2006, Comunicação pessoal).

Quanto ao mercado de *Project finance* no Brasil, cabe destacar que as necessidades de investimento em infra-estrutura, aliadas ao potencial de segmentos como petróleo e gás abrem perspectivas de crescimento. O BNDES anunciou que acaba de criar regulamentação para a modalidade, devendo intensificar o financiamento para infra-estrutura, principalmente estradas e energia elétrica (previsão de R\$ 20,5 bilhões, em 2006). Para tanto, deverá atuar junto com outros financiadores privados (WATANABE, 2006). Entretanto, existe um amplo espectro de operações não enquadráveis como *Project finance*. Assim, muitos projetos de vulto, envolvendo fortes impactos negativos, não estariam sujeitos à adoção de padrões socioambientais adequados. Por outro lado, as IFs estão reforçando suas políticas e criando ou aperfeiçoando ferramentas e metodologias de análise e acompanhamento de operações, não só pelos motivos já expostos, como também em decorrência do conhecimento gerado pela implementação dos PE, que motiva a criação de uma nova cultura na organização.

As listas de exclusão remetem a um freqüente questionamento do setor, relacionado com uma possível perda de negócios, que agregaria custos ao banco (Lazarus, 2004). Praticadas por três das cinco IFs pesquisadas, minimizam o risco de crédito, ao evitar operações contendo riscos socioambientais muito elevados.

Pode-se considerar que estamos no meio de um processo que pode levar a mudanças em relação a valor mínimo para aplicação dos PE, porém será necessário um amadurecimento das partes envolvidas - bancos, clientes, mercado, ONGs - para que um novo patamar seja alcançado, ampliando o uso da ferramenta e seus benefícios. Enquanto isto não acontece, a prática de adaptar critérios dos PE para financiamentos de valores menores parece que está se sedimentando e poderá evoluir, tanto em nível global quanto no setor bancário brasileiro.

Pergunta 4

Os respondentes apontam ganhos múltiplos com a implantação dos PE, tendo escolhido quatro ou mais alternativas. As opções de “a” a “d” foram assinaladas por todos, mostrando consenso quanto à importância de temas como: segurança no retorno dos créditos; ganhos de imagem; redução do risco de crédito associado a questões socioambientais e; maior segurança na análise e condução do crédito (salvaguardas e guidelines do BM/IFC). A opção “e” (melhoria da qualidade da clientela) foi marcada por apenas dois, o que pode estar associado à pouca maturidade do processo de implementação dos PE, que dificulta a avaliação de seus efeitos na melhoria do *portfolio* de clientes. Quatro bancos apontaram a disseminação interna da cultura de sustentabilidade (opção “f”), indicando possível influência positiva dos PE nesse sentido.

Ao incorporarem questões socioambientais em suas atividades, os bancos criam oportunidades como a redução de custos devido à melhoria da gestão do seu negócio, com foco na ecoeficiência e melhoria de logística, além de desenvolver novos produtos e serviços e explorar novos mercados (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996).

Segundo Greenfield (2005), quantificar o impacto dos PE nas atividades dos bancos é muito difícil, especialmente diante do pouco tempo decorrido desde sua criação. Com base em depoimento de executivo do Citigroup, o autor coloca alguns impactos qualitativos: aumento da rentabilidade no longo prazo, devido à geração de novos negócios em *Project finance*; redução de custos futuros pela mitigação de risco de crédito e de imagem; redução do tempo de implantação de projetos em áreas sensíveis, devido à menor ocorrência de interrupções e

consequente antecipação da geração de receitas do projeto; evitar situações extremas como confiscos e cancelamentos de projetos e; melhorar a reputação.

Este padrão de entendimento é consistente com as respostas à questão correspondente no Questionário 1 (Pergunta 3). Foram apontados a segurança na análise dos projetos e no retorno dos créditos, a redução de risco de crédito e de imagem, a redução de impasses legais e problemas gerados por passivos ambientais, entre outros. As respostas referem-se também à melhoria da qualidade da clientela, no tocante ao crédito, por entender que as exigências dos PE obrigam os clientes a adotarem procedimentos para minimizar os referidos riscos.

Segundo Amalric (2005), entre as principa

Ficará a cargo de cada IF definir como isto será feito e que abrangência terá em relação aos demais negócios.

O movimento em direção a padrões ambientais e sociais globalmente reconhecidos que os PE colocaram em andamento irão resultar em melhores resultados e custos mais reduzidos para os projetos, enquanto - mais importante de tudo - promovendo a sustentabilidade (LAZARUS, 2004, p. 7).

Ventura (2005)⁶³ afirma que, mesmo admitindo a existência de critérios socioambientais para a concessão do crédito antes dos PE, estes acabaram materializando as preocupações com a responsabilidade social empresarial:

A discussão no Brasil sobre a concessão de financiamentos utilizando critérios socioambientais e sua inclusão como questão atrelada à responsabilidade social dos bancos estabeleceu-se fortemente a partir da assinatura dos “Princípios do Equador”, em 2003, considerada uma prova institucionalizada no movimento pela RSE (VENTURA, 2005, p. 208).

Tosini (2005) entende que os bancos signatários deverão avançar na incorporação da variável ambiental à análise de risco de crédito em todos os segmentos de clientes brasileiros, incluindo as pequenas e médias empresas. Com isso, reduzirão o número de clientes com desempenho ambiental insatisfatório em suas carteiras, minimizando o risco de crédito e de reputação, além de mostrarem-se afinados com o mercado.

Assim, consideramos que, para as condições pesquisadas, todos os ganhos apontados na pergunta foram entendidos pelos bancos como pertinentes e importantes, embora ainda não seja possível avaliar a influência dos PE na melhoria da qualidade da clientela.

Pergunta 5

A maioria dos bancos respondentes (três entre cinco) entende que esta é uma das ferramentas mais importantes disponíveis para a indução de práticas sustentáveis nas empresas clientes, tendo escolhido a alternativa “a”. Três bancos acham que é tão ou mais importante do que outras iniciativas em uso pelo próprio banco, observando-se que o banco “D” assinalou as alternativas “a” e “c”.

As outras iniciativas e ferramentas consideradas como de relevância equivalente aos PE (alternativa “c” – os PE têm relevância semelhante a outras ferramentas) foram:

- ✓ Avaliação socioambiental na análise de risco de crédito de clientes e de projetos (banco “B”);

63 Período de coleta dos dados da pesquisa: Agosto a Dezembro de 2004.

- ✓ Indicadores Ethos; Relatório de RSE; Global Compact; Melhores Práticas de Governança Corporativa; Diretrizes GRI; Metas do Milênio; outros critérios específicos/seleção de fornecedores (banco “D”);

As alternativas “b” e “d” não foram assinaladas.

Os resultados mostram que os bancos pesquisados vêem os PE como ferramenta importante para a indução da sustentabilidade nas empresas clientes. Este posicionamento é curioso, já que, teoricamente, a quantidade de empresas que seriam objeto dessa ação seria muito pequena, em função do valor mínimo de US\$50 milhões. A discussão a seguir se propõe a identificar as razões desses resultados.

As respostas à pergunta correspondente do Questionário 1 (Pergunta 4) mostram que o processo de crédito dentro dos PE envolve visitas às empresas, disseminação de conceitos e providências junto aos órgãos ambientais, entre outros aspectos, gerando sensibilização, conscientização e aprendizado. Também evidenciam que tal indução decorre de políticas pré-existentes e de práticas socioambientais já adotadas, mostrando que, para maior alcance, é preciso que as IFs não fiquem restritas aos PE e que mais bancos adotem tais práticas.

Cabe destacar que esses bancos, em maior ou menor grau, são considerados líderes no movimento de RS e DS no setor, no Brasil. Estão inseridos em um ambiente de competição, acirrada pela entrada de bancos estrangeiros no mercado, que trouxeram padrões de atuação socioambiental diferenciados. Também é patente que existe um mercado de *Project finance* a ser explorado no Brasil e que tal modalidade de operações pressupõe alinhamento de critérios e padrões de atuação socioambiental. Tudo isso, aliado à pressão das ONGs, faz com que a incorporação de parâmetros de sustentabilidade aos negócios de crédito – inicialmente ligados aos grandes projetos – acabe se dando também em outras operações e atividades.

Para Lazarus (2004), da IFC, os PE atingiram massa crítica na indústria bancária, prevendo-se uma tendência de incorporação de temas socioambientais também em outros negócios, seja através da adaptação dos Princípios ou da incorporação de outros mecanismos, o que já estaria na pauta de muitos bancos. Percebe-se, portanto, um ambiente favorável para que esta forma de atuação se dissemine em suas demais atividades. Entretanto, ainda não é possível aferir se isto vai levar à incorporação dos parâmetros de sustentabilidade às atividades dos clientes. Amalric (2005) coloca que, para tanto, é necessário definir padrões apropriados para selecionar projetos que agreguem contribuições positivas nesse sentido e assegurar que sejam efetivamente implantados.

Assim, percebe-se um contexto favorável à indução da sustentabilidade, tanto nos bancos quanto nas empresas clientes, inclusive no caso de operações de valores menores. Entretanto, o estágio de implantação nas IFs pesquisadas ainda não formou massa crítica para avaliar os reais efeitos nas empresas clientes, o que é dificultado devido às informações disponibilizadas sobre os projetos financiados, que são escassas e superficiais.

Pergunta 6

Todas as IFs afirmaram conhecer os instrumentos de gestão socioambiental utilizados pelos clientes; o banco “D” destaca que tal conhecimento se baseia nas informações das próprias empresas e que nem sempre é possível obter informações detalhadas. Isto sugere que será necessária maior aproximação entre o banco e os clientes para permitir acompanhamento efetivo das práticas socioambientais agregadas à implantação dos empreendimentos.

Pergunta 7

Vários são os instrumentos de gestão que, para os bancos, favorecem a implementação dos PE nos clientes, já que mais de 50% deles marcaram mais de quatro opções.

O maior número de assinalamentos (quatro) ocorreu na opção “a”, Normas ISO 14001; além disso, o banco “D” apontou outros três instrumentos voltados para o meio ambiente: Agenda 21, Carta da Terra e *The Natural Step*. Em seguida, três ferramentas ligadas a diagnóstico e relato receberam três assinalamentos cada: Indicadores Ethos, Relatórios de RSE e Diretrizes GRI. As opções “b”, “c” e “d”, ligadas a aspectos sociais e de saúde e segurança ocupacional, receberam dois assinalamentos cada, mostrando que estão na pauta das preocupações dos bancos, porém em um nível inferior às já mencionadas.

Também foram citadas iniciativas de caráter mais geral, como o Pacto Global (duas vezes) e as Metas do Milênio (uma vez), possivelmente em função de campanhas de adesão junto ao empresariado brasileiro que vêm ocorrendo nos últimos anos e tiveram boa receptividade entre os bancos.

A ênfase em ferramentas de gestão ligadas ao tema ambiental é compatível com a importância dessas questões, uma vez que os projetos enquadráveis envolvem, em geral, significativos impactos e riscos ambientais. Quanto aos impactos sociais, embora também estejam presentes na maioria desses projetos, só mais recentemente vêm sendo percebidos adequadamente e recebendo tratamento mais sistematizado pelas empresas. Ilustrando essa assertiva, vale mencionar o número de empresas que adotam duas das principais normas

ambientais e sociais, no Brasil: ISO 14001: 1008 empresas certificadas, em dez. 2003 (ISO, 2005); e SA 8000: 64 instalações empresariais certificadas em dez. 2004 (SA8000, 2005)

A indicação de itens ligados a transparência e ao relato remete ao que vem sendo considerada a maior limitação da implementação dos PE: a falta de transparência por parte dos bancos. É compreensível que os bancos também identifiquem como um requisito para atuação junto às empresas, que elas tenham um padrão mínimo de transparência e que relatem adequadamente suas atividades, considerando que os empreendimentos envolvidos geralmente produzem questionamentos junto às populações afetadas e às ONGs.

As questões ligadas ao Pacto Global e Metas do Milênio são um indicativo do engajamento das empresas nos temas socioambientais globais. Isto facilita a implementação dos PE, cujo foco é a atuação globalizada, tanto dos bancos quanto das empresas clientes. Ventura (2005) menciona as iniciativas citadas acima e ainda as Diretrizes GRI, as quais considera como “provas” institucionalizadas do movimento de RSE.

Em uma reportagem da revista *The Banker*, Monahan (2005) registra a opinião da ONG *Friends of the Earth* (FoE) sobre os PE que, embora não seja o único padrão de sustentabilidade para o segmento, é o melhor deles, por ser mais específico, obrigar os bancos a fazerem avaliação ambiental e vincular o cumprimento das exigências no contrato. Para representante da IFC, tornou-se referência em padrões para investimento estrangeiro direto em mercados emergentes.

Assim, da mesma forma que a implementação dos requisitos dos PE tem potencial de induzir mudança de cultura nas empresas brasileiras, o nível de maturidade dessas empresas em relação à sustentabilidade irá facilitar a atuação dos bancos. Não se deve esquecer dos custos envolvidos na implementação de padrões e sistemas de gestão socioambiental (consultorias, auditorias e levantamentos de aspectos/impactos socioambientais, entre outros), que terão maior impacto quanto menos a empresa tiver caminhado no sentido da implementação dos PE. Entretanto, essa ainda é uma questão emergente, uma vez que a maioria dos projetos enquadráveis estão em análise ou em fase inicial de implantação.

Pergunta 8

As condições que mais favorecem a aplicação dos PE no Brasil são a legislação do País, a pressão das ONGs, a conscientização do investidor, a competitividade do mercado externo, e a competição entre bancos decorrente da adesão aos PE (opções “a”, “b”, “e”, “g” e

“h”, respectivamente) com três assinalamentos cada. Um banco ressaltou que a legislação brasileira, embora razoavelmente rigorosa, não é adequadamente fiscalizada.

Em seguida, com uma marcação cada, são indicadas: pressão da sociedade em relação à postura socioambiental dos bancos; pressão do mercado nesse sentido; e “outros”(opções: “c”, “d” e “j”, respectivamente). As opções conscientização do consumidor brasileiro (“f”) e padrões de checagem previstos nos PE (“i”) não foram assinalados. Na opção “outros”, o banco “D” citou a possibilidade de obter vantagens com créditos de carbono, mostrando uma oportunidade de negócios ligada aos PE.

A qualidade da legislação brasileira facilita a implantação dos PE, posição já sinalizada no Questionário 1, onde o ABN Amro Real afirma que as Guidelines do BM são,

limitações. A alternativa “g” não foi assinalada, mostrando que eventuais limitações econômico-financeiras das empresas não figuram como empecilho para a implantação dos PE.

Segundo Amalric (2005), a implementação dos PE envolve custos, em especial para os *sponsors*, quais sejam: preparação da Avaliação Ambiental (AA); Plano de Gestão Ambiental (PGA) e; gestão das operações alinhadas aos PE. Os bancos também incorrem em custos, compreendendo: identificação dos riscos socioambientais para categorização dos projetos; checagem da qualidade da AA e PGA, monitoramento da conformidade na implantação; custo do alinhamento dos tomadores não conformes com os PE, na fase operacional e; custo de oportunidade de eventual desistência de um negócio. Assim, a questão dos custos é relevante tanto para as empresas tomadoras quanto para os bancos. Além do mais, corre-se o risco de ser gerada concorrência desleal entre não signatários e as IFPEs, uma vez que aqueles seriam mais flexíveis em seus critérios de negociação das operações. Essas ponderações, feitas para um contexto global, valem para o caso brasileiro e podem dificultar a implementação dos PE.

Quanto aos Guidelines do BM serem mais restritivos que a legislação brasileira, a quantidade de respostas é aparentemente incongruente com os parâmetros da pergunta anterior, que colocava a legislação como mais restritiva que esses documentos. A questão ligada à falta de conhecimento da legislação corrobora a suspeita de que esta nem sempre é cumprida, já que o primeiro requisito para isto é que seja conhecida. Uma possível explicação para a contradição entre legislação e *Guidelines* é que os bancos também ainda não têm domínio de ambos, em virtude da complexidade que apresentam e do estágio em que se encontra a implementação dos PE. Outra justificativa seria a existência de restrições pontuais dos *Guidelines*, que funcionariam como dificultadores, e não o documento como um todo.

Para os bancos, é importante que a sociedade conheça os PE, de forma a formar uma boa imagem das IFs que estão implantando adequadamente os Princípios e assim recompensar os esforços e custos envolvidos. Entretanto, isso só ocorrerá se os bancos relatarem adequadamente suas ações, criando condições para o diálogo com a sociedade civil.

Pergunta 10

Item “a” – veículos de comunicação utilizados:

As respostas mostram que, em geral, os bancos pretendem divulgar informações para os *stakeholders* e o mercado através de meios diversificados, já que três deles pretendem utilizar pelo menos cinco veículos diferentes. Apenas o banco “A” assinalou somente uma opção, enquanto o banco “C” não marcou nenhuma delas.

A opção preferida para a divulgação das informações foi o *website* (“a-ii”), com quatro assinalamentos. Em seguida veio o relatório de sustentabilidade, junto com a comunicação com investidores, a comunicação interna para empregados e encontros/debates com ONGs (opções “a-i”, “a-iii”, “a-iv” e “a-v”, respectivamente), com três marcações cada.

Na opção “outros” (“a-vi”) o Banco “D”, registrou: resposta a questionários como DJSI, ISE-Bovespa, Ethos, texto do Código de Ética, da Visão e da Cultura de Performance. O Banco “C” também respondeu esse item, afirmando que apresenta “Nota específica nas DF [demonstrações financeiras] mensurando número aproximado de projetos avaliados e ordem de grandeza dos valores envolvidos.”

Verificando o *website* e os últimos relatórios disponíveis dos bancos analisados, localizamos algumas informações sobre os Princípios, porém ainda bastante incipientes, com a maioria delas ligadas à adesão em si. Também identificamos a divulgação do tema em veículos de comunicação destinados a investidores, caso do Banco Itaú e do Unibanco. As IFs de capital estrangeiro, como ING, HSBC e ABN Amro, foram as que forneceram informações mais abrangentes e aprofundadas, porém sem especificar as operações no Brasil. O Banco Itaú já começa a divulgar dados mais objetivos sobre os PE e o BB divulga poucas informações.

Item “b” – Públicos priorizados no direcionamento da informação

Dentre os respondentes, quatro colocaram as opções em ordem de prioridade, sendo que o banco “D” afirmou que todos os *stakeholders* têm prioridade “um” no recebimento da informação. Para obtermos as opções por ordem de prioridade, somamos o número atribuído a cada sub-item (“b-i” a “b-vii”) e dividimos pelo número de bancos respondentes a este sub-item (4). Os resultados obtidos estão registrados na TABELA 7, abaixo:

TABELA 7 – Priorização do público para o direcionamento das informações sobre os PE

ALTERNATIVA	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
i) () empregados	1,75	1
ii) () acionistas	3,25	4
iii) () ONGs e sociedade civil em geral	3,00	3
iv) () investidores	3,25	4
v) () clientes	2,75	2
vi) () órgãos ambientais	4,00	5
vii) () órgãos governamentais	4,75	6

Com base nesses resultados, e considerando que pontuações menores significam maior prioridade, pode-se concluir que a informação sobre a implantação dos PE é direcionada

dentro da seguinte ordem decrescente de prioridade: empregados; clientes; ONGs e sociedade civil em geral; acionistas e investidores; órgãos ambientais e órgãos governamentais. Entretanto, esta classificação visa apenas orientar a análise, não tendo caráter estatístico.

O banco “C” não assinalou nenhuma alternativa, afirmando que as demonstrações financeiras contêm informações sobre os PE, sendo, portanto, públicas e divulgadas através de diversos canais. Embora não tenha sido computada no “*score*” final de priorização, esta resposta mostra um direcionamento da informação para um público específico, geralmente formado por acionistas e investidores, mais afeitos a acessar informações financeiras.

Diante das respostas a este item, optamos por classificar os *stakeholders* em três categorias. A primeira envolve os empregados, clientes e ONGs/sociedade civil. Acionistas e investidores seriam a segunda categoria e órgãos ambientais e governamentais, a terceira. O padrão das respostas é coerente com o atual estágio de implementação, mostrando que a informação tem sido direcionada para públicos que: têm maior necessidade de informação (empregados); são impactados diretamente (clientes empresariais) ou cuja ciência sobre ações socioambientais interessam aos bancos (clientes em geral) ou ainda que podem afetar os negócios (ONGs/Sociedade civil). É importante dedicar maior atenção às informações direcionadas para os investidores e o mercado financeiro, o que deverá ocorrer ao longo do processo de amadurecimento da implementação dos Princípios.

Analisando o *website* dos bancos, identificamos informações já disponibilizadas para a maioria desses públicos, porém, em geral, de forma esparsa e superficial. Quanto às de caráter interno, pudemos apenas inferir sobre sua disponibilização, porém sem ter como avaliar abrangência ou profundidade

Item “c” – tipo de informações a serem fornecidas

Dentre os cinco bancos em análise, quatro responderam a esta pergunta; o banco “A” declinou, afirmando que suas políticas internas não lhe permitiam. Metade dos respondentes (dois) apontaram quatro tipos, mostrando sua intenção de fornecer um espectro razoável de informações. Os dois outros restringem-na a um ou a dois tipos apenas.

O setor produtivo abrangido pelo empreendimento (opção “c-iv”, com três marcações) deverá ser a informação mais disponibilizada. Em segunda posição vêm: número e valor dos projetos em estudo, aprovados e em implantação; critérios, políticas ou práticas de gestão para a implantação dos PE e; classificação/nível de risco dos projetos, em relação aos critérios dos PE (opções “c-i”, “c-ii” e “c-vi”, respectivamente, com duas marcações cada).

consulta a *stakeholders* externos e outros procedimentos e padrões socioambientais que incluam transparência e verificação de *compliance*. Entendem que, sem isso, mesmo os bancos mais progressistas podem ser acusados de “maquiagem verde”. Sugerem o compartilhamento de critérios e procedimentos de *feed-back* e relato entre os bancos.

Pergunta 11

Aborda as políticas e práticas de treinamento adotadas em função dos Princípios. Para facilitar a compreensão, as respostas foram apresentadas por banco respondente, na mesma sequência da pergunta: a) tipos de treinamento; b) segmentos funcionais e de clientes envolvidos; c) número de funcionários treinados e; d) outras informações e comentários.

Banco “A”:

- a) divulgação de memorandos internos; b) públicos das áreas de negócios, crédito e jurídica; informação restrita para clientes e; c) informação não disponibilizada.

Banco “B”

- a) workshop IFC/FGV; *In house*-estudo das políticas e salvaguardas do IFC/BM; b) técnicos em análise de risco de crédito de projetos de investimento; técnicos da área de responsabilidade social e; c) dez funcionários.

Banco “C”

- a) treinamento IFC, palestras e workshops diversos para pelo menos um componente das equipes que lidam com projetos dessa natureza; b) analistas, gerentes e superintendentes e; c) oito funcionários;

Banco “D”

- a) palestras e workshops com profissionais do IFC; palestras e comunicações internas para funcionários; parcerias com ONGs para revisão de conceitos e processos; b) diretores, gerentes, analistas das áreas de projetos, crédito, fornecedores, clientes pessoa jurídica e; c) workshop IFC: 40; divulgação interna: 500 (diretores, superintendentes, gerentes) e; c) divulgação interna, de forma genérica, para todos os funcionários através de revista e evento específico.

Banco “E”

- a) riscos e oportunidades socioambientais e conceitos sobre sustentabilidade; b) varejo e; c) 4000.

Entre os cinco bancos, três realizaram treinamentos abrangendo quantidade muito reduzida de funcionários, restritos à alta administração ou áreas de análise de risco de crédito.

Apenas dois relataram treinamentos mais abrangentes, incluindo pessoal de diversas áreas e, em um caso, clientes e fornecedores.

Diversos autores consideram que treinamento adequado é pré-requisito para o sucesso da gestão socioambiental das IFs e a implementação dos PE, sendo considerado indicador de efetiva implementação (WWF-UK e BANKTRACK, 2006a; LAZARUS, 2004). Segundo a FEBRABAN (2006b), apenas 21,2% dos bancos fornecem treinamentos sobre temas socioambientais na gestão dos negócios. A presente pesquisa mostra que os treinamentos focados nos PE também são bastante restritos e que há muito a ser feito quanto à capacitação do pessoal para lidar com sua complexa operacionalização. Destaca-se a atuação do ABN Amro Real, que já treinou cerca de 4000 empregados (Questionário 2, Banco “E”).

Pergunta 12

Aborda as alterações de práticas e procedimentos implementados pelos bancos respondentes na condução do crédito, em função dos PE, com os resultados a seguir:

- o banco “A” não tinha como disponibilizar a informação;
- o Banco “B” relata a “Revisão das normas relativas ao processo de análise de risco de crédito definindo-se como obrigatória a incorporação das políticas e salvaguardas do IFC na análise do risco de crédito de projetos de investimento com valor superior a US\$50 milhões”;
- o banco “C” informa a existência de “...parecer encaminhado ao crédito com relação aos principais riscos socioambientais que podem impactar o crédito de cada um dos projetos avaliados”;
- o banco “D” informa os seguintes procedimentos:
 - ✓ *check-list* com questões de sustentabilidade nas análise de crédito; atribuição de classificação de risco socioambiental da empresa e do negócio proposto, segundo matriz de risco da IFC; identificação de mitigadores dos riscos apontados e; adoção de lista de exclusão.

As respostas mostram que o foco das iniciativas está no risco de crédito, embora algumas contemplem a sustentabilidade, de forma mais ampla. As respostas seguem o padrão que vem sendo observado em relação à implementação dos PE, em que predomina a insuficiência de informações, dificultando a avaliação individualizada da condução interna do assunto. A abordagem genérica não permite concluir se existem metodologias, sistemas e rotinas para acompanhamento das operações e avaliação de seus resultados nas comunidades. Os *websites* e relatórios dos respondentes corroboram esse padrão de respostas.

A revisão de procedimentos como: processos de crédito, incluindo o comitê de crédito; levantamento das atividades e equipes afetados pelas novas rotinas operacionais; indicação de um gestor “PE” ou criação de departamento específico; definição de diretrizes para as equipes, adaptação de procedimentos internos de auditoria, entre outros, são indicativos de que a IF está passando da adoção para a real implementação dos PE (LAZARUS, 2004).

Greenfield (2005), referindo-se à avaliação do grupo de ONGs presentes à reunião com as IFPEs em Londres (julho 2004), afirma que uma das principais preocupações citadas foi a irregularidade na implementação, com algumas IFs tendo avançado bastante, enquanto outras pouco fizeram. Ressalta que as informações disponíveis são insuficientes para avaliação mais precisa de cada uma e que caberá ao *arranger*, que assume o risco financeiro e de reputação da operação, fixar os critérios a serem seguidos pelos componentes do sindicato.

O Grupo ABN destaca-se por iniciativas ligadas ao crédito como a criação de: setores específicos; ferramentas, filtros e sistemas automatizados para avaliação de riscos socioambientais e; ferramenta para implementação dos PE (BANKTRACK, 2005).

Pergunta 13

Remetem aos agentes e/ou mecanismos de incentivo que podem contribuir para a implantação dos PE e induzir outros bancos a adotá-los. As respostas são descritas a seguir:

- banco “A” – “...veiculação e informação acerca dos Princípios para a sociedade como um todo.” “...não exclusivamente no Brasil, mas [...] Argentina, Chile e Uruguai existe pouco conhecimento acerca dos PE.”
- banco “B” – “Acompanhamento e cobrança da sociedade civil/ONGs. Valorização da prática por parte dos investidores e clientes.
- banco “C” – “A ciência a respeito do conceito e dos respectivos benefícios”.
- banco “D” – as seguintes: competitividade do mercado, que exige a incorporação da sustentabilidade à gestão; adoção, pelas entidades internacionais (IFC, outros), de critérios e restrições para concessão de crédito, priorizando IFPEs; pressão de ONGs e da sociedade civil; percepção da melhor qualidade da carteira de crédito, devido à adoção dos PE e; reconhecimento público (prêmios, rankings) por inovações, iniciativas pioneiras e melhores práticas.
- banco “E” – não respondeu

As respostas remetem à necessidade de ampliação do conhecimento sobre os PE e sua conseqüente valorização pelos diversos *stakeholders*. Os mecanismos necessários estão

ligados à veiculação adequada de informações, passando pelo monitoramento e pressão por parte dos *stakeholders*, chegando a reconhecimentos explícitos como priorização em linhas de crédito favorecidas das IFMs, prêmios e *rankings*. Este posicionamento é coerente com o esforço requerido pelas IFPEs para adequar-se às exigências dos PE, com os custos e riscos agregados. Também reforça a importância da preservação e do reforço de imagem como determinante da adoção dos PE pelos bancos pesquisados. Abaixo, citamos situações onde os PE constituíram diferencial positivo no mercado, para os bancos respondentes:

- Banco do Brasil, Itaú e Unibanco: inclusão no ISE-Bovespa;
- os fundos de pensão começam a exigir conformidade com aspectos ambientais para compor fundos com recursos voltados para longo prazo (TOSINI, 2005);
- Fundos de Investimentos em Participações (FIP): Ex: FIP energia, em que os fundos de pensão exigiram conformidade dos projetos aos PE, registrada em contrato. O Banco Pactual é o gestor e o Bradesco, administrador do fundo;
- Fundo Brasileiro de Investimentos em Infra-Estrutura (FBII, liderado pelo BID), cujos projetos terão que estar conformes com os PE. O administrador é o ABN Amro Real, que deverá monitorar as “práticas de governança corporativa e de responsabilidade ambiental e social” (BID, 2004, *apud* TOSINI, 2005).

Pergunta 14

Visa identificar os problemas encontrados pelas IFs na aplicação dos PE.

- O banco A não pode disponibilizar a informação;
- banco B – “Falta de cultura da área financeira na avaliação socioambiental de projetos de investimento à luz de princípios socioambientais. Dificuldade no acompanhamento de projetos.”
- banco “C” – “Nenhum que possa ser destacado”
- banco “D” - “Definição de sistemas de monitoramento e verificação do cumprimento das exigências por parte dos clientes”.
- banco “E” – “Bancos que não são signatários”.

As IFPEs encontram-se numa fase de transição em relação à implantação dos PE. Praticamente já foi cumprida uma etapa inicial, em que os mecanismos de análise de risco de crédito, avaliação e categorização dos projetos e sua adequação às Diretrizes e Salvaguardas do BM/IFC já foram estabelecidos. Coerentemente com essa realidade, as respostas focam o monitoramento da implantação dos projetos, com vistas à conformidade com as exigências da ferramenta. É esperada uma certa uniformidade entre os critérios de cada banco, em se

tratando de

b) BTMU – Banco de Tóquio - Respondeu ao e-mail, informando que a sucursal brasileira não tinha informações sobre o assunto, que era recente para o Banco. O representante do BTMU mencionou uma única referência no *website* da matriz, sobre a adesão aos PE (EKIQUMOTO, 2006. Comunicação Pessoal).

c) DRESDNER - Afirma que o processo de crédito fica centralizado na Matriz na Alemanha. Refere-se aos rígidos critérios de análise, quanto ao risco socioambiental, evitando-se financiar empresas ou projetos de alto risco. Ressalta que tais controles são aplicados também a empréstimos no Brasil (MENDES, 2006, Comunicação pessoal)

d) JP Morgan Chase – Não respondeu ao questionário, afirmando que a subsidiária brasileira não é signatária. Indicou pessoa para contato, visando identificar o departamento responsável pela assinatura dos PE por parte da Matriz, assim como pela condução de negócios da espécie (CAVALCANTI, 2006, Comunicação pessoal).

e) West LB – Informa que o tema não é gerenciado no Brasil e sim pela área de Sustentabilidade da Matriz (CARVALHO, 2006, Comunicação pessoal).

Estes bancos não estão caracterizados como componentes do mercado de *Project finance* no Brasil e não constam no Ranking da ANBID. Duas exceções são o West LB e o Citigroup, que não responderam aos e-mails. Entretanto, embora a maioria deles não opere diretamente, participa do mercado em situações em que os recursos são levantados no exterior. Suas subsidiárias brasileiras em geral têm um nível muito baixo de conhecimentos sobre os PE e praticamente nenhum poder de decisão sobre sua implementação no Brasil. Outra constatação que fizemos foi a dificuldade de localizar informações nos *websites* dos grupos financeiros sobre suas operações no Brasil, especialmente as ligadas aos Princípios do Equador.

4.4.2.2 O Bradesco

É o maior banco privado brasileiro, signatário dos PE e importante participante do mercado de *Project finance*. O próprio Banco destaca que “...seu papel como um dos maiores financiadores da atividade econômica no País proporciona oportunidades significativas de contribuir para uma administração ambiental responsável” (BRADESCO, 2005). Entretanto, as informações disponíveis sobre a implementação dos PE são incipientes, denotando pouca transparência.

Ventura (2005), em entrevista com executivo do Bradesco, constatou que as preocupações do banco situavam-se mais no campo do pioneirismo na adoção dos PE ou em

Segundo Monzoni (2006, Comunicação pessoal) “...os PE devem ser vistos como um processo, em que a adesão em si já é capaz de gerar alguma mudança, porém é o primeiro passo. Envolve custos, trabalho e maturidade por parte dos bancos e também custos de transação para bancos e clientes”. Esta pesquisa evidencia que o comportamento dos bancos e da sociedade civil, engajados nos debates sobre os PE, corroboram tal concepção e mostram que esse é um processo dinâmico que deverá trazer novos desdobramentos e desafios.

Bancos e ONGs afirmam que o teste mais importante para os PE é a construção do Oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyan (vai do Azerbaijão ao Mediterrâneo Turco), por um consórcio liderado pela BP. Parte dele é financiada por IFs públicas e privadas, incluindo IFC e IFPEs⁶⁴. O projeto é usado como exemplo de como os bancos continuam financiando projetos insustentáveis, no primeiro relatório de avaliação dos PE, do BankTrack (MONAHAN, 2005).

Analisando a etapa decorrida desde a adoção dos PE, Watchman (2005) destaca:

- a rápida adesão dos grandes participantes do mercado de *Project finance* e sua influência nos não signatários, devido ao tipo de projeto;
- IFPEs tiveram que contratar e treinar pessoal e a incorporação dos PE foi feita de cima para baixo (maior percepção dos riscos à reputação pela alta direção);
- algumas IFPEs não levam a sério os compromissos socioambientais assumidos;
- bancos não signatários estariam fazendo marketing como “amigos flexíveis”;
- os PE colocam temas socioambientais no topo da agenda (farol p/IFs responsáveis).

Quanto às perspectivas para os PE, Watchman (2005) afirma que vão depender de:

- responsabilidade legal dos financiadores, maior *due diligence*⁶⁵ com os tomadores e consulta precoce aos financiadores sobre ciclo do projeto;
- reavaliação do limite de US\$50 milhões;
- evolução dos padrões ambientais entre as IFs, que são muito diferentes;
- transparência, uma das maiores falhas, que está sendo reavaliada pelas IFPEs;
- prestação de contas, visando verificar individualmente a implantação dos PE.

Como desafios enfrentados, Watchman (2005) cita:

- revisão das salvaguardas da IFC, ainda sem consenso entre IFPEs e ONGs;

64 ABN AMRO, Citigroup, Mizhuo, Dexia, HVB, ING, KBC, Royal Bank of Scotland e West LB

65 Reunião realizada entre as partes (no caso, financiadores e tomadores), visando debater os temas de interesse comum ligados ao empreendimento, tirar dúvidas, etc (Fonte Downes, John & Goodman, Jordan E.. Dicionário de Termos financeiros e de Investimento. Trad. Ana Rocha Trad. Associados. São Paulo: Nobel. 1993 p.140)

- mostrar mais consistência na aplicação dos requisitos, evitando reforçar a abordagem pragmática (ex:oleodutos), que vem minando a credibilidade das IFPEs;
- encarar dificuldades, maiores em países menos desenvolvidos, como: avaliação socioambiental, consulta às comunidades e salvaguardas de direitos humanos.

Watchman (2005) vê o Projeto de óleo e gás Shakalin II no leste da Rússia, conduzido pela Shell, junto com um sindicato de bancos, como prova de fogo para as IFPEs, que deverão enfrentar as ONGs globais, como no projeto Baku-Tbilisi-Ceyhan. O primeiro relatório de avaliação dos PE, do BANKTRACK (2004) mostrou falhas como o apoio ao plantio, beneficiamento e transporte de soja no Centro Oeste do Brasil pelo Grupo Maggi, que recebeu US\$230 milhões de um sindicato de 11 IFs. A cultura vem sendo responsabilizada pela devastação do cerrado e floresta amazônica, impactando a biodiversidade e o balanço hídrico, gerando ocupação ilegal de terras indígenas e expulsão de agricultores,entre outros problemas.

Amalric (2005) faz uma análise econômica dos PE e formula 3 hipóteses sobre seu potencial impacto e evolução(Quadro 11, a seguir):

Quadro 11 – Síntese das hipóteses sobre motivações econômicas subjacentes aos PE

	Hipótese 1	Hipótese 2	Hipótese 3
Pressuposto básico	Bancos diferem de acordo com os riscos para a reputação	Agências Multilaterais de Desenvolvimento (AMDs) como encarregadas de monitorar projetos, p/avaliar riscos socioambientais	AMDs como principais protagonistas da agenda do financiamento de investimentos
Principal risco associado	Riscos de reputação consequente às campanhas das ONGs	Risco de crédito decorrente dos riscos socioambientais dos projetos	Risco de mudança na filosofia dominante de desenvolvimento; pode reduzir demanda p/project finance
Fator determinante	ONGs lideram campanhas públicas contra os bancos comerciais	Retirada das AMDs dos Project finance sob pressão das ONGs	Críticas à efetividade do desenvolvimento em projetos de infra-estrutura de larga escala
Objetivo da iniciativa	Estabelecer bases comuns de atuação na indústria	Aumentar a lucratividade da indústria	Aumentar a lucratividade da indústria
Interesse dos bancos líderes	Bancos com alto nível de risco para a reputação defendendo suas posições	Pequeno grupo com interesse suficiente em jogo	Pequeno grupo com interesse suficiente em jogo
Razões para a participação de outros bancos	A estrutura do Project finance de fato impõe padrão a todos os tomadores		
Razões para a escolha dos Princípios	Fazer face aos ataques das ONGs	Assegurar gestão eficiente dos riscos sociais e ambientais	Tornar-se um stakeholder em debates sobre projetos em desenvolvimento
Necessidade de implementação efetiva	Sim	Sim	Não
Capacidade de assegurar livre condução na implementação	Sim, entre bancos cujo risco à reputação é elevado Baixa, para as outras IFPE.	Média. Porque não uma organização comum?	Não

Fonte: Adaptado de Amalric, 2005. p. 17.

Baseia-se no pressuposto de que as IFs que os promoveram ou adotaram o fizeram acreditando na geração de valor para elas. A hipótese 1 baseia-se na estrutura da competição entre diferentes IFs; as demais, em fatores ligados à sua rentabilidade. Propõe a reflexão sobre duas questões comuns aos mecanismos globais de auto-regulação setorial: 1) quais são os motivos subjacentes à iniciativa (os custos são facilmente identificáveis, mas quais seriam os benefícios)? 2) Quais seriam as consequências dessa auto-regulação para o bem-estar social?

Avaliando a possível contribuição para o DS, Amalric (2005) coloca duas condições: a) definição de padrões para selecionar projetos; b) assegurar sua efetiva implementação. Desconsidera a hipótese 3, incompatível com os objetivos dos PE. Assumindo como principal motivação para a adoção dos PE evitar risco socioambiental (hipótese 2), o foco estaria no risco de crédito, sem priorizar a preservação do capital natural ou social. Isto pode ser insuficiente para atender aos interesses do DS, em especial em países não desenvolvidos, onde a postura em relação a projetos impopulares é insuficiente para gerar risco de crédito.

Considerando correta a hipótese 1, as ONGs assumem papel fundamental na compatibilização dos interesses comerciais dos bancos e os objetivos do DS. Entretanto, sua ação está focada nos bancos de alto risco de reputação, tendo pouco efeito nos demais. Assim, aqueles passam a ser aliados das ONGs para disciplinar as IFs de baixo risco. A capacidade dos PE em induzir o DS permanece obscura, e vai depender dos objetivos das ONGs, nível de risco à reputação para os bancos e da força da aliança citada. Em futuras explorações desse potencial, os PE devem ser vistos não como resposta a um incentivo micro-econômico, mas um espaço aberto para redefinir a atuação dos bancos, além de envolver a interação com os *stakeholders*. O desafio é facilitar a evolução dos padrões no sentido do DS, compatibilizando interesses comerciais das IFs e preocupações socioambientais das ONGs (AMALRIC, 2005).

Amalric (2005) conclui que, seja motivado por risco à reputação (hipótese 1) ou risco de crédito associado a riscos socioambientais (hipótese 2), a iniciativa é um passo para alinhar os bancos à agenda do DS. A questão é o alcance desse passo. Se a hipótese 2 for correta, esse alcance é reduzido, já que em muitos países emergentes a gestão adequada de risco de crédito nem sempre leva ao DS. O potencial é maior se a hipótese 1 for correta, diante do papel fundamental das ONGs, que terão que trabalhar com os bancos para aprimorar os padrões dos PE e criar mecanismos de monitoramento que garantam sua implementação. Somente através dessa cooperação, os PE poderão evoluir para uma referência efetiva na promoção do DS.

Um estudo da WWF-UK e BankTrack⁶⁶ (2006a) ressalta as falhas dos PE, tanto na aplicação de políticas de sustentabilidade, quanto como ferramenta de gestão de risco, embora veja sua criação como uma evolução, afirmando que:

- a) um número crescente de IFs está desenvolvendo políticas setoriais, parte delas anteriores aos PE, gerando expectativa de políticas estruturais melhores no futuro;
- b) em geral, tais políticas estão aquém das melhores práticas/padrões internacionais, além de ficar mais no campo das “intenções”, com poucas ações reais;
- c) nota-se um movimento de aplicação das políticas para outras atividades;
- d) poucas entre as IFPE estão complementando as políticas da IFC – consideradas cheias de falhas – com padrões e melhores práticas internacionais;
- e) não foi possível avaliar nem comparar as IFPEs, devido à falta de informações e de transparência, o que refletiu negativamente na credibilidade os bancos.

Os achados da presente pesquisa corroboram as idéias expostas acima, exceto quanto à adoção de melhores práticas internacionais, que não foi possível avaliar com profundidade.

A WWF-UK e BankTrack (2006b) propõe que as IFs, além de assegurar a implantação de sistemas de gestão de risco socioambiental, adotem outros mais abrangentes (Quadro 12):

Quadro 12 –Elementos de gestão socioambiental dos bancos – proposta WWF-BankTrack

Levantamento inicial das exposições, impactos e riscos socioambientais mais relevantes
Política socioambiental que estabeleça a abordagem do banco
Planos de ação anual
Estrutura organizacional e de pessoal envolvida (funcionários, supervisão, remuneração e treinamento)
Procedimentos e padrões socioambientais para transações que incluam transparência nos negócios, consulta ao público externo e <i>compliance</i>
Documentação, incluindo a necessária para facilitar as auditorias de implementação
Informação e treinamento interno
Emissão de relatório externo, verificação e consulta aos <i>stakeholders</i>
Monitoramento do sistema de gestão e ação corretiva
Revisão e melhoria da gestão, com <i>feedback</i> e informação sobre os planos de ação anual.

Fonte: WWF-UK e BankTrack, 2006a.

O Relatório sugere o compartilhamento de práticas de relato, divulgação de informações e tratamento de reclamações, especialmente para as IFPEs. Destaca que os

66 No Fórum Econômico Mundial de Davos (Jan/2006), o WWF-UK e BankTrack (2006a) lançaram o relatório “*Shaping the Future of Sustainable Finance: Moving the Banking Sector from Promises to Performance*”. São avaliadas políticas ambientais e sociais de 39 IFs – a maioria IFPEs – a partir de documentos públicos e questionários (posição: Set/2005). Compara tais políticas, em especial em relação a padrões, referências e melhores práticas internacionais, para 13 áreas: direitos humanos; direitos do trabalho; populações indígenas; clima e energia; hidrelétricas; biodiversidade; florestas; indústria pesqueira; indústria extrativista; agricultura sustentável; químico e petroquímico; transparência e; sistema de gestão socioambiental.

bancos comprometidos com finanças sustentáveis devem exercer papel de liderança, congregando os demais e criando acordos que induzam à sustentabilidade no sistema, especialmente para bancos de países sob forte crescimento, como China e outros. Recomenda que as IFs não usem influência política para inibir leis e regulações voltadas para o DS. Conclui que a introdução de sistemas abrangentes de gestão de riscos socioambientais está em fase embrionária e que a falta de transparência não permite afirmar se os bancos tomaram realmente o rumo da sustentabilidade ou apenas “refinaram as antigas ferramentas desacreditadas de *greenwash*⁶⁷”(WWF-BANKTRACK, 2006b).

O Relatório do WWF-UK e Banktrack (2006b) analisa os PE afirmando que, embora vários bancos já tenham adotado políticas sociais e ambientais, constituem o primeiro passo significativo para o desenvolvimento de um conjunto comum de padrões da espécie. Ressalta que sua efetividade é limitada por falhas, tanto em sua função de política integrada de resposta ao ambiente e preocupações sociais, quanto como ferramenta para gestão dos riscos pelas IFs. Aponta falhas como: não abordar temas como mudanças climáticas e direitos humanos, ter caráter vago e “aspiracionail”, não refletir melhores práticas/padrões internacionais e, principalmente, não requerer transparência ou mecanismos de monitoramento da implementação/garantia de conformidade.

A falta de transparência e de mecanismos de acompanhamento tem feito com que a real implementação dos PE permaneça obscura para observadores externos. Não está claro como têm influenciado as decisões financeiras, definido os portfólios dos signatários ou sido interpretados e aplicados nos projetos e sua adoção não tem evitado que as IFPEs financiem projetos de alto risco socioambiental. Como resultado, observadores como o BankTrack e analistas líderes do setor privado concluíram que são uma resposta insuficiente para o desafio representado pelas finanças sustentáveis, não podendo ser incluídos entre as melhores práticas (WWF-UK e BANKTRACK, 2006b). A presente pesquisa corrobora estas idéias, quanto à transparência e aos mecanismos de acompanhamento, já que, em geral, os bancos pesquisados não atendem a essas necessidades. Quanto a ser incluído entre as melhores práticas, entendemos que trata-se de um processo ainda numa fase inicial e que sua evolução nesse sentido dependerá das mudanças adotadas como resultado do diálogo entre seus *stakeholders*.

Alguns bancos globais adotam políticas restritas em áreas relevantes, e começaram a aplicá-las além dos estreitos limites dos *Project finance*. Embora alguns aspectos dessas

67 (“maquiagem verde”, como estratégia de marketing)

políticas, assim como parte dos Padrões de Performance da IFC, signifiquem melhorias em relação aos PE, a maioria está aquém de padrões internacionais e melhores práticas das indústrias e não equaciona a falta de transparência e baixa efetividade de implementação. Apesar dos PE, ainda é necessária pressão por políticas consistentes com tais padrões e práticas, aplicadas de forma transparente e efetiva. Apenas assim o setor bancário pode vivilizar a jornada em direção à sustentabilidade (WWF-UK e BANKTRACK, 2006ab). O Relatório constatou que:

- Só dois bancos tinham políticas compatíveis com melhores práticas internacionais;
- nenhum banco tem política para pesca e agricultura;
- somente um tem política para: barragens, indústria extrativa e química;
- somente 20% dos bancos têm política para direitos humanos;
- acima de 50% deles situaram-se na mais baixa categoria do *ranking*;
- após quase três anos de PE, as ONGs querem evidências e não apenas palavras;
- muitos bancos deverão rever sua posição a partir do *ranking* de melhores políticas.

Segundo representante da FoE, as IFPEs tiveram performance inferior à média do ranking devido à fragilidades em algumas áreas e o fato de bancos não signatários adotarem políticas socioambientais superiores. Como a informação pública disponível é limitada, o relatório estabelece *bench mark*⁶⁸ sobre a qualidade dos padrões financeiros, sem avaliar sua implementação ou efeitos. Entretanto, boas políticas apenas no papel nada resolvem, se não alteram positivamente a vida das pessoas. Um exemplo é o ABN Amro Bank, um dos melhor classificados, mas que está envolvido no projeto Sakhalin II, junto com o Crédit Suisse, com baixa classificação. (WWF-UK e BANKTRACK, 2006b).

O presente trabalho não visou avaliar em profundidade a qualidade das políticas de cada banco, até pela dificuldade na obtenção de informações. Entretanto, percebe-se a necessidade de fazê-lo e também de assegurar a real implementação dessas políticas.

⁶⁸ Termo em inglês que significa “ponto de referência” ou “unidade padrão”, visando estabelecer comparação entre produtos, serviços, etc (SANDRONI, 1999).

CAPÍTULO 5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os Princípios do Equador vêm motivando intensos debates e monitoramento constante por parte de partes interessadas como bancos, ONGs, mercado financeiro, mídia global e outros. Essas partes interessadas, conquanto tenham críticas à sua concepção e implementação, ressaltam o valor da iniciativa, que já é reconhecida como ferramenta para a gestão socioambiental das instituições financeiras.

Em nível global, sua criação foi motivada pela pressão das ONGs sobre as IFMs e as corporações financeiras, visando a adoção de critérios socioambientais no financiamento de grandes empreendimentos. A necessidade de uniformidade desses critérios, nas operações sindicalizadas, motivou a adesão dos bancos, num movimento que evoluiu rapidamente para 39 signatários (Maio/2006), responsáveis por mais de 80% das operações de *Project finance*.

No Brasil, o contexto para implantação dos PE envolve o mercado crescente de *Project finance*, que implica em riscos socioambientais, de crédito e de imagem. A presença de bancos estrangeiros, alguns signatários pioneiros, motivou a introdução de políticas e práticas socioambientais inovadoras, aumentando a competição. IFs do mercado brasileiro vinham promovendo iniciativas semelhantes, algumas devido a negócios com a IFC. Assim, o ambiente negocial, onde já se identifica alguma cultura de sustentabilidade, facilitou a introdução dos PE. A necessidade de tomada de posição dos bancos em relação às exigências do mercado e da sociedade quanto a uma atuação mais responsável foi outro fator relevante.

O risco de crédito e imagem e reputação não tiveram a mesma ênfase observada em nível global, o que pode ser explicado pelos achados de Tosini (2005), em relação ao pouco desenvolvimento da gestão do risco ambiental do crédito.

Embora o País seja monitorado pelas ONGs e mídia global, devido à magnitude de seus recursos naturais, a pressão da sociedade brasileira é insuficiente para gerar risco significativo de imagem, como ocorre em países desenvolvidos, tornando secundário, segundo nosso entendimento, esse indutor de adesão. A legislação ambiental brasileira é um importante motivador, já que somente pelo fato de cumpri-la, bancos e clientes já estariam atendendo parte significativa dos requisitos dos PE e, em última análise, antecipando-se à exigência efetiva de seu cumprimento pelos órgãos ambientais. A competição foi outro fator de adesão; induzindo a maioria dos participantes do mercado de *Project finance* a serem signatários, sendo quatro de capital nacional, posição arrojada em relação aos países emergentes.⁶⁹

A pesquisa mostrou que algumas IFs trazem inovações, focando a criação de oportunidades de negócios e difusão de práticas socioambientais. Entretanto, com relação ao crédito, corroboramos a posição de Monahan (2005) sobre a dicotomia entre a visão da sociedade civil organizada e a dos bancos. As ONGs entendem que os PE devem contemplar apenas projetos ambientalmente amigáveis, enquanto para a maioria dos bancos trata-se de gerir riscos sociais, ambientais e de reputação e evitar litígios dispendiosos que possam prejudicar o negócio, independente do projeto. Para as IFs que pesquisamos, os fatores-chave para a adesão aos PE têm como foco os negócios e o desempenho econômico-financeiro.

Por outro lado, as IFPEs não estão presas ao mínimo de US\$ 50 milhões, tanto em nível global quanto local, o que tende a ampliar a abrangência dos PE. Entretanto, se o foco for apenas o risco, seu efeito poderá restringir-se a um *check list*, onde quem demanda cumpre as exigências de quem possui os recursos e este assegura o retorno do crédito. Para Amalric (2005), maior capacidade de transformação dos PE pressupõe visão inovadora sobre a ferramenta e dependerá de acompanhamento, diálogo e parceria entre *stakeholders*.

Além de utilizá-los, ainda que de forma adaptada, para outros tipos e valores de operações, algumas IFs atuantes no Brasil adotam práticas que extrapolam os PE. Entretanto, a afirmação de algumas delas de que aplicam-nos integralmente nessas situações deve ser vista com cautela. Os bancos estão fortalecendo políticas e desenvolvendo ferramentas e métodos de análise e acompanhamento, gerando conhecimento e criando nova cultura interna. Entretanto, a maioria ainda não está preparada para responder a um aumento expressivo de operações enquadráveis. Ademais, a qualidade e transparência das informações são

⁶⁹ Entre eles, apenas a África do Sul conta com banco signatário (Nedbank Group, adesão em Nov./2005) (EQUATOR PRINCIPLES [?])

insuficientes para checar tal afirmação. A eventual redução para US\$10 milhões, prevista na revisão dos PE, não garante expansão do número de operações, pois os *Project finance* tendem a superar US\$100 milhões; a inclusão de *Corporate finance* seria mais efetiva nesse sentido.

As IFPEs pesquisadas citaram vários ganhos pela adesão, em especial melhoria da imagem/reputação e redução do risco de crédito, com maior segurança na condução das operações e no retorno dos capitais. Embora ainda de difícil mensuração, a melhoria do *portfolio* de clientes em função da adoção de boas práticas socioambientais começa a se sedimentar como consequência positiva, agregando visibilidade para essas IFs no mercado.

Os PE estão entre os principais fatores para o impulso tomado nos últimos anos pela introdução da variável ambiental no crédito no Brasil e, segundo Tosini (2005), têm potencial para promover a melhoria da gestão do risco ambiental entre os bancos. São, ainda, uma prova da institucionalização da RSE no setor financeiro brasileiro (VENTURA, 2005), contribuindo para a melhoria da gestão socioambiental do crédito. Embora as IFs pesquisadas situem os PE entre as mais importantes ferramentas para a indução de boas práticas de gestão junto aos clientes, não foi possível mensurar isso, devido ao pouco tempo decorrido de sua implantação e ainda devido à pouca transparência e à escassez de informações.

Os fatores que mais facilitam a implantação dos PE no Brasil são: pressão das ONGS, competição entre bancos gerada pela adesão aos Princípios, conscientização do investidor, competitividade do mercado externo e a legislação brasileira rigorosa. À pressão da sociedade e do mercado por uma postura mais responsável das IFs foi atribuído menor grau de relevância pelos respondentes do questionário.

Os principais fatores limitantes da implementação dos PE no Brasil foram os custos para bancos e empresas, as restrições dos Guidelines do BM⁷⁰ e as dificuldades ligadas aos órgãos ambientais nos processos de licenciamento. Também pesaram a dificuldade de disseminar e aplicar os procedimentos junto aos clientes, a falta de conhecimento sobre legislação ambiental e a pouca valorização, pela sociedade, dos esforços das IFPEs. A co-responsabilidade legal decorrente da aplicação dos PEs não parece ser empecilho para adoção, o que pode ser devido às especificidades da legislação brasileira (responsabilidade objetiva).

70 Uma possível explicação para a incongruência ligada à legislação ambiental brasileira versus os Guidelines do BM (citados tanto como facilitador quanto dificultador da implementação), é que os bancos também ainda não têm domínio total de ambos, o que é compreensível em virtude da complexidade de ambos e do estágio em que se encontra a implementação dos PE

Os PE não incluem metodologias ou sistemas padronizados para implantação, o que dificulta o processo e leva à dispersão de esforços e disparidade de informações. Esta pesquisa identificou indicativos de coerência e integração entre o nível de implantação e as demais políticas e práticas socioambientais da IF. Alguns bancos apresentam práticas consistentes e coerentes com suas políticas, em questões como treinamento, condução do crédito, transparência e relato, denotando maior internalização da ferramenta; outros adotam medidas isoladas, indicando baixo nível de implementação. Políticas consistentes e boas práticas transmitem comprometimento real com os PE nos vários níveis da organização.

As informações escassas e genéricas dificultam a avaliação da condução interna do assunto pelas IFs e não permite detectar metodologias, sistemas e rotinas para acompanhar as operações e avaliar os resultados nas comunidades. Existem tendências de colaboração entre bancos na criação desses instrumentos, com iniciativas em andamento no Brasil. A falta de transparência vem sendo citada pelos *stakeholders* como um dos grandes óbices ao êxito dos PE. Além do mais, informação consistente e fidedigna é insumo básico para o mercado financeiro (SCHMIDHEINY e ZORRAQUÍN, 1996). Os públicos priorizados pelas IFs foram: empregados, clientes e ONGs/ sociedade civil, os mais diretamente interessados ou afetados pelo assunto. É necessário contemplar investidores, órgãos governamentais, comunidades e outros *stakeholders*, além de melhorar a qualidade da informação. Apenas alguns bancos de capital estrangeiro lidam de forma adequada com a informação, porém muitos deles não têm tido a mesma preocupação em relação às suas operações no Brasil.

O fornecimento de informações pelas IFs que atuam no Brasil ainda é incipiente; estas são escassas, genéricas, superficiais e pouco abrangentes. Ao não autorizarem a divulgação individualizada dos dados da pesquisa (com exceção do ABN Amro Real), reforçam a pouca disposição em assegurar transparência ao processo de implementação. A inexistência de método padronizado de mensuração e relato e mecanismos de auditoria e *compliance* nos PE contribui para isso. Assim, os *stakeholders* ficam sem condições para conhecer a ferramenta e monitorar sua implementação.

A fase atual, que pode ser considerada um primeiro estágio da implantação dos PE, tem se caracterizado pelo diálogo entre *stakeholders* – especialmente bancos, clientes, IFMs e ONGs – visando aperfeiçoar a ferramenta e assegurar sua eficácia. Este é o momento, portanto, de se buscar uma boa gestão do processo, garantindo que ela traga melhorias efetivas para bancos, clientes e populações afetadas pelos projetos.

No Brasil, além dos aspectos já apontados, a pressão do mercado e da sociedade civil e a capacitação gerada pela implementação dos PE contribuem para a superação da mera aplicação dos requisitos dos PE em grandes projetos, gerando um movimento de expansão para outras operações e atividades. Entretanto, o aumento expressivo de adesões dependerá de mudanças nos critérios de enquadramento dos projetos, já que a maioria dos participantes do mercado de *Project finance* é signatária, e também da evolução desse mercado no Brasil.

Os principais achados da pesquisa em relação ao processo de construção dos PE são:

- os efeitos dos PE poderão ficar restritos a um pequeno número de operações, caso sua aplicação seja feita de forma estrita, especialmente quanto ao valor mínimo;
- é necessária a padronização e a cooperação na criação de práticas, metodologias e ferramentas para a análise, implantação, avaliação e monitoramento dos projetos;
- deve-se buscar conhecer como cada banco está implantando a ferramenta e qual a influência dos Princípios na gestão socioambiental das empresas clientes;
- existe grande potencial a ser explorado para indução de práticas sustentáveis em outras operações e negócios dos bancos signatários, a partir desta ferramenta;
- é preciso assegurar que os *stakeholders* avaliem e monitorem os projetos quanto à conformidade com os PE e à melhoria da qualidade de vida das populações afetadas;
- deve ser garantido o cumprimento efetivo da legislação e a qualidade e tempestividade nos trâmites necessários para que isto ocorra, envolvendo diálogo entre bancos, empresas, profissionais de direito e órgãos ambientais, entre outros;
- as perspectivas de crescimento para o mercado de *Project finance* e de PPPs constituem uma boa oportunidade de ampliação da influência positiva dos PE;
- é fundamental a cooperação entre bancos e o envolvimento de *stakeholders* na criação e implementação de padrões de relato.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMI, Humberto. **A responsabilidade ambiental dos bancos** (mensagem pessoal via e-mail). Artigo anexado à mensagem recebida de HACON, Sandra, para Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br) em 21 mar. 2004.
- ALIER, Joan Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Trad. Armando de M. Lisboa. Blumenau: Ed. da FURB, 1988. 401 p.
- ALLEDI, Cid. **Ética, transparência e responsabilidade social corporativa**. Niterói: 2002. 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) Centro Tecnológico, Universidade Federal Fluminense.
- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- AMALRIC, Franck. **The Equator Principles: a step towards sustainability?** CCRS Working Paper Series. Zurich, Working Paper n. 01/05, jan. 2005. Disponível em: <http://www.ccrs.unizh.ch/publications/workingpapers/WP01-FA_0502.pdf> Acesso em: 20 abr. 2006.
- ANBID - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO. **Ranking ANBID de financiamento de projetos 2005**. [2006]. Disponível em: <www.anbid.com.br> Acesso em: 30 abr. 2006.
- ANDIMA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO. **Relatório Econômico – o novo perfil do sistema financeiro**. Rio de Janeiro: ANDIMA, 2001. 104 p.
- _____. **Relatório Econômico – Brasil para investidores estrangeiros**. 4. ed., Rio de Janeiro: ANDIMA, 2002. p. 30 e 35. Disponível em: <<http://www.andima.com.br/publicacoes/relatorios-economicos.asp>> Acesso em: 28 abr. 2006.
- BANCO ABN Amro REAL. **Homepage**. Disponível em: <www.bancoreal.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2005.
- _____. **Valores humanos e econômicos, juntos**. 2002/2003. São Paulo: Trip e Takano, [?].
- _____. **Valores humanos e econômicos, juntos**. 2003/2004. São Paulo: Report-Relatórios Sociais, 2005.
- BANCO BRADESCO. **Homepage**. Disponível em <<http://bradesco.com.br>> Acesso em: 26 jun. 2005.
- BANCO DO BRASIL. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2005.
- _____. **Relatório Anual 2004**. [2005]. Informação Disponível em: <www.bb.com.br> Acesso em: 21 fev. 2006.
- BANCO HSBC. 2005. **Homepage**. Disponível em: <www.hsbc.com.br> Acesso em: 26 jun. 2005.
- _____. 2006a. Disponível em: <<http://www.hsbc.com.br/sobre-hsbc/responsabilidade-social/linhas-acao.shtml>> Acesso em: 24 maio 2006)
- BANCO ITAÚ. **Balanco Social 2004**. 2005a. Informação disponível em: <www13.itaui.com.br/novori/port/download/rao/bs311204.pdf> Acesso em: 26 jun. 2005.
- _____. **Balanco Social 2005**. 2006. Informação disponível em: <<http://www13.itaui.com.br/novori/port/download/rao/bs311205.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2006.
- _____. **Homepage**. Disponível em <<http://www.itaui.com.br>> Acesso em: 26 jun. 2005.

- _____. **Questionário: O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?** 2006a (Mensagem pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 10 fev. 2006. Recebido por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- _____. **Reunião APIMEC-DF.** Apresentação. Alfredo Setúbal. 29 mar. 2006b. Disponível em: <www13.itau.com.br> Acesso em: 30 mai. 2006b.
- BANCO MUNDIAL. **FAQ – Perguntas Frequentes sobre o Banco Mundial.** 2006b <http://www.bancomundial.org.br/index.php?action=/content/view_folder&cod_object=2436> Acesso em: 20 mai. 2006.
- _____. **Sobre o Banco Mundial.** 2006a. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br/index.php/content/view/6.html>> Acesso em: 30 abr. 2006)
- BANCO UNIBANCO. **Homepage.** Disponível em <<http://unibanco.com.br>> Acesso em: 26 jun. 2005.
- _____. **Questionário Princípios do Equador.** (Comunicação pessoal via e-mail) Compõe a mensagem recebida em 19 jul. 2005b do setor “Relações com Investidores”, por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- _____. **Relatório Anual 2004.** São Paulo: 2005a. Disponível em: <<http://www.ri.unibanco.com.br/por/inf/anu/index.asp>> Acesso em: 26 mai. 2006.
- BANKTRACK. **Equator Principles II: NGO comments on the proposed revision of the Equator Principles.** April 26 2006a. Disponível em: <<http://www.banktrack.org/doc/File/Our%20Publications/BankTrack%20publications/060428%20EPII%20NGO%20position%20paper%20finale.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2006.
- _____. **History.** 2006b. Disponível em: <<http://www.banktrack.org/?show=32&visitor=1>> Acesso em: 2 mai. 2006.
- _____. **Principles, Profit or Just PR? Triple P investments under the Equator Principles – An Anniversary Assessment.** Amsterdam, The Netherlands: BankTrack, jun. 2004. p. 20-21. Disponível em: <<http://www.banktrack.org/doc/File/Our%20Publications/BankTrack%20publications/040604%20Principles,%20Profits%20or%20just%20PR.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2006.
- _____. **Unproven Principles: the Equator Principles at year two.** Amsterdam, The Netherlands: BankTrack, jun. 2005. Disponível em: <www.banktrack.org> Acesso em: 3 jul. 2005.
- BARBACHAN, José Santiago Fajardo; FONSECA, José Maciel da. **Concentração Bancária Brasileira: uma análise microeconômica.** São Paulo: IBMEC, 2004. Financelab working paper. Disponível em: <www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=2796>. Acesso em: 20 mai. 2006.
- BB NOTÍCIAS. **BB Adopts Equator Principles.** 2005. Disponível em: <www.equator-principles.com> Acesso em: 11 mar. 2005.
- BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. 50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional. Data-base: dez. 2005. 2006a. Disponível em: <www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502005120P.asp> Acesso em: 20 mai. 2006
- _____. Departamento de Cadastro e Informações do Sistema Financeiro. IFs em funcionamento no Brasil. Posição: 31/03/2000. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/documentos/pt/ef/if-br-sintetico.xls> Acesso em 17 jan. 2006.
- _____. **Relatório de Estabilidade Financeira.** Brasília: Banco Central, v. 4, n. 2, nov. 2005. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Acesso em: 30 abr. 2006.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - Ouvidoria. Comunicação pessoal, via e-mail. de 12 Jun. 2006. Recebida por: Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).

_____. Histórico. 2006. Disponível em: Fonte: <http://www.bndes.gov.br/empresa/ambiente/historico.asp> Acesso em: 24 mai. 2006.

BONOMI, Cláudio A; MALVESSI, Oscar. **Project Finance no Brasil: fundamentos e estudo de casos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORGES, Luiz. **Os Riscos nas Operações em Infra-estrutura: Foco na visão de credor de risco de crédito, que assume riscos de seus financiados**. Palestra.[?] Disponível em: http://www.aefinanceiro.com.br/eventos/infra/integras/luizborges_bndes.pdf Acesso em: 28 out. 2005.

CAPPELLIN, Paola, GIULIANI, Gian Mario. *The Political Economy of Corporate Social and Environmental Responsibility in Brazil*. Rio de Janeiro: UNRISD - United Nations Research Institute for Social Development e UFRJ/PPGSA - Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia), 2002. 87 p.

CARROLL, Archie & BUCHHOLTZ, Ann. *Business & Society: ethics and stakeholder management*. Cincinnati: South-Western College Publishing, 2000.

CARVALHO, Patrícia Bombonato de. Comunicação pessoal via e-mail. Recebida por vaniamarqs@yahoo.com.br em 3 fev. 2006.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Y. **Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 7ª reimpressão, p. 154-155.

CAVALCANTI, Renata. BANCO JP Morgan Chase. (Mensagem pessoal, via e-mail). Recebida por vaniamarqs@yahoo.com.br em 3 fev. 2006.

CEBDS - CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.cebds.org.br/cebds/cebds-associados.asp> Acesso em: 1 jun. 2006.

CHAN-FISHEL, Michelle and FRIENDS OF THE EARTH. *Project Finance Trends: key players, regions, and sectors*. United States: 2003. Disponível em: <http://www.banktrack.org/doc/File/Our%20Publications/BankTrack%20publications/031001%20Project%20Finance%20Trends;%20key%20players,%20regions%20and%20sectors.PDF> Acesso em: 3 jul. 2005.

CINTRA, Marcos. **Juros, culpa de quem?** Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV, v. 59, n. 6, p. 12, jun. 2005.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. 430 p. Trad. de: *Our common future*.

CNUMAD - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1992. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Informação disponível em: <http://www.ibot.sp.gov.br/legislacao/Wrio.doc> Acesso em: 1 fev. 2005.

CONJUNTURA ECONÔMICA. **Mais crédito e menor rentabilidade**. Rio de Janeiro. v 59, n. 6, jun. 2005a. p. 30-33.

COSTA, Carlos Aníbal Nogueira; ARRUDA, Carlos Alberto (Org.). **Em busca do futuro: a competitividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 390 p.

ECO-FINANÇAS, 2006b. Disponível em: <http://ef.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=193421> Acesso em 28 abr. 2006.

- _____. 2006a. **Instituições financeiras ampliam escopo dos Princípios do Equador**. São Paulo: 9 mar. 2006. Disponível em: <http://ef.amazonia.org.br/noticias_ep/noticia.cfm?id=201070> Acesso em 28 abr. 2006.
- _____. **Banco discute formalmente suas informações públicas**. 17 abr. 2006c. Disponível em: <http://ef.amazonia.org.br/noticias_ep/noticia.cfm?id=205345> Acesso em: 28 de Abr. 2006
- ELKINGTON, John. **Canibais com Garfo e Faca**. Tradução: Patrícia Martins Ramalho. Rev. Técnica: Leonel Sá Maia. São Paulo: Makron Books, 2001. 444 p.
- ENVIRONMENTAL FINANCE. *Equator Banks could face legal liability?* [?] Informação disponível em- <<http://www.environmental-finance.com>> Acesso em: 11 mar. 2005.
- EQUATOR PRINCIPLES. [?] **Homepage**. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com>> Acesso em: 6 mai. 2005; 13 jun. 2005; 17 jan. 2006.
- _____. **THE EQUATOR PRINCIPLES**. 2003. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/principles.shtml>> Acesso em: 1 mai. 2005.
- _____. 2006a. *EP Final Draft - March 2006 - The "Equator Principles" - A financial industry benchmark for determining, assessing and managing environmental & social risk in project financing*. Disponível em: <www.equator-principles.com> Acesso em: 29 abr. 2006.
- _____. *Equator Principles Financial Institutions (EPFIs) Conduct Review of Equator Principles*. [2006]. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/index.html>> Acesso em: 29 abr. 2006.
- EQUIKUMOTO, Edson. BTMU – Banco de Tóquio. Comunicação Pessoal em 9 fev. 2006. A Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Balanco social dos bancos 2002**. São Paulo: [2004]. Disponível em: <www.febraban.org.br>. Acesso em: 28 jun. 2006.
- _____. **Balanco social dos bancos 2004**. São Paulo: 2006b. Disponível em: <www.febraban.org.br>. Acesso em: 30 abr. 2006.
- _____. **Website**. Disponível em: <www.febraban.org.br>. Acesso em: 6 mai. 2005; 14 jun. 2005 e 28 jun. 2006a.
- FIESP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Pesquisa: Responsabilidade Social das Indústrias do Estado de São Paulo**. 2003. Disponível em: <www.fiesp.com.br> Acesso em: 5 nov. 2006.
- FIGUEIREDO, Isabella Lira. **Comunicação como Instrumento de Gestão Ambiental: a participação social nos processos de licenciamento e implantação de empreendimentos do Setor Elétrico**. Niterói, 2002. 146 p. (Mestrado em Ciência Ambiental) Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 16 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 848 p.
- FREITAS, André Giacini de. **Questionário: O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?** Banco Rabobank International Brasil S.A. (Mensagem pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 19.1.2006, recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 221 p.
- GOMES, Álvaro (Org.). **O trabalho no século XXI – considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. 304 p.
- GRANT-SUTTIE, Francis A. *Opening Remarks: Pannel Section 10 # Go or No Go?* [?]. Disponível em: <<http://www.spe.org/specma/binary/files/104107802%20HSE%20Panel%2010%20-%20Francis%20Grant-Suttie%20-%20Opening%20Remarks.pdf>> Acesso em: 30 Abr. 2006.

GREENFIELD, Zev. *The Equator Principles: A New Industry Framework for Environmental and Social Standards in global Project finance Lending. An example of how Citigroup addresses CSR*, [...]. New York: 2005. Artigo (MBA-2005) Columbia Business School. *Corporate Social Responsibility Paper Awards*. Disponível em: <<http://www2.gsb.columbia.edu/socialenterprise/downloads/EquatorPrinciplesZevGreenfield.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2006.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Homepage**. Disponível em: <www.globalreporting.org> Acesso em: 15 jun. 2005.

GUMY, Ana P – Banco HSBC. **Questionário Princípios do Equador**. Banco HSBC. (Comunicação pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 4 jul. 2005, recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).

_____. Comunicação Pessoal a vaniamarqs@yahoo.com.br em 4 jul. 2005

_____. **O Grupo HSBC é signatário dos princípios do Equador**. Anexo à Comunicação pessoal recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br), em 04 jul. 2005.

HOLLANDA, Diogo de. **Aposta no Crédito e no Crescimento**. Conjuntura Econômica. São Paulo: FGV, v. 59, n. 6, p. 49, jun., 2005.

IEDI - INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Crédito e Juros no Primeiro Semestre de 2004**. Carta IEDI n. 116. IEDI: São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=602&sid=20>> Acesso em: 08 mai. 2006.

IFC - INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. 2006a. **Website**. <<http://www.ifc.org>> Acesso em 20 mai. 2006.

_____. 2006b. **IFC Policy Review..** Disponível em: <<http://www.ifc.org/ifcext/policyreview.nsf/Content/Home>> Acesso em: 29 abr. 2006.

_____. 2006c. **IFC Adopts New Environmental and Social Standards**. 21/2/2006. Disponível em: <<http://www.ifc.org/ifcext/pressroom/ifcpressroom.nsf/PressRelease?openform&52EFAA32056BEF828525711C0078AD94>> Acesso em: 28 abr. 2006.

_____. [2006]. **IFC-2005 Annual Report**. Disponível em: <http://www.ifc.org/annualreports/ar2005/pdfs/english/IFC_AR05_Vol2.pdf> Acesso em: 20 mai. 2006.

_____. **Sustainable Finance in Brazil**. Market Intelligence Brief. May 2004. Issue n. 3. 6 p.

IIB - INSTITUTE OF INTERNATIONAL BANKERS. **Global Survey 2005** Regulatory and Market Developments Banking - Securities – Insurance Covering 38 Countries and the EU. September 2005 Disponível em: <<http://www.iib.org/GS2005.pdf>> acesso em: 30 abr. 2006.

ING GROUP. **2005 ING Group Corporate Responsibility Report**. 2006. Disponível em: <http://www.ing.com/group/showdoc.jsp?docid=075241_EN&menopt=ins%7Cres> Acesso em: 30 abr. 2006.

INSTITUTO AKATU. **Itaú busca aprimorar práticas sociais**. 2005. Disponível em: <www.akatu.org.br> Acesso em: 9 out. 2005.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. 2006a. Empresas Associadas. 2006a Disponível em: <www.ethos.org.br/> Acesso em: 1 jun. 2006.

_____. 2006b. **Website**. Disponível em: <www.ethos.org.br/> Acesso em: 1 jun. 2006.

_____. 2006c. **Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social 2006** – Guia do Participante. São Paulo: 19-22 jun. 2006.

INWENT-Internationale Werterbildung und Entwicklung gmbH e INCAE. **Ecobanking** – opciones para una banca sostenible. Demetrio Polo-Cheva, Edgar Rojas: Berlín, 2004.

- ISO - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Homepage.** Disponível em: <www.iso.org> acesso em: 22 abr. 2005.
- _____. **Homepage.** <www.iso.org> acesso em: 22 abr. 2005.
- JORNAL VALOR ECONÔMICO. **BB vai avaliar impacto social e ambiental de empréstimos.** Brasília:2005. <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=187478>> Acesso em 11 abr. 2006
- JULIANI, Denise. **Bancos discutem revisão com ONGs.** Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados, São Paulo, p. 1. 18 abr. 2006. Disponível em: <http://ef.amazonia.org.br/noticias_ep/noticia.cfm?id=205529> Acesso em: 18 abr. 2006.
- LAZARUS, Suellen; IFC. **Banking on the Future: the Equator Principles and the project finance market.** 2004. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/documents/SyndLend-IFC02.pdf>> Acesso em: 28 out. 2005.
- LEIPZIGER, Deborah. **The Corporate Responsibility Code Book.** Sheffield,UK: Greenleaf Publishing, 2003. 512 p.
- LEROY, Jean-Pierre et al. **Tudo ao Mesmo Tempo Agora: Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARQUES, Vânia de Lourdes. **Sustentabilidade Empresarial no Sistema Financeiro Brasileiro.** Niterói: 2004. 84 p. Monografia (Especialização – Gestão de Negócios Sustentáveis) Universidade Federal Fluminense.
- MARTINI JÚNIOR, Luiz Carlos de; GUSMÃO, Antônio Carlos Freitas de. **Gestão Ambiental na Indústria.** Rio de Janeiro: Destaque, 2003. 212 p.
- MAY, Peter H. O setor financeiro privado internacional e o meio ambiente: o caso do Brasil. In: Cavalcanti, Clóvis (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** 3 ed., São Paulo: Cortez: Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 2001. p. 299-313.
- MEIRELLES, Henrique de Campos. 2006-Consolidação dos Avanços Macroeconômicos.. Fev. 2006 – Banco Central do Brasil – Disponível em: <www.amchamrio.com.br/download/down/2006/henrique_meirelles_03_02_seminario.ppt> Acesso em: 08 mai. 2006.
- MENDES, Soraia. Comunicação pessoal via e-mail. Recebida por vaniamarqs@yahoo.com.br em 16 fev. 2006.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. 2005. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ppp/conteudo/noticias/noticias2005/planejamento_concentra.htm> Acesso em: 31 out. 2005.
- MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Instrumentos econômicos para uma nova política ambiental no Brasil.** Brasília: MMA/Diretoria de Economia e Meio Ambiente, 2005. 26 p.
- MONAHAN, Jane. **Principles in Question.** The Banker, p. 60, 7 march, 2005. Disponível em: <http://www.equator-principles.com/documents/Principles_in_question.pdf> Acesso em: 23 abr. 2006.
- MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa e CASTRO, Marcial Pequeno Saboya de. **Project Finance para a Indústria: estruturação de financiamento.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, p. 107-124, dez.. 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1404.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2006.
- MONZONI, Mário. Inclusão dos Princípios do Equador no ISE-BOVESPA. São Paulo, 21 jun. 2006. Entrevista concedida a Vânia de Lourdes Marques.
- MOREIRA, Hélio Cabral. **Principais fundamentos e informações do Curso de Project Finance - HEC - Hautes Études Commerciales - Paris e Fundação Dom Cabral –MG.** Palestra ministrada para os

- alunos do Curso de Avaliação de Empresas e Projetos da EPGE/FGV-RIO, 1999. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/especial/projectf.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2006.
- NAKAMURA, Roberto. **Questionário Princípios do Equador**. Unibanco. (Comunicação pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 2 mar. 2006, recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Análise da situação da gestão ambiental nas indústrias do estado do Rio de Janeiro**. RAP, Rio de Janeiro. 38(2):261-86, Mar./Abr. 2004 Artigo recebido em ago. 2003 e aceito em jan. 2004.
- PINTO, Wagner de Siqueira e RIEDE, Antônio Sérgio. **Questionário Princípios do Equador-Banco do Brasil**. (Mensagem pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 5 jul. 2005, recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- PINTO, Wagner de Siqueira. **Questionário: O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?** Banco do Brasil S.A. (Mensagem pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 1 fev. 2006, recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- POLATO, Fernando. **Questionário Princípios do Equador**. ING Bank N.V. (Mensagem pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 2 fev. 2006, recebida, por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br).
- PORTAL EXAME. Disponível em: <<http://fwa.abril.com.br/AcessoConteudo/buscaconteudo.servlet?codAcesso=48397&senha=84205BC337F52DDA4F291BC54FCFCEB1.matriz2>> Acesso em: 1 set. 2005.
- RABOBANK GROUP. *Annual sustainability Report 2004*. [2005] Disponível em: <http://www.rabobank.com/Images/18-05%20ASR%202004%20internet%20def_tcm25-11559.pdf> Acesso em 30 abr. 2006.
- RABOBANK OFFICE SÃO PAULO. **Homepage**. <http://www.rabobank.com/content/offices/sao_paulo.jsp> Acesso em: 30 abr. 2006.
- REDEBRASIL - REDE BRASIL SOBRE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS. **O BNDES Visto pela Sociedade Civil**. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,775,0,0.html>> Acesso em: 22 mai. 2006.
- _____. **IFMs ampliam apoio a infraestrutura e PPPs**: Informe N°. 2 13 jun. 2005. <<http://www.rbrasil.org.br/content,0,0,511,0,0.html>> Acesso em 22 mai. 2006.
- REVISTA BB.COM.VOCÊ. Brasília: BB. Jul/Ago 2003. p. 24-27.
- RIEDE, Antônio Sergio – Responsabilidade Sócio Ambiental do Banco do Brasil – comunicação pessoal a vaniamarqs@yahoo.com.br em 4 jul. 2005.
- ROCCA, Carlos Antônio (Org.) **Soluções do Mercado de Capitais para o Crescimento Sustentado**. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro. 2004. Sumário Executivo do II Encontro Codemec – Comitê para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais, 17 e 18 set.2003. BOVESPA e BNDES.
- RONZA, Cristiane – Setor de riscos socioambientais do Banco ABN Amro Real - comunicação pessoal a vaniamarqs@yahoo.com.br em 28 jun. 2005)
- _____. **Questionário Princípios do Equador-ABN AMRO Real**. (Mensagem pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 7 jul. 2005, recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br)
- _____. **Questionário: O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?** ABN AMRO Real. (Mensagem pessoal, via e-mail). Anexo à mensagem de 10 fev. 2006, recebida por Vânia Marques (vaniamarqs@yahoo.com.br)
- SA 8000. **Homepage**. Disponível em: <www.sa-intl.org> Acesso em: 22 abr. 2005.

- SAMPAIO, Nadja. **Unibanco passa a adotar novas normas para concessão de crédito em infraestrutura**. O Globo. 1 jun. 2004 <<http://www.valoronline.com.br/>> Acesso em: 7 abr. 2005.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 2 ed. São Paulo: Círculo do Livro/Best Seller, 1999. 649 p.
- SANTOS NETO, Olegário Franco dos. **O Project Finance no Financiamento do Setor Elétrico Brasileiro**. Campinas: 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000289844>> Acesso em: 30 abr. 2006.
- SCHMIDHEINY, Stephan, com o *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*. **Mudando o Rumo** – uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fundação Geúlio Vargas. 1992. 368 p.
- SCHMIDHEINY, Stephan; ZORRAQUÍN, Federico L. *with the World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*. **Financing change: the financial community, eco-efficiency, and sustainable development**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996. 211 p.
- SOUZA, Denise Cavalcanti de. **Estudo das Ações Empreendidas pelo sistema Bancário Brasileiro, com ênfase no Banco do Brasil**. Rio de Janeiro: 2005. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Biologia & Escola Politécnica. Núcleo de Ciências Ambientais. Rio de Janeiro, 2005.
- SUSTAINABILITY. **Corporate Responsibility Standards: How to choose? Issue Brief # 17. Sustainability**. Dez. 2005. Informação disponível em: <www.sustainability.com> Acesso em: 2 fev. 2006.
- TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. **Risco Ambiental para as Instituições Financeiras Bancárias**. Campinas: 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- UNEP-FI - UNITED ENVIRONMENTAL PROGRAMME-FINANCE INITIATIVE**. 2006. Disponível em: <<http://www.unpri.org/principles/spanish.html>> Acesso em: 9 mai. 2006.
- UNIETHOS – EDUCAÇÃO PARA A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Acontece no Instituto Ethos. 12 jul.2006. Disponível em: <<http://uniethos.org.br/desktopdefault.aspx?tabid=3342&lang=pt-br&alias=Ethos&itemEvenID=1617>> Acesso em: 30 abr. 2006.
- VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. **Dinâmica de Institucionalização de Práticas Sociais: estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias**. Rio de Janeiro: 2005. p. Tese (Doutorado em Administração) Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE).
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 96 p.
- VINHA, Valéria Gonçalves da. **As Empresas e o Desenvolvimento Sustentável** – da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria Gonçalves da (Org.). **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003. 318 p.
- WATANABE, Marta. **BNDES lança nova linha para financiar infra-estrutura**. Jornal Valor Econômico. São Paulo: Terça-feira, 23 de maio de 2006. A3.
- WATCHMAN, Paul. **Project Finance-Beyond the Equator. Environmental Finance**. June 2005, p. 16-17. Disponível em: <<http://www.freshfields.com/practice/environment/publications/pdfs/equator.pdf>> Acesso em: 26 abr. 2006.
- WELLS, Christopher. **[Princípios do Equador]** (Comunicação pessoal). Mensagens recebidas por vaniamarqs@yahoo.com.br em 11 e 15 maio 2006.

WWF-UK e BANKTRACK. 2006b. *Banks Failing Environment and Social Standards*. Disponível em <www.wwf.org.uk/news/n_0000002270.asp> Acesso em: 30 jan. 2006.

_____.2006a. *Shaping the Future of Sustainable Finance: moving the banking sector from promises to performance*. Press Release. Disponível em: <www.ef.amazonia.org.br> Acesso em: 26 jan. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário 1 - Perguntas e respostas**Quadro 13** – Questionário 1 – Perguntas e Respostas

Nº da Pergunta	TEXTO DA PERGUNTA
Pergunta 1	

adoção de critérios socioambientais, fixando patamares mínimos de compromisso que seriam acompanhados/avaliados pelas próprias empresas e por observadores da sociedade civil.

HSBC – o Pacto Global e Respeito ao Meio Ambiente envolve todas as operações. Isto gera mudanças de comportamento, permeia a instituição e se dissemina na rede de negócios.

UNIBANCO –

APÊNDICE B - Questionário 2 – Perguntas

Pesquisa: O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?

Niterói, Janeiro de 2006

Prezado(a) senhor(a):

Sou mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense (PGCA-UFF), em fase de coleta de informações para elaboração de dissertação. Estou realizando pesquisa junto aos bancos que atuam no Brasil e são signatários dos Princípios do Equador (PE), iniciativa de auto-regulação do setor financeiro subscrita por essa organização.

Os impasses ambientais e sociais, a pressão da sociedade e a competitividade do mercado globalizado vêm exigindo das empresas não só a busca de desempenho econômico-financeiro adequado, mas também a adoção de políticas e práticas de gestão que respeitem o meio ambiente e considerem o bem-estar social. Nesse contexto, o papel dos bancos vem sendo constantemente reavaliado, especialmente em relação ao crédito. Aos parâmetros tradicionais de análise das operações, aliam-se o levantamento, avaliação e gestão dos impactos e riscos sociais e ambientais dos empreendimentos.

Esta pesquisa visa aprofundar conhecimentos sobre as políticas e práticas dos bancos no tocante à implantação dos PE no Brasil. O objetivo final é avaliar o potencial dessa ferramenta no sentido de influenciar a gestão responsável do crédito pelos bancos e de induzir práticas socioambientais adequadas junto às empresas clientes. Justifica-se pela expressiva adesão dos bancos brasileiros aos PE: entre os 39 signatários, mais de 50% possuem operações no Brasil (Fonte: <www.equator-principles.com> Acesso em: 18 Jan. 2006).

A colaboração de V.Sa., respondendo o questionário anexo, é muito importante para a realização dessa pesquisa. Assim sendo, conto com sua participação e desde já agradeço a atenção.

Vânia de Lourdes Marques – Mestranda

(Orientadoras: Sandra Hacon - Orientadora e Valéria G.da Vinha - Co-orientadora)

Dissertação de Mestrado/Pesquisa:**O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?****I) Dados da empresa**

Nome: _____

Razão Social: _____

Tipo de atuação (varejo, atacado, etc.) _____

DDD: ___ Tel: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Responsável pelo preenchimento e devolução do questionário

Nome completo: _____

Cargo/função na empresa: _____

Há quanto tempo trabalha no banco? _____ Tempo na função _____

DDD: ___ Tel: _____ Fax: _____ E-mail: _____

II) Instruções para o preenchimento e devolução do questionário

1. Bancos estrangeiros que atuam no Brasil devem responder o questionário especificando se as informações se referem ao grupo como um todo ou às suas operações no Brasil. Destaca-se que, embora as informações de caráter geral sejam importantes, o foco da pesquisa é o sistema financeiro brasileiro.
3. Os resultados só serão divulgados de forma individualizada quando expressamente autorizado pelo Banco respondente, conforme manifestação expressa constante do questionário (ver Anexo 1). Caso a política dessa empresa não permita a resposta para algumas dessas questões, por favor, deixe-as em branco, registrando o motivo da ausência de resposta.
4. Em caso de dúvida, gentileza entrar em contato com Vânia Marques, pelo e-mail vaniamarqs@yahoo.com.br ou telefones 21-2612-1235, 2612-3647 ou 9114-1382.
5. A devolução da pesquisa poderá ser feita preferencialmente via e-mail, para o endereço: vaniamarqs@yahoo.com.br ou, alternativamente, pelo fax (21-26121235).

**SE POSSÍVEL, GOSTARIA DE CONTAR COM A DEVOLUÇÃO DO QUESTIONÁRIO ATÉ
O DIA 17/02/2006.**

Dissertação de Mestrado/Pesquisa: O Sistema Financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?

III – Questionário

- 1) Esse Banco aplica os Princípios do Equador?
- a) Sim Não
- Esclarecimentos adicionais: _____
- 2) Quais foram as principais motivações dessa empresa para a adoção dos PE?
- a) Ter uma política de responsabilidade socioambiental em implantação
- b) Interesse na indução de práticas de sustentabilidade nos negócios junto aos clientes/mercado
- c) Reduzir o risco de crédito decorrente de passivos ambientais, sociais e jurídicos e de problemas com órgãos ambientais.
- d) Evitar riscos e/ou desgaste de imagem/reputação e agregar reforço positivo de imagem
- e) Outros– especificar _____
- Esclarecimentos adicionais: _____
- 3) Quais são os critérios básicos utilizados na escolha dos projetos a financiar?
- a) Aplica os critérios dos PE apenas para projetos dentro do valor previsto (projetos com custo igual ou superior a US\$50 milhões)
- b) Aplica os critérios dos PE para projetos de valores menores, e esses valores são de: _____
- c) Aplica os critérios dos PE, de forma adaptada, para as seguintes operações/valores mínimos: _____
- d) Aplica os critérios de sua política socioambiental
- e) Utiliza lista de exclusão para setores críticos em relação a riscos socioambientais
- f) Outros (Especificar) _____
- Esclarecimentos adicionais: _____
- 4) Em sua opinião, quais são os ganhos propiciados ao banco pela adoção dos PE?
- a) Segurança no retorno dos créditos, pela melhoria na gestão socioambiental das empresas
- b) Ganhos de imagem, pela associação a clientes com boa performance em gestão
- c) Redução do risco de crédito, decorrente de perdas devido a problemas socioambientais e legais ligados ao tema.
- d) Maior segurança na análise e condução das operações, embasadas nos documentos dos PE e do Banco Mundial
- e) Melhoria da qualidade da clientela
- f) disseminação da cultura de sustentabilidade em toda a empresa

- 5) Considerando a importância dos PE como ferramenta para que os bancos possam induzir a adoção de práticas sustentáveis nas empresas clientes, esse Banco entende que:
- a) é uma das mais importantes entre as ferramentas e práticas de gestão disponíveis
 - b) é importante, mas ainda não está claro se efetivamente poderá induzir tais práticas
 - c) possui relevância semelhante a outras ferramentas e práticas de gestão atualmente em uso por este banco, a exemplo de: _____
 - d) várias outras ferramentas e práticas usadas por este banco são mais importante nesse sentido, a exemplo de: _____
 - e) (outros) _____
Esclarecimentos adicionais: _____
- 6) Você conhece os instrumentos de gestão socioambiental que as empresas aplicam?
- Sim Não
- 7) Em sua opinião quais os instrumentos de gestão utilizados pelas empresas facilitam a implantação dos PE?
- a) Normas da Série ISO 14000
 - b) Norma OHSAS 18001
 - c) Norma SA 8000
 - d) Padrão AA 1000
 - e) Indicadores Ethos de Sustentabilidade
 - f) Relatório de RSE
 - g) Diretrizes GRI
 - h) Metas do Milênio
 - i) Pacto Global
 - j) Outros _____
- 8) Para as condições brasileiras, quais seriam os facilitadores para a aplicação dos PE?
- a) a legislação brasileira é rigorosa, completa e abrangente
 - b) pressão das ONGs, visando restringir apoio a projetos de alto risco socioambiental
 - c) pressão da sociedade em relação à postura socioambiental dos bancos
 - d) pressão do mercado em relação à postura socioambiental dos bancos
 - e) maior conscientização do investidor brasileiro
 - f) maior conscientização do consumidor brasileiro
 - g) competitividade do mercado externo, que exige a incorporação da sustentabilidade à gestão
 - h) maior competição entre os bancos, decorrente do aumento do número de adesões aos PE
 - i) os padrões de checagem previstos nos PE
 - j) outros _____
Esclarecimentos adicionais: _____

- 9) Para as condições brasileiras, quais seriam as limitações para a aplicação dos PE?
- a) () acréscimo de custos decorrentes de eventuais recomendações, afetando a viabilidade financeira do projeto
 - b) () parâmetros dos *Guidelines*

- ii) () critérios, políticas ou práticas de gestão adotados na implantação dos PE, especificando os critérios utilizados para as operações abaixo de US\$ 50 milhões;
 - iii) () operações aprovadas, aprovadas com condicionantes e não aprovadas, incluindo informações sobre o tipo de condicionantes
 - iv) () setores produtivos abrangidos pelas operações
 - v) () tipo e porte das empresas responsáveis pelos projetos
 - vi) () classificação/nível de risco dos projetos, em relação aos critérios dos PE
 - vii) () benefícios gerados e participação das comunidades afetadas pelos empreendimentos
 - viii) () informações sobre treinamento/conscientização (funcionários e empresas clientes)
 - ix) () outras informações que pretende disponibilizar _____
- Esclarecimentos adicionais _____

11) Informar as políticas e práticas de treinamento direcionadas para a implantação dos Princípios, utilizadas por esse Banco, incluindo:

- a) tipos de treinamento _____
- b) segmentos funcionais e de clientes envolvidos _____
- c) número de funcionários treinados número-Tc0t2acond_

acond_

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES:

- 1) Autorizo a divulgação das informações registradas nas respostas ao presente questionário:
 - a) de forma individualizada, em que conste o nome do Banco, para todas as informações
 - b) de forma individualizada, em que conste o nome do Banco, excluindo as seguintes informações (citar o número das questões que não puderem ser tratadas de forma individualizada) _____

 - c) de forma não individualizada (respostas de todos os bancos tratadas em conjunto, sem citar individualmente o nome do banco) para todas as informações;

- 2) Autorizo a divulgação do nome da(s) pessoa(s) responsável(is) pelas informações obtidas através desse questionário:
 - a) sim
 - b) não

Nome do funcionário

Cargo do funcionário

APÊNDICE C - O Processo de Revisão dos PE

1. Considerações gerais

A implementação dos PE tem sido um processo bastante dinâmico e, nos cerca de três anos decorridos de seu lançamento, muitas mudanças estão em andamento ou já ocorreram. Como não propõe metodologia comum de implementação, os bancos vêm construindo suas próprias ferramentas e métodos. Devido às necessidades de adequação surgidas e à pressão da sociedade civil para fazer com que os PE produzam melhorias para as populações afetadas pelos projetos, os Princípios e os documentos vinculados estão sendo revistos através de um processo *multi-stakeholder*, com destaque para bancos e ONGs (vide Quadro 14, abaixo).

Quadro 14 – Principais documentos oficiais relacionados aos PE e seu estágio atual

Nome	Resumo do Conteúdo	Situação Atual (Mai/05)
1. Equator Principles	Documento principal que estabelece os Princípios do Equador (PE)	Lançado em Jun/03, está em fase de revisão (ver item 1.1)
1.1 EP FINAL DRAFT-March 2006-The "Equator Principles" A financial industry benchmark for determining, assessing and managing environmental & social risk in <i>Project finance</i> .	Deverá substituir a atual versão dos PE. Procura incorporar a experiência de cerca de 2,5 anos de implantação e as sugestões de diversos stakeholders, especialmente bancos e ONGs.	Draft lançado visando substituir os PE, Março/06, em fase de consulta pública. Deverão entrar em vigor em Julho/06.
2. World Bank Pollution Prevention and Abatement Handbook (PPAH) ou World Bank Guidelines	Diretrizes setoriais para 41 setores, tais como: alumínio, metais, cerveja, cimento, cloro/álcalis, carvão mineral, coque, cobre, laticínios, tintas, eletrônicos.	Lançado em Jul/98, é um documento vivo, dinâmico, que vai recebendo acréscimos e atualizações à medida da necessidade.
3. IFC Safeguard Policies	Políticas para projetos situados em países pobres/em desenvolvimento, envolvendo: Avaliação ambiental, Habitats naturais, Gestão de pragas, Florestas, Segurança de barragens, Povos indígenas, Reassentamentos, Propriedade cultural, Trabalho infantil e forçado, Hidrovias.	Cada uma constitui documento à parte. A maioria foi lançada em 1998. Em fevereiro de 2006 foi substituída pelo documento "Performance Standard on Social and Environmental Sustainability" (ver item 3.1, abaixo)
3.1. Performance Standard on Social and Environmental Sustainability	Oito Padrões: Sistema de avaliação e gestão socioambiental, Povos indígenas e Herança cultural Trabalho e condições de trabalho, Prevenção/redução da poluição, Saúde e segurança da comunidade, Aquisição de terra e reassentamentos, Biodiversidade e gestão de rec. naturais,	Oficializado em Abr./06, em substituição ao IFC Safeguard Policies (item 3, acima), usado p/ empreendimentos localizados em países emergentes. Passou por longo processo <i>multi-stakeholder</i> de consulta.
IFC Environmental Health and Safety Guidelines (EHS Guidelines)	Diretrizes setoriais complementares aos PPAH, para 24 setores: Aeroportos, Cerâmica, Material de construção, Pesca, Alimentos e Bebidas, entre outros.	Escritas entre 1991-93, pouco revistas desde 98. Draft em consulta pública (Maio/06). Novo nome: "The WBG Environmental, Health and Safety Guidelines", devem subsidiar a implantação dos Padrões de Performance/IFC
WB General Environmental Guidelines	Diretrizes ambientais gerais a serem usadas na ausência de diretriz setorial.	
IFC General Health and Safety Guideline	Idem acima	

Fontes: EQUATOR PRINCIPLES, [2006] e 2006a; IFC, 2006b.

2. Revisão do documento principal dos PE

A ONG Amigos da Terra entende que as mudanças propostas na nova versão nos PE deverão representar um avanço, especialmente quanto à redução do valor e maior compromisso contratual dos tomadores com questões socioambientais. Para tanto, devem ser adequadamente implementadas e seus resultados disponibilizados ao público. As principais alterações da nova versão são (ECOFINANÇAS, 2006a):

- Redução do valor mínimo, de US\$50 para US\$10 milhões;
- Expansões de projetos e assessoria de *Project finance* passam a ser enquadráveis;
- Inclusão de cláusulas contratuais obrigando ao cumprimento da legislação, do Plano de Ação (Cat.A/B) e divulgação de relatórios frequentes sobre tais obrigações;

Em fev. 2006 as IFPEs reuniram-se em Viena para discutir os PE II, quando buscaram contribuições de *stakeholders*-chave, incluindo ONGs e Agências Oficiais. (EQUATOR PRINCIPLES, [?]).

Segundo o BNDES (2006, Comunicação pessoal) “É interessante notar a forte presença de bancos brasileiros como signatários, o que tem permitido até a tomada de posições em conjunto perante os bancos internacionais que estão à frente da concepção de uma nova versão para os Princípios.” Antes da Reunião de Londres, em Abr. 2006, a Amigos da Terra reuniu-se com as IFPEs brasileiras (BBB, Itaú, Unibanco e Bradesco) e estrangeiras que atuam no Brasil (ABN Amro, HSBC e Rabobank). Sugeriu que os PE fossem aplicados em outros tipos de operações, além dos *Project finance*, sugestão não acatada sob o argumento de possíveis dificuldades de implementação para um espectro mais amplo de operações. A ONG destacou o engajamento desses bancos, que buscaram a participação de clientes no processo de discussão da nova versão. (Juliani, 2006)

A Reunião de Londres contou com a presença de várias IFPEs e representantes de ONGs. Em seguida, o BankTrack editou o Relatório “*Equator Principles II: NGO Comments on the Proposed Revisions on the Equator Principles*” contendo a visão de 25 ONGs. Entre as questões discutidas, destacam-se as abaixo (BANKTRACK, 2006a) (BankTrack, 2006)

- ✓ apesar das melhorias, os PEII podem se tornar um mínimo denominador comum, permitindo que IFPE menos comprometidas levem ao retrocesso dos padrões;
- ✓ o apressado processo de engajamento e revisão pode limitar os debates;

- ✓ embora políticas sejam importantes, a efetividade dos PE será medida através de sua aplicação às operações e dos efeitos positivos na vida das comunidades;
- ✓ paralelamente à discussão, dois projetos altamente polêmicos correm normalmente: o Oleoduto Skhalin II e o Botnia/Ence, no Uruguai (polpa de papel);
- ✓ falta de mecanismos para assegurar que as IFPE integrem efetivamente os PE aos seus sistemas operacionais. Sugere que os PE II assegurem *compliance* com as políticas e sua aplicação, fornecendo meios para a adoção e implementação de padrões mínimos, além de tratar de governança e integração entre os bancos;
- ✓ sugere a ampliação para outras operações além de *Project finance*, já adotada por várias IFs e questão básica para a gestão ambiental e desenvolvimento responsável;
- ✓ as Salvaguardas da IFC nem sempre acompanham as melhores referências internacionais, em especial quanto a direitos humanos, mudanças climáticas, biodiversidade e proteção de florestas, práticas para indústria extrativa, barragens, pesca e setor agrícola. Um consenso internacional já leva à necessidade de acordos em projetos de alto risco (ex: indústria extrativa e barragens, citando-se o *Extractive Industry Review*, do BM). A revisão das Políticas da IFC levou a seu enfraquecimento, especialmente quanto a pessoas com deficiência e consulta às comunidades. Deve-se assegurar que não haja retrocesso em relação às salvaguardas, ainda que seus pontos fracos sejam compensados nos PE II. As IFPE concordam em não permitir o enfraquecimento dos PE, o que deve ser registrado nos PE II. Entre as propostas do Relatório, destacam-se: transparência e disclosure; mecanismos de reclamação; governança em torno dos PE; transparência sobre receitas e contratos de investimento estrangeiro; mudanças na lista de exclusão da IFC e; acompanhar as melhores práticas internacionais.

3 Revisão das Políticas de Salvaguardas da IFC

Após revisão, o texto foi oficializado em Abril/2006. Entre as mudanças, a IFC destaca: (IFC, 2006c)

- Foi agregada nova política de *disclosure*, assegurando maior transparência;
- Políticas melhores e mais abrangentes que outras usadas por IFs internacionais;
- Novos requisitos de saúde e segurança da comunidade, condições de trabalho, prevenção/redução da poluição, avaliação socioambiental e sistemas de gestão;

- Requisitos mais robustos para engajamento da comunidade, reclamações, biodiversidade, uso de forças de segurança, gases de efeito estufa e *disclosure*;

-

ANEXOS

ANEXO A – THE EQUATOR PRINCIPLES

4 June 2003

THE “EQUATOR PRINCIPLES”

AN INDUSTRY APPROACH FOR FINANCIAL INSTITUTIONS IN DETERMINING, ASSESSING AND MANAGING ENVIRONMENTAL & SOCIAL RISK IN PROJECT FINANCING

PREAMBLE

Project financing plays an important role in financing development throughout the world. In providing financing, particularly in emerging markets, project financiers often encounter environmental and social policy issues. We recognize that our role as financiers affords us significant opportunities to promote responsible environmental stewardship and socially responsible development.

In adopting these principles, we seek to ensure that the projects we finance are developed in a manner that is socially responsible and reflect sound environmental management practices.

We believe that adoption of and adherence to these principles offers significant benefits to ourselves, our customers and other stakeholders. These principles will foster our ability to document and manage our risk exposures to environmental and social matters associated with the projects we finance, thereby allowing us to engage proactively with our stakeholders on environmental and social policy issues. Adherence to these principles will allow us to work with our customers in their management of environmental and social policy issues relating to their investments in the emerging markets.

These principles are intended to serve as a common baseline and framework for the implementation of our individual, internal environmental and social procedures and standards for our project financing activities across all industry sectors globally.

In adopting these principles, we undertake to review carefully all proposals for which our customers request project financing. We will not provide loans directly to projects where the borrower will not or is unable to comply with our environmental and social policies and processes.

STATEMENT OF PRINCIPLES

We will only provide loans directly to projects in the following circumstances:

1. We have categorised the risk of a project in accordance with internal guidelines based upon the environmental and social screening criteria of the IFC as described in the attachment to these Principles (Exhibit I).

2. For all Category A and Category B projects, the borrower has completed an Environmental Assessment (EA), the preparation of which is consistent with the outcome of our categorisation process and addresses to our satisfaction key environmental and social issues identified during the categorisation process.
3. In the context of the business of the

indigenous peoples and local NGOs. The EA, or a summary thereof, has been made available to the public for a reasonable minimum period in local language and in a culturally appropriate manner. The EA and the EMP will take account of such consultations, and for Category A Projects, will be subject to independent expert review.

6. The borrower has covenanted to:
 - a) comply with the EMP in the construction and operation of the project
 - b) provide regular reports, prepared by in-house staff or third party experts, on compliance with the EMP and
 - c) where applicable, decommission the facilities in accordance with an agreed Decommissioning Plan.
7. As necessary, lenders have appointed an independent environmental expert to provide additional monitoring and reporting services.
8. In circumstances where a borrower is not in compliance with its environmental and social covenants, such that any debt financing would be in default, we will engage the borrower in its efforts to seek solutions to bring it back into compliance with its covenants.
9. These principles apply to projects with a total capital cost of \$50 million or more.

The adopting institutions view these principles as a framework for developing individual, internal practices and policies. As with all internal policies, these principles do not create any rights in, or liability to, any person, public or private. Banks are adopting and implementing these principles voluntarily and independently, without reliance on or recourse to IFC or the World Bank.

EXHIBIT I: ENVIRONMENTAL AND SOCIAL SCREENING PROCESS

Environmental screening of each proposed project shall be undertaken to determine the appropriate extent and type of EA. Proposed projects will be classified into one of three categories, depending on the type, location, sensitivity, and scale of the project and the nature and magnitude of its potential environmental and social impacts.

Category A: A proposed project is classified as Category A if it is likely to have significant adverse environmental impacts that are sensitive, diverse, or unprecedented. A potential impact is considered “sensitive” if it may be irreversible (e.g., lead to loss of a major natural habitat) or affect vulnerable groups or ethnic minorities, involve involuntary displacement or resettlement, or affect significant cultural heritage sites.. These impacts may affect an area broader than the sites or facilities subject to physical works. EA for a Category A project examines the project's potential negative and positive environmental impacts, compares them with those of feasible alternatives (including, the “without project” situation), and recommends any measures needed to prevent, minimize, mitigate, or compensate for adverse impacts and improve environmental performance. A full environmental assessment is required which is normally an Environmental Impact Assessment (EIA)..

Category B: A proposed project is classified as Category B if its potential adverse environmental impacts on human populations or environmentally important areas—including wetlands, forests, grasslands, and other natural habitats—are less adverse than those of Category A projects. These impacts are site-specific; few if any of them are irreversible; and in most cases mitigatory measures can be designed more readily than for Category A projects. The scope of EA for a Category B project may vary from project to project, but it is narrower than that of Category A EA. Like Category A EA, it examines the project's potential negative and positive environmental impacts and recommends any measures needed to prevent, minimize, mitigate, or compensate for adverse impacts and improve environmental performance.

Category C: A proposed project is classified as Category C if it is likely to have minimal or no adverse environmental impacts. Beyond screening, no further EA action is required for a Category C project.

EXHIBIT II: IFC SAFEGUARD POLICIES

As of 4 June 2003, the following is a list of IFC Safeguard Policies:

Environmental Assessment
OP4.01 (October 1998)

Natural Habitats
OP4.04 (November 1998)

Pest Management
OP4.09 (November 1998)

Forestry
OP4.36 (November 1998)

Safety of Dams
OP4.37 (September 1996)

Indigenous Peoples
OD4.20 (September 1991)

Involuntary Resettlement
OP4.30 (June 1990)

Cultural Property
OPN11.03 (September 1986)

Child and Forced Labor
Policy Statement (March 1998)

International Waterways
OP 7.50 (November 1998)*

*Note: The principal requirements relate to the role of IFC as a multi-lateral agency and notification requirements between riparian states which are generally outside the remit of private sector operators or funders. It is referenced for the sake of completeness. The substantive elements of good practice with respect to environmental and social aspects therein are fully covered by OP 4.01.

EXHIBIT III: WORLD BANK AND IFC SPECIFIC GUIDELINES

As of 4 June 2003, IFC is using two sets of guidelines for its projects.

1. IFC is using all the environmental guidelines contained in the World Bank Pollution Prevention and Abatement Handbook (PPAH). This Handbook went into official use on July 1, 1998.

2. IFC is also using a series of environmental, health and safety guidelines that were written by IFC staff in 1991-1993 and for which there are no parallel guidelines in the Pollution Prevention and Abatement Handbook. Ultimately new guidelines, incorporating the concepts of cleaner production and environmental management systems, will be written to replace this series of IFC guidelines. When completed these new guidelines will also be included in the Pollution Prevention and Abatement Handbook.

Where no sector specific guideline exists for a particular project then the World Bank General Environmental Guidelines and the IFC General Health and Safety Guideline will be applied, with modifications as necessary to suit the project.*

The table below lists both the World Bank Guidelines and the IFC Guidelines.

World Bank Guidelines (PPAH)

1. Aluminum Manufacturing
2. Base Metal and Iron Ore Mining
3. Breweries
4. Cement Manufacturing
5. Chlor-Alkali Plants
6. Coal Mining and Production
7. Coke Manufacturing
8. Copper Smelting
9. Dairy Industry
10. Dye Manufacturing
11. Electronics Manufacturing
12. Electroplating Industry
13. Foundries
14. Fruit and Vegetable Processing
15. General Environmental Guidelines
16. Glass Manufacturing
17. Industrial Estates
18. Iron and Steel Manufacturing
19. Lead and Zinc Smelting
20. Meat Processing and Rendering
21. Mini Steel Mills
22. Mixed Fertilizer Plants
23. Monitoring
24. Nickel Smelting and Refining
25. Nitrogenous Fertilizer Plants
26. Oil and Gas Development (Onshore)

27. Pesticides Formulation
28. Pesticides Manufacturing
29. Petrochemicals Manufacturing
30. Petroleum Refining
31. Pharmaceutical Manufacturing
32. Phosphate Fertilizer Plants
33. Printing Industry
34. Pulp and Paper Mills
35. Sugar Manufacturing
36. Tanning and Leather Finishing
37. Textiles Industry
38. Thermal Power Guidelines for New Plants
39. Thermal Power Rehabilitation of Existing Plants
40. Vegetable Oil Processing
41. Wood Preserving Industry

IFC Guidelines

1. Airports
2. Ceramic Tile Manufacturing
3. Construction Materials Plants
4. Electric Power Transmission and Distribution
5. Fish Processing
6. Food and Beverage Processing
7. Forestry Operations: Logging
8. Gas Terminal Systems
9. General Health and Safety
10. Health Care
11. Geothermal Projects
12. Hazardous Materials Management
13. Hospitals
14. Office Buildings
15. Offshore Oil & Gas
16. Polychlorinated Biphenyls (PCBs)
17. Pesticide Handling and Application
18. Plantations
19. Port and Harbor Facilities
20. Rail Transit Systems
21. Roads and Highways
22. Telecommunications
23. Tourism and Hospitality Development
24. Wildland Manage
26. Wood Products Industries
27. Waste Management Facilities
28. Wastewater Reuse

* Exception (the following are World Bank Guidelines not contained in the PPAH and currently in use)

Mining and Milling - Underground
Mining and Milling - Open Pit

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)